

**EXISTO PORQUE RESISTO:
A Casa de Referência Mulheres Mirabal como corpo-território
e expressão política das lutas feministas no espaço urbano.**



BÁRBARA RODRIGUES MARINHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Bárbara Rodrigues Marinho

EXISTO PORQUE RESISTO:
A Casa de Referência Mulheres Mirabal como corpo-território
e expressão política das lutas feministas no espaço urbano.

Porto Alegre

2023

Bárbara Rodrigues Marinho

EXISTO PORQUE RESISTO:

A Casa de Referência Mulheres Mirabal como corpo-território
e expressão política das lutas feministas no espaço urbano.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção de título de mestre em Planejamento Urbano ou Regional.

**Linha de Pesquisa: Cidade, Cultura e Política.
Orientadora: Profa. Dra. Daniele Caron**

**Porto Alegre/RS
2023**

BÁRBARA RODRIGUES MARINHO

EXISTO PORQUE RESISTO:

A Casa de Referência Mulheres Mirabal como corpo-território
e expressão política das lutas feministas no espaço urbano.

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS) como requisito à obtenção do título de Mestre
em Planejamento Urbano e Regional.**

Aprovada em ata depositada na secretaria do curso: 24/03/2023.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Daniele Caron (Orientadora) PROPUR/ UFRGS

Prof.^a Dr.^a Heleniza Dávila Campos - PROPUR/UFRGS

Prof.^o Dr.^o Paulo Edison Reyes - PROPUR/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Diana Helene – PPGAU/UFAL

CIP - Catalogação na Publicação

Rodrigues Marinho, Bárbara
Existo porque Resisto: A Casa de Referência
Mulheres Mirabal como corpo-território e expressão
política das lutas feministas no espaço urbano. /
Bárbara Rodrigues Marinho. -- 2023.
154 f.
Orientadora: Daniele Caron.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa
de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. mulheres Mirabal. 2. resistência . 3.
corpo-território. 4. comum . 5. narrativa. I. Caron,
Daniele, orient. II. Título.

A todas as mulheres que
foram mortas pelas mãos desse sistema.

A todas que lutam e lutaram por uma
sociedade em que todas sejamos livres.

GRACIAS A LA VIDA, QUE ME HA DADO TANTO.

Agradeço, antes de qualquer coisa, a ciência.

A maior incerteza que eu tinha era se hoje, estaríamos vivas e vivos para contar essa história.

Um grande viva a vacina, ao SUS, aos profissionais de saúde e aos nossos pesquisadores.

A Universidade Pública, que mesmo em meio aos ataques, desmontes e cortes orçamentários, resiste.

E a CAPES, que durante dois anos e meio, financiou esta pesquisa.

A Casa de Referência Mulheres Mirabal que me fez acreditar em um outro mundo possível, em que pude me reencontrar e aprender tanto no meio de tantas mulheres e histórias de luta.

À Júlia Foschiera que me acolheu desde quando era pesquisa apenas uma ideia e um desejo.

As mulheres que confiaram na minha escuta e que são as vozes, alma e corpo desta dissertação.

À minha mãe Jeane que me apoia e acredita nos meus voos, por mais altos e distantes que eles pareçam ser.

Obrigada pelos laços de confiança tão bonitos, te amo.

À Dani Caron, a orientadora mais parceira, sensível e amiga que eu poderia ter.

Obrigada pelas trocas e ensinamentos. Seguimos juntas.

Aos meus maiores companheiros caninos, Shoyu e Yume, por quem sinto um amor incondicional e que em nenhum momento deixaram eu me sentir sozinha.

As Inimigas: Adri, Bruna, Mimi, Nat e Rô por se fazerem presentes diariamente, na alegria e na tristeza, há dez anos. Amo vocês!

As amigas que o mestrado me deu: Vitória, Gabi, Luise, Nico, Edu, Fran e Cinthia.

Sem vocês, eu não teria sobrevivido a sombria vida de um mestrado em Ensino Remoto Emergencial.

As amigas de cá, Marina, Isa Maricatto, Priscila e Rob. Obrigada por serem colo e abraços nessa terra gaúcha.

As amigas espalhadas por aí: Babi, Mari Moreira, Júlia Dias, Bia Targino, Elisa, Thamires, Maria Clara, Mari Galvão e Flavinha que nem a distância nem o tempo nos separam.

A Pedro, essa bonita surpresa na minha vida. Por toda paciência, incentivo, cuidado, escuta e carinho. Aprendo todos os dias contigo e é uma alegria te ter pertinho de mim.

A Caio, por todos os bons anos que compartilhamos. E por ter sido a minha parceria nessa mudança aqui pro Sul, dirigindo sozinho 4700km de Natal a Porto Alegre.

Ao MARGEM_lab, pelos percursos e vínculos criados: pesquisar ao lado de vocês faz a Universidade ter mais sentido.

As tantas pessoas queridas que acreditam na minha capacidade quando nem eu mesma acredito.

Agradeço a vida que tem me dado tanto. <3

RESUMO

As histórias das cidades costumam ser contadas tomando como ponto de partida as estruturas de poder hegemônicas patriarcais, que priorizam a ideia de um sujeito neutro e universal que habita o espaço urbano. A desconsideração e silenciamento das experiências de pessoas consideradas dissidentes se materializam, sobretudo, nos diversos tipos de desigualdade e violência de gênero no território, e interferem nos processos de planejamento urbano tradicionalmente alicerçados na lógica do capital. Apesar disso, outras formas de existência se instauram reivindicando políticas públicas para as mulheres e direitos básicos universais, como a moradia, educação, saúde, bem como a segurança e integridade dos corpos marcados cotidianamente por violências e opressões. Um exemplo disso são as ocupações urbanas organizadas pelos movimentos sociais feministas, que se caracterizam como territórios de insurgência, solidariedade, cooperação e resistência, e que operam a cidade na lógica do corpo-território e da produção de comum. Essa investigação tem como lócus de pesquisa a Casa de Referência Mulheres Mirabal (CRMM), ocupação urbana feminista que existe desde 2016 na cidade de Porto Alegre/RS, coordenada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário e que acolhe e abriga mulheres vítimas de violência doméstica. Busca-se, através das narrativas produzidas com estas mulheres, refletir sobre como a vida em comunidade não legitimada pelo planejamento urbano vigente patriarcalizado se expressa politicamente como corpo-território. A abordagem teórico-metodológica da narrativa se justifica pela necessidade de se aproximar de um tipo de produção do conhecimento que aposta em uma epistemologia da experiência, permitindo acessar diferentes enunciados sobre formas de viver na cidade, e mapear práticas urbanas cotidianas que operam a partir de uma lógica distinta da hegemônica. A produção de narrativas foi guiada por um processo de vinculação de inspiração etnográfica com as mulheres da CRMM, tendo como ferramentas a escrita implicada, as entrevistas narrativas individuais não estruturadas, além de leituras e produção de mapas coletivos. Foi possível identificar práticas de corpo-território da Casa de Referência Mulheres Mirabal que tensionam a lógica patriarcal vigente nos estudos urbanos, organizadas em três grandes atos: o corpo-território como levante – onde emergem as narrativas sobre o início da organização coletiva das mulheres para construção da Mirabal; o corpo-território como campo de batalha – onde aparece a disputa discursiva com a mídia hegemônica e os diversos tipos de violência operadas pelo Estado; e o corpo-território como produção do comum – onde se tecem alianças e práticas sociais que diferem da lógica neoliberal e individualista, resgatando valor de uso do espaço urbano. Esses três atos demonstram como a luta da CRMM se expande e reverbera em diferentes escalas do território, e como é possível transformar a realidade das mulheres a partir de uma luta coletiva.

Palavras-Chave: mulheres Mirabal; resistência; comum; corpo-território; narrativa.

ABSTRACT

The histories of cities are usually distorted by hegemonic patriarchal power structures that prioritize the idea of a neutral and universal subject inhabiting urban space. These structures disregard and silence the experiences of people who are considered dissidents, especially with regard to various forms of gender inequality and violence in the territory, and intervene in urban planning processes that are traditionally based on the logic of capital. Despite this, other forms of existence are being established, demanding public policies for women and basic universal rights such as housing, education, health care, as well as the safety and integrity of bodies that are daily marked by violence and oppression. The urban occupations organized by feminist social movements are an example of this, characterized as territories of insurgency, solidarity, cooperation and resistance that operate the city within the logic of the body-territory and the production of the common. The research site of this investigation is the Casa de Referência Mulheres Mirabal (CRMM), a feminist urban occupation that has existed in the city of Porto Alegre/RS since 2016, coordinated by the Olga Benário Women's Movement, which supports and shelters women who are victims of domestic abuse. Through the narratives produced with these women, this research aims to reflect on how this community life - delegitimized by the dominant patriarchal urban planning - is politically expressed as a body-territory. The theoretical-methodological approach of narrative is justified by the need for a type of knowledge production that focuses on an epistemology of experience, that provides access to different statements about ways of living in the city, and that maps every day urban practices that operate from a logic that is different from the hegemonic one. The production of narratives was guided by an ethnographically-inspired process with the women of the CRMM, using as tools implied writing, unstructured individual narrative interviews, as well as readings and the production of collective maps. It was possible to identify body-territory practices of the Casa de Referência Mulheres Mirabal that defy the dominant patriarchal logic in urban studies, organized in three main acts: The body-territory as insurgency-where narratives about the beginning of the women's collective organization to build Mirabal appear; the body-territory as battlefield-where the discursive struggle with the hegemonic media and the different types of violence operated by the state appear; and the body-territory as production of the common-where alliances and social practices are woven to deviate from the neoliberal and individualist logic and rescue the use-value of urban space. These three acts illustrate how the struggle of the CRMM expands and reverberates in different areas of the territory, and how it is possible to change women's realities through a collective effort.

Keywords: Mirabal women; resistance; common; body-territory; narrative.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mulheres, opressões e lutas. Fonte: colagem elaborada pela autora.	37
Figura 2 - As mulheres e as lutas na cidade. Fonte: colagem elaborada pela autora.	54
Figura 3 - Mesa com almoço posto na Casa de Referência Mulheres Mirabal. Fonte: Fotografia e colagem elaborada pela autora.	71
Figura 4 - Cartaz de divulgação da Oficina "O que pode um corpo enquanto território?" Fonte: CDE.	73
Figura 5 - Oficina "O que pode um corpo enquanto território?" Fonte: Fotografia por Letícia Durlo.	75
Figura 6 - Oficina "O que pode um corpo enquanto território?" Fonte: Fotografia por Letícia Durlo.	76
Figura 7 - Corpo-território como levante. Fonte: Colagem por Letícia Durlo.	91
Figura 8 - Colagem com capturas do vídeo da ocupação em 25 de novembro de 2016. Fonte: Coletivo Catarse. Editado pela autora.....	94
Figura 9 - Narrativa visual: corpo-território como campo de batalha. Fonte: Colagem por Letícia Durlo.	103
Figura 10 - Cine debate com acolhidas e ex-acolhidas (2021). Fonte: Acervo pessoal.	114
Figura 11 - Ato em resposta às ações do Ministério Público contra a Mirabal (2021). Fonte: Acervo da Mirabal/ Editada pela autora.	117
Figura 12 - Tweet postado na página do prefeito Sebastião Melo. Fonte: Twitter @SebastiãoMelo	119
Figura 13 - Crianças brincando no pátio da Mirabal. Fonte: acervo pessoal.	123
Figura 14 - Narrativa visual sobre a construção do comum. Fonte: Colagem por Letícia Durlo.	131
Figura 15 - Colagem com as ocupações do Movimento Olga. Fonte: Elaborada pela autora (2023).	137

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CRMM Casa de Referência Mulheres Mirabal

CEEE Companhia Estadual de Energia Elétrica

CONSEA Conselho de Segurança Alimentar

DEAM Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM)

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MP/RS Ministério Público do Rio Grande do Sul

MMOB Movimento de Mulheres Olga Benario

MST Movimento dos Sem-terra

MTST Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

ONU Organização das Nações Unidas

RS Rio Grande do Sul

TCLE Termo de consentimento livre e esclarecido

SUMÁRIO

1.	DE ONDE VÊM O DESEJO DA PESQUISA.....	15
1.1.	DA DESPERANÇA DO PESQUISAR-VIDA AO REENCONTRO.	16
2.	Cidade, substantivo feminino. Planejamento, substantivo masculino.....	30
2.1.	“A gente precisa questionar esse modelo de cidade. Porque a gente é engolido por isso e nem vê.”	30
2.2.	Mil nações... moldaram minha cara: pensar a cidade a partir de uma perspectiva interseccional.	37
2.3.	Cadê meu celular? eu vou ligar prum o 180: as estratégias e políticas públicas de combate à violência.	44
2.4.	É preciso pensar cidades que estejam para além da lógica capitalista e patriarcal.	50
3.	MINHA VOZ, USO PARA DIZER O QUE SE CALA.	55
3.1.	A narrativa como perspectiva teórico metodológica para os estudos urbanos.	56
3.2.	“A gente sofre calada até o momento de chegar outra mulher que tá passando pela mesma coisa, e aí tu ouve aquela mulher falando”	59
3.3.	“Quero assumir esse papel de estar junto nessa luta”: a etnografia como inspiração para pesquisa.	63
3.4.	“As vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas”: as narrativas de trauma e de dor.	65
3.5.	Procedimentos Metodológicos	67
4.	NARRANDO COM AS MULHERES MIRABAL: O CORPO-TERRITÓRIO EM TRÊS ATOS.	79
4.1.	DO TERRITÓRIO AO CORPO, DO CORPO AO TERRITÓRIO.	79
4.2.	O CORPO-TERRITÓRIO COMO LEVANTE.....	84

4.2.1. “Não tem casa-abrigo, se der mole <i>nós ocupa</i> ”	92
4.3. O CORPO-TERRITÓRIO COMO CAMPO DE BATALHA.	97
4.4. O CORPO-TERRITÓRIO COMO CONSTRUÇÃO DO COMUM	121
VIDA LONGA ÀS BORBOLETAS: considerações finais.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146

1 DE ONDE VÊM O DESEJO DA PESQUISA

O me inquieta vem de lá de dentro. Embora pareça não ter forma, tem corpo. Cor-po. Depois de um tempo, eu passei a entender o corpo como uma caixa de memórias, sentimentos e dores; como uma ferramenta de luta e de sobrevivência, de acolhimento. Essa inquietação, embora venha de mim, não é só sobre mim, nem tão somente sobre as minhas dores individuais. Pelo contrário, me extrapola. Extrapola eu-mulher, eu-arquiteta-e-urbanista, eu-nordestina; extrapola meu corpo doméstico, meu corpo na cidade. Me extrapola, mas me atravessa.

O desejo de pesquisar mulheres e cidades veio da minha vivência no público, no privado, no institucional; veio do meu corpo e dos corpos e histórias das inúmeras mulheres que eu tive a oportunidade de escutar e cruzar o caminho ao longo dos 28 de minha existência. Aliás, escutar histórias sempre foi uma paixão minha, um verdadeiro chamado à bonita troca que é a partilha de mundos e lugares outros que me encantam, o que justificaria mais tarde, a minha escolha pelas narrativas urbanas. Veio também da minha saída do espaço doméstico confinado para a rua, lugar em que meu corpo pulsa e se expande. Muito antes de que eu me desse conta, essa dissertação já estava acontecendo. Talvez tenha sido ali, no início de 2019, quando decidi que colocaria meu corpo de outro modo na cidade, no experimentar do meu ir e vir em cima de uma bicicleta; ou ainda, de todas aquelas violências que por muito tempo não tinha me dado conta que eram marcas e feridas que me acompanhavam desde a infância, dentro ou fora de casa. Por fim, o desejo talvez venha da ausência de vozes, do vazio de debates dentro das escolas e universidades que ultrapassassem as questões de classe e atravessassem o gênero, raça e demais interseccionalidades ao pensar e planejar o espaço urbano. O desejo vem da urgência.

1.1 DA DESESPERANÇA DO PESQUISAR-VIDA AO REENCONTRO.

Cheguei à cidade de Porto Alegre no dia 15 de março de 2020, quatro dias após a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar que o avanço da contaminação do novo Coronavírus (COVID-19) tratava-se de uma pandemia. Em uma cidade nova, sem amigos, sem uma rede de apoio, eu fui tomada pelo medo da morte. Recolhi meu corpo por minha condição econômica permitir. Infelizmente, nem todas as mulheres puderam fazer o mesmo, chefes de família e mães solo, muitas trabalhavam como diaristas, domésticas ou no comércio informal, dependendo desse deslocamento para conseguir seu sustento. A escolha era dolorosa, para não dizer, desumana: arriscar morrer – e contaminar seus entes queridos – com a infecção do vírus ou correr o risco de morrer de fome.

É necessário lembrar: já vivíamos tempos sórdidos desde o golpe de 2016¹, em que sentimos na pele o avanço do fascismo no Brasil, os cortes e retrocessos, a retirada de direitos básicos e o agravamento da crise econômica. A chegada da pandemia intensificou ainda mais a situação. O governo que recém completava um ano no poder, não poupou a vida das brasileiras e brasileiros, propagando negacionismo, tratando o vírus como uma *gripezinha* e relativizando a gravidade de tudo que vinha nos acometendo enquanto civilização.

Dentro desse contexto, as crises urbanas, sociais e econômicas se agravaram ainda mais. Escancarou-se a situação das populações que viviam em habitações precárias e com superlotação nos cômodos de suas casas e sem acesso à água potável. Além disso, a dificuldade do pagamento de um aluguel e a ausência de medidas preventivas, provisórias e emergenciais para garantir o direito à moradia, fizeram com o que

¹ Consolidado a partir da abertura de um processo de Impeachment, liderado pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, o golpe de 2016 resultou na saída de Dilma Rousseff do seu cargo de presidenta do Brasil. Dilma, primeira presidenta mulher e democraticamente eleita pelo povo brasileiro, foi constantemente violentada e agredida verbalmente, questionada da sua sanidade mental para liderar o país, foi chamada de louca inúmeras vezes. Foi um golpe diretamente ligado à uma questão de gênero, tomado por misoginia e machismo.

os despejos e remoções aumentassem, assim como a população em situação de rua. Percebeu-se também, que a desigualdade digital como um entrave ao direito à cidade, pois nem todas as crianças e adolescentes puderam assistir as aulas no ensino emergencial remoto e nem todas as pessoas desempregadas conseguiram acessar o auxílio emergencial por não terem nem internet e nem *smartphone* disponíveis. Todos esses impasses, tornavam a frase do “fique em casa” contraditória. Afinal, de que casa estamos falando? Quem teve acesso a um lugar seguro para se proteger do vírus?

Não demorou até a morte da primeira mulher vítima de COVID no Brasil². Uma mulher negra, empregada doméstica, moradora do Rio de Janeiro, foi contaminada pela patroa, moradora do Leblon, que tinha acabado de voltar da Itália, naquele momento epicentro da pandemia no mundo. A vida daquela mulher teria um grau de desimportância maior que de outras? Que serviço doméstico/trabalho seria mais importante do que a preservação de uma vida outra?

Tudo que vinha acontecendo, deslocava-me do eixo da minha dor física (reverberada mentalmente e fisicamente) na direção de uma dor coletiva, de um sentimento de revolta. A vida, seria então, como disse Judith Butler (2020) em seu texto sobre traços humanos nas superfícies do mundo, apenas “um direito dos privilegiados”³?

Ainda nos primeiros meses de pandemia, ao ligar a televisão ou ler nos canais de notícias, além do crescimento vertiginoso de mortes pela COVID-19, me deparei diariamente com o aumento dos casos de violência doméstica e feminicídio que aconteciam de modo concomitante

² UOL. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm> . Acesso em: janeiro de 2023.

³ BUTLER, Judith. Traços humanos sobre as superfícies do mundo. Disponível em: <https://contactos.tome.press/rastros-humanos-sobre-as-superficies-do-mundo/?lang=pt-br> Acesso em: abril de 2020.

ao isolamento social. Como sobreviver diante da precariedade, quando o contato com o externo – público - nos traz medo, mas o lar – privado-, nos torna ainda mais suscetíveis a morte? Como denunciar essa precariedade diante da impossibilidade de acionar uma rede de apoio e de se deslocar pela cidade?

Dada a gravidade da situação, que a cada dia crescia com o maior isolamento dos corpos, a ameaça invisível tomava conta do espaço do encontro e, as ruas, parques, praças, paradas de ônibus, estavam cada vez mais vazias. Como pesquisar com a outra na ausência do encontro? Como semear e cultivar pactos de confiança que possibilitem o desenvolvimento de um campo de pesquisa que trabalhe com escuta, tendo a narrativa como perspectiva teórico-metodológica?

No meu projeto de pesquisa inicial, eu pretendia pesquisar sobre o uso da praia de Ponta Negra, em Natal, Rio Grande do Norte, por mulheres. Com o avanço da pandemia e a distância física de aproximadamente 4058km, a ideia foi perdendo sentido e viabilidade. Afinal, não havia como falar de uso do espaço público, nem tampouco realizar um estudo de campo, quando toda uma dinâmica do espaço havia sido alterada. Ainda, não existia qualquer possibilidade de me deslocar até o outro Rio Grande enquanto a população não estivesse vacinada e a disseminação do vírus, diminuído.

Enquanto eu devorava os textos e livros de autoras feministas, não parava de me questionar sobre a sobrecarga de trabalho invisibilizado, sobre as micro e macro violências que se tornavam cada vez mais perceptíveis ao meu redor, se sobressaltando e se escancarando aos meus olhos. Sobre mim, pairava o desejo de uma mudança político-social-econômica concreta, onde todas – e todos os corpos - fossem livres de exploração e opressão.

Nesse meio tempo, desenvolvi também alguns projetos junto ao MargemLab⁴, como é o caso do Podcast “Cartas da periferia”, trabalho desenvolvido com o coletivo Fora dos Muros, que trazia narrativas do cotidiano das comunidades periféricas de Porto Alegre afetadas pela pandemia do novo Coronavírus. Esse trabalho se desdobrou, a partir do convite da ONG Habitat Brasil para a Humanidade em parceria com a Articulação por Direitos na Pandemia⁵, na produção de um vídeo-documentário que tratava da falta de acesso à internet nas periferias como dificuldade ou impedimento para acessar diversos serviços básicos virtuais. Para produção do vídeo, foram realizadas as Oficinas de Narrativas Populares, nas quais, por meio de encontros virtuais, tive a oportunidade de escutar e dialogar com mulheres e homens sobre as questões urbanas e desigualdades nos territórios periféricos de Porto Alegre. Ao longo dos encontros, vimos que a maior abertura, aproximação, entrega e confiança na nossa escuta se deu com as mulheres, as quais estavam em maioria como narradoras.

⁴ O Margem_laboratório de narrativas urbanas é um grupo de pesquisa vinculado ao CNPq e ao Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que atua na interface entre pesquisa, ensino e extensão como forma de produzir conhecimentos no âmbito do urbanismo contemporâneo a partir de três linhas de pesquisa: Paisagem e Narrativa; Espaço e Gênero; Imagem e Cartografia e busca investigar o urbano a partir de uma lógica narrativa é o que nos desafia a questionar a realidade enquanto síntese e totalização, convocando uma abertura epistemológica que reconheça heterogeneidades que compõem cidades, paisagens, territórios.

⁵ O projeto Articulação por Direitos na Pandemia monitorou “a atuação e ausências do poder público no contexto da Pandemia a partir das vivências e realidades dos grupos e comunidades vulnerabilizados, com o objetivo de disputar narrativas e dar visibilidade a omissões e violações de direitos, e para incidir por políticas públicas e ações imediatas e estratégicas na perspectiva do direito à cidade e justiça social. O monitoramento foi sistematizado, apresentando de forma sintética os resultados levantados a partir dos diálogos em territórios e com grupos específicos. O estudo ouviu lideranças e representantes de 195 comunidades e grupos, em 30 cidades e 15 estados do Brasil, entre 28 de maio até 3 de julho de 2020. Os dados foram coletados por meio de entrevistas e questionários.” Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/articulacao-por-direitos-na-pandemia-lanca-panorama-nacional/> Acesso em: janeiro de 2023.

Escutar histórias da vida das mulheres no espaço urbano, da violação de direitos básicos, assim como a constituição de redes de solidariedade e enfrentamento que se fortaleceram, me levavam cada vez mais à certeza de que ampliar a produção as narrativas contra hegemônicas seria um caminho para repensar as políticas públicas e o planejamento das nossas cidades.

Os dias de confinamento pareciam intermináveis para mim, até que, em mais um dia trancada em casa, comecei a acompanhar, pelas redes sociais, o trabalho de luta e militância da Casa de Referência Mulheres Mirabal (CRMM). Ocupação urbana organizada e coordenada pelo Movimento de Mulheres Olga Benario (MMOB), é localizada na cidade de Porto Alegre/RS e acolhe e abriga, desde 2016, mulheres vítimas de violência. Essa é a segunda ocupação feminista da América Latina, feita por mulheres e para mulheres. Para além da reivindicação por moradia, a Mirabal é um território de confrontação e reivindicação ao Estado que não protege as mulheres e que busca, antes de qualquer coisa, mostrar que a organização coletiva das mulheres é um caminho para emancipação e transformação de suas vidas. Então, ao mesmo tempo em que tudo parecia desmoronar e que nós mulheres sucumbiríamos aos diversos tipos e níveis de violência, à sobrecarga mental e física que se intensificou ao longo da imprevisibilidade da pandemia, passei a deparar-me, também, com essas estratégias de luta e sobrevivência construídas coletivamente por mulheres.

Com o passar dos meses acompanhando pelas redes sociais o Movimento de Mulheres Olga Benario e a Casa de Referência Mulheres, senti uma urgência de desenvolver uma pesquisa no campo de planejamento que pudesse dar pistas de um pensar o urbano, para além dos processos tradicionais do pensar, planejar e intervir, partindo de uma outra experiência que se inscreve na cidade: a luta coletiva de mulheres dispostas a construir um modelo de sociedade que emana do poder popular. Era latente meu desejo de tecer um vínculo e abrir a possibilidade de pesquisa com a CRMM. De acompanhar o processo de luta através a partir de uma escuta qualificada, atenta e responsável, acolhendo diferentes narrativas que são atravessadas por violências de diferentes ordens que tensionam os modos tradicionais de produção do conhecimento que se embasam em um modelo de sociedade patriarcal.

Minha aproximação com o MMOB e com a CRMM, no entanto, só aconteceu em março de 2021, quando me torno corpo nesse todo, ao participar de uma plenária virtual do Movimento. Foi quando me apresentei e disse do meu desejo em conhecer a luta de perto, de saber como funcionava aquela ocupação urbana a partir da participação do dia a dia da Casa. Em menos de uma semana, lá estava eu. Era dia 29 de março de 2021. Cheguei perto das 10h. Júlia, uma das coordenadoras, me recebeu e me apresentou a duas mulheres abrigadas que estavam sentadas à mesa conversando. Uma das crianças estava sentada no chão com um joguinho de fichas. Do lado de fora, um mural da vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018. Havia também uma caixa d'água que virou piscina. Coisas por fazer. Coisas por organizar. Uma sala do projeto de geração de renda, a sala Laudelina Campos de Melo, que abrigava o brechó e as atividades de corte e costura. Uma horta iniciada, mas com muito trabalho a se fazer. Uma sala um pouco caótica tomada por doações. Por onde começar? Quais são as demandas mais urgentes da casa? Como construir a luta em um território que eu acabei de pisar? Das crianças, não é difícil conseguir demonstrações de carinho e um sorriso. Das mulheres acolhidas, por suas histórias, traumas e dores, é preciso tempo para ganhar confiança. Como primeira atividade dentro da casa, começamos a organizar o caos que estava a sala de doações, eram eletrodomésticos, cestas básicas, livros e roupas. Tudo misturado, mal tinha espaço para pisar no chão.

Na minha segunda visita à Mirabal, as coisas já soavam um pouco mais naturais do que no primeiro dia. Já não me sentia só mais uma estranha e as acolhidas já começavam a esboçar pequenos contatos visuais. Não precisa de muito para que falem um pouco de suas histórias, apenas mostrar disposição à escuta. Em alguns minutos sentada no espaço da sala de estar da casa, N., uma das senhoras acolhidas na casa, me contou um pouco da sua vida. Em algumas semanas, cada vez que eu pisava e me aproximava mais da Mirabal, mais compreendia aquele espaço como um território que comporta as mais diversas formas de enfrentamento, solidariedade e construção coletiva. Percebia que somos uma rede de mulheres que juntas só se fortalecem.

Agora, já decorridos quase dois anos, pude conhecer diversas mulheres de diferentes realidades e com experiências que muitas vezes se distinguem da minha. São mulheres vindas de várias partes da capital de Porto Alegre e da Região Metropolitana, com interesse de construir

coletivamente outro mundo possível; são mulheres que querem dar um fim nos ciclos de violência e que acreditam no trabalho realizado pela Casa; são mulheres da vizinhança que estão em situação de vulnerabilidade procuram a casa como um ambiente de suporte; são mulheres de outras instituições de acolhimento e enfrentamento à violência que reconhecem o serviço prestado; são mulheres que interseccionam questões de gênero, classe, raça, faixa etária, religião, orientação sexual. São abrigadas, ex-abrigadas, acolhidas, ex-acolhidas, coordenadoras, militantes, voluntárias, profissionais das mais diversas áreas; mulheres que nem sempre (ou não mais) estão abrigadas na CRMM, mas que desempenham papéis essenciais na socialização do trabalho reprodutivo lá dentro, pelos vínculos que criaram com as demais; mulheres que constantemente nos procuram ou nos admiram e querem fazer parte desse todo. Mulheres que são corpos e são territórios, seja nas manifestações políticas nos espaços públicos e/ou virtuais, seja na construção das redes de apoio psicológico e jurídico, na construção de projetos de geração de renda e emancipação financeira ou na colaboração de atividades dentro da casa. São mulheres que acreditam na transformação da sociedade através da luta coletiva pelo direito à cidade e a existência dentro dela.

Embora nem todas nós tenhamos sido vítimas de violência doméstica, certamente já fomos de algum modo violentadas pelo Estado que não cumpre seu papel de proteger a vida das mulheres e garantir os seus direitos. Violentadas pela perspectiva neutra e universal dada aos corpos, que pensa a cidade a partir de um sujeito homem-cis-branco-heterossexual-adulto-classe-média-e-alta, desconsiderando as demais existências e que segue insistindo e tentando nos colocar em um lugar de submissão e de silenciamento. Violentadas por um sistema que nos coloca em posições desiguais no território de morar, circular, pertencer, usufruir e acessar serviços básicos de energia elétrica, saneamento e segurança. Violentadas pela ordem patriarcal que se mantém e exige, diariamente, um movimento de resistência para sobreviver - não morrer.

Quem vê de fora, não tem a menor ideia da grande rede que se tece ali, na Casa. Eu não sabia até me tornar corpo, embora imaginasse. Tudo lá dentro é muito mais potente quando comparado ao que é visto de fora. Potência que, a meu ver, se alinha à ideia força de corpo-território, explorada por Verónica Gago (2020). O corpo-território é um conceito político que evidencia como os corpos seguem sendo explorados

e expropriados, ao passo que demonstra a existência de outros caminhos para sobreviver e resistir, carregando consigo outra noção de pertencimento.

A Mirabal é um território que também se constitui com fortes aproximações com à noção de comum – ética e prática de caráter político que se contrapõe ao modelo socioeconômico vigente, através de processos de lutas, práticas e outros modos de vida que partam da cooperação, partilha das tarefas reprodutivas, do uso coletivo dos territórios e das propriedades e do desejo da constituição de um autogoverno pela sociedade (DARDOT e LAVAL, 2017; FEDERICI, 2019).

O que vemos na Casa de Referência é um território em disputa, tomado por tensões, rompimentos e abalo das estruturas tradicionais de poder que amplia os territórios antes confinados ao espaço doméstico e que expandem a luta política. De perto é possível observar a luta das ocupações urbanas feministas as quais se constituem como espaços de organização e formação política, de construção de estratégias para combater as violências do sistema capitalista patriarcal contra as mulheres. Pouco a pouco vamos configurando uma outra lógica não só de existência, mas de produção do espaço urbano em que tenhamos e consigamos manter esse “ponto de poder das mulheres na cidade”⁶.

Ocupar, por si só, já é uma forma de resistência. Ocupar sendo mulher é resistir duplamente. As ocupações surgem como potência: de experimentar espaços autogestionados e de reivindicar ao Estado o direito à cidade. A cidade pensada para nós mulheres, serve como termômetro de bem-estar para as demais cidadãs e cidadãos, sobretudo as dissidentes, excluídas do pensar-urbano. É, inclusive, dessa potência entre corpo-presença-coletividade-teoria-prática que minha pesquisa busca se apropriar para começar a tomar forma. Me ajudou a entender que são dos rasgos, fissuras, rachaduras e das “flores que nascem no asfalto” que nós, mulheres, construímos essa transformação.

⁶ Trecho do relato da narradora Géssica Oliveira. (2022)

Em 29 de março de 2022, exatamente um ano após pisar pela primeira vez na CRMM, fui convidada para compor a coordenação da Casa. Ali, todo o sentido da construção cotidiana da luta e da pesquisa, ganhou mais força. Hoje, é impossível dissociar meu corpo daquele território. Nessa pesquisa, advogo pelo que propõe Haraway (1995, p.30) “(...) políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a de ser ouvido nas propostas de fazer de conhecimento racional”. O que me interessa é trazer à tona aquilo que não costuma ser contado, ou seja, a lógica da sobrevivência, da resistência e do cuidado. A partir daí, passei a entender que o tema desta pesquisa é abordar os estudos urbanos através de uma perspectiva de gênero. Dentro desse tema geral, têm-se como subtema as ocupações como insurgências urbanas, nas quais se materializam as práticas sociais das mulheres enquanto corpo-território e o comum como lógica conceitual e operativa.

Assim, evoco duas questões de pesquisa: 1) A vida em comunidade na Casa de Referência Mulheres Mirabal, não legitimada pelo planejamento urbano patriarcalizado vigente, seria a expressão política desse corpo-território convocado pelas mulheres?; 2) Quais narrativas devem emergir para dar visibilidade ao corpo-território como outro modo de produzir cidade para além da lógica capitalística?. O objeto de estudo dessa pesquisa é, portanto, o conjunto de práticas cotidianas realizadas por mulheres no espaço urbano e que operam a partir de uma lógica que difere daquela imposta pelo sistema capitalista e heteropatriarcal, tendo como *lócus* de mapeamento a Casa de Referência Mulheres Mirabal, em Porto Alegre, território que vive em um processo constante de disputa e resistência.

Ao falar em lacuna do conhecimento, penso em tudo aquilo que ainda não foi explorado ou que não se esgotou como possibilidade enquanto pesquisa. Pensar a produção urbana a partir de perspectiva epistemológica feminista é um campo ainda pouco explorado e que se constitui, também, na interpelação de um sujeito universal que responde à lógica moderna que funda o urbanismo como disciplina. Utilizando as palavras de Donna Haraway (1995, p.30) “(...) São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo”. Portanto, o caminho aqui proposto expande os horizontes para se deslocar não só do pensamento hegemônico, mas também nos permite conhecer e pesquisar outros modos de

vida e práticas coletivas existentes nas cidades, deslocadas deste lugar de poder patriarcal e de opressão, violência e silenciamento que as mulheres são comumente situadas.

Apesar disso, é possível notar um interesse crescente em desenvolver pesquisas que considerem a multiplicidade de sujeitos e as diferenças de gênero. Essa percepção surgiu após o levantamento de trabalhos publicados/apresentados nas edições XVI, XVII e XVIII do Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR). Em 2015, no encontro realizado em Belo Horizonte, apenas 4 trabalhos abordavam a temática de gênero. Em 2017, no encontro realizado em São Paulo, esse número subiu para 6 trabalhos. Já em 2019, foram encontrados 13 trabalhos que abordam a questão de gênero no espaço urbano. Além disso, também aconteceu um espaço para debate do tema, com uma sessão livre denominada “MEU CORPO, MEU TERRITÓRIO: Mulheres e direito à cidade a partir das relações interseccionais no espaço urbano”, organizada por Rossana Brandão Tavares e Diana Helene.

Em outros programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bem como em Planejamento Urbano e Regional, há algumas dissertações já defendidas, como a de Marina Harkot que pesquisou o uso da bicicleta na cidade de São Paulo (2018), assim como algumas teses defendidas, como é o caso de Diana Helene e os territórios de prostituição em Campinas/São Paulo (2015); Rossana Brandão Tavares, sobre os espaços generificados de resistência no Rio de Janeiro (2015); e da Gabriela Leandro Pereira que trabalha as questões de gênero e raça, partir das narrativas literárias de Carolina Maria de Jesus (2015).

No Programa de **Pós-graduação** em Planejamento Urbano (PROPUR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, até o momento dessa apresentação (2023), só há uma dissertação que aborde a temática de gênero nos estudos urbanos, da pesquisadora Carolina Gallo Garcia (2018), intitulada “Gênero da cidade em disputa: práticas artísticas como manifestação do dissenso”, que relaciona arte, gênero e espaço público. Nesse mesmo Programa, também há uma escassez de dissertações e teses que utilizem a abordagem teórico-metodológica das narrativas e/ou trabalhem com ocupações urbanas.

Outra justificativa é trazer para este estudo uma epistemologia feminista e interseccional que se contraponha à produção do conhecimento positivista que entende a objetividade enquanto totalidade. Para Donna Haraway (1995) é preciso buscar outros pontos de vista, outras perspectivas que não são costumeiramente reconhecidas e que prometam a produção de um conhecimento que nos permita construir mundos que se organizam para além dos eixos de dominação, o que significa "argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e das maneiras de ver" (HARAWAY, 1995, p. 24). As palavras de Grada Kilomba (2019) complementam essa justificativa, pois a autora também destaca importância de reconhecer o local do qual falamos e argumenta que é preciso pensar uma epistemologia que desconstrua a ideia de que o discurso acadêmico é neutro e objetivo, posto que "(...) vale lembrar que a teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém" (KILOMBA, 2019, p.58).

A escolha da narrativa como abordagem teórico-metodológica pode ser justificada pela necessidade de nos aproximarmos de um tipo de produção do conhecimento que aposta no que Djamilia Ribeiro (2019) entende como epistemologia da experiência, rompendo com um regime de autorização discursiva e que valoriza diferentes perspectivas sobre a realidade. Trazer à tona o debate da produção do conhecimento situado e legitimado é, também, levantar a importância do debate interseccional para resolução dos problemas sociais e para os campos de pesquisa acadêmica (HILL COLLINS, 2017).

Além disso, o desenvolvimento de uma pesquisa que leve em consideração a experiência urbana das mulheres e seus processos subjetivos, justifica-se pela fala de Zaída Muxí Martinez (2006), ao expor a urgência em escrever e anunciar a experiência de viver no espaço urbano em um corpo sexuado feminino, dada a visão dominante masculina que direciona a um corpo de conhecimento neutro dentro de um sistema patriarcal. Incluímos também a baixa representatividade das mulheres e demais grupos subalternizados nos "espaços oficiais" da política, sejam em cargos do legislativo, do executivo, como em espaços de construção democrática da cidade. Isto repercute não só na produção do

espaço urbano, mas também nos planos de governo⁷ e nas políticas públicas não-implementadas, pois a manutenção do pensamento de grupos hegemônicos deslegitima e exclui outras formas de existência.

A escolha da Casa de Referência Mulheres Mirabal se dá por ser um território cujas práticas sociais e modos de resistência se materializam. A escolha também pode ser justificada pelos seguintes pontos: território que confronta o sistema patriarcal e capitalista e se instaura em uma lógica que subverte a ideia de propriedade privada; por demonstrar a ausência e a ineficiência do Estado na elaboração e efetivação de políticas públicas para as mulheres; por trazer outros caminhos possíveis para combater e encerrar ciclos de violências; por ser um espaço construído coletivamente por mulheres e para mulheres.

A nível global, a incorporação de agendas urbanas voltadas para o desenvolvimento ou para a inclusão da temática de gênero e suas interseccionalidades é tida como pauta prioritária definida no Habitat III da Organização das Nações Unidas (ONU), enquadrando-se como um dos desafios atuais das cidades a nível mundial, o que demonstra a relevância desse estudo. Contudo, para que isso ocorra, é necessário comprometimento, bem como vislumbrar a efetivação da participação social, a luta por empoderamento e a busca pela garantia de direitos iguais, além do combate às formas de opressão, violência e assédio nos espaços públicos e privados (ONU, 2017).⁸

Desse modo, a pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre como a vida em comunidade não legitimada pelo planejamento urbano patriarcalizado vigente se expressa politicamente no corpo-território convocado pelas mulheres na Casa de Referência Mulheres Mirabal, a partir

⁷ Em levantamento realizado pelo jornal Gênero e Número, maioria dos prefeitos eleitos nas capitais brasileiras em 2020 ignoram completamente negros, mulheres e a população LGBTQIA+ em seus planos de governo. Disponível em: <http://www.generonumero.media/prefeitos-capitais-ignora-mulheres-negros-lgbt-planos/> Acesso em: Outubro de 2022.

⁸ Documento produzido no Habitat III (Quito, Equador, 2016).

das narrativas produzidas com mulheres vinculadas à ocupação urbana. Quanto aos objetivos específicos, foram definidos: (1) Discutir, a partir de uma epistemologia feminista, como as questões de gênero e suas interseccionalidades atravessam os estudos urbanos; (2) Explorar os conceitos de corpo-território e comum para compreender as desigualdades de gênero e suas interseccionalidades, as conflitualidades e resistências das mulheres no espaço urbano; (3) Produzir processos de escuta das mulheres da Casa de Referência Mulheres Mirabal a partir de uma abordagem etnográfica, a fim de fazer emergir suas experiências urbanas; (4) Identificar, a partir das narrativas, práticas de corpo-território da Casa de Referência Mulheres Mirabal que tensionem a lógica patriarcal vigente nos estudos urbanos.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. Escolhi que a introdução “De onde vêm o desejo da pesquisa” deveria ser entendida como o primeiro capítulo, pois, para mim, ele é tomado de tecituras que partem da minha experiência de um corpo individual até tornar-me um corpo coletivo. O segundo capítulo “Cidade, substantivo feminino. Planejamento, substantivo masculino” discute, a partir de uma revisão bibliográfica, o contexto histórico que levou as mulheres a situações de subordinação, violências e opressão no espaço público e privado. Em seguida, traz uma reflexão teórica sobre como a pensar as cidades a partir de uma existência universal prejudica não só a utilização do espaço urbano, mas se torna um entrave ao direito à cidade das mulheres e dos demais grupos não hegemônicos. São trazidos ainda, dados quantitativos acerca das violências de gênero, bem como algumas tentativas no campo legislativo de combater essas violências, além de problematizar a implementação de políticas públicas como as Casas-abrigo e Delegacias Especializadas para Mulheres. Por último, levanta-se a discussão sobre participação das mulheres nos movimentos sociais e nas ocupações urbanas como forma de resistência e articulação política.

O terceiro capítulo, “**Minha voz, uso para dizer o que se cala**” discute e apresenta a abordagem teórica-metodológica da narrativa utilizada ao longo do processo de pesquisa, justificando sua potência como perspectiva crítica para estudos urbanos, tomando como base os estudos de CARON (2017). São feitas reflexões teóricas sobre a escuta, a importância da troca de experiências entre mulheres e sobre a relação entre narrativa e o trauma. Também são detalhadas a imersão e as práticas no campo de pesquisa, a aproximação com as mulheres, a escolha das narradoras, a escolha da pergunta geradora e o processo de acompanhamento e escuta das narradoras. Descrevo ainda, as etapas da oficina

“O que pode um corpo enquanto território?” que aconteceu logo após a produção das narrativas e foi uma experiência prática e coletiva sobre o entendimento do conceito de corpo-território. Por último, explico a análise do corpus narrativo, análise discursiva baseada nos temas-índices na tese de CARON (2017). Aqui, os temas são entendidos como pistas de como se constitui o corpo-território.

No quarto capítulo “**Narrando com as Mulheres Mirabal: O corpo-território em três atos**”, profundo, de início, no item “do território ao corpo, do corpo ao território” a conceituação de território (SANTOS, 1998, 2000, 2006; RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2005, 2011, 2020; SOUZA, 1995, 2009) para aproximar-me da ideia de corpo-território – abordagem que traz uma perspectiva feminista do pensar o território sem dissociá-lo da esfera do corpo (GAGO, 2020; CABNAL, 2010, 2019; PAREDES; HERNANDEZ, 2015, 2017). Em seguida, por meio das pistas que apareceram nas narrativas, construo a divisão do corpo-território em 3 atos: o **corpo-território como levante**, que por meio das narrativas a história da Casa de Referência Mulheres Mirabal é reconstituída; o **corpo-território como campo de batalha**, onde aparecem as inúmeras tentativas de apagamento e deslegitimação do trabalho desenvolvido, além dos ataques institucionais e da mídia; e, por último, o **corpo-território como construção do comum**, visibilizando modos de constituir comunidade em meio a processos cotidianos de resistência.

Por fim, em “Vida longa as borboletas”, trago as reflexões finais e possíveis caminhos a serem traçados por meio da expansão das lutas coletivas e cotidianas das mulheres como corpo-território e o porquê seguir com processos narrativos, de modo que as cidades possam ser contadas através de outros processos, sobretudo por mulheres.

2 Cidade, substantivo feminino. Planejamento, substantivo masculino.

A cidade, como o grande assentamento humano que se é, abriga uma diversidade de pessoas, usos, lugares, dinâmicas, experiências e memórias coletivas e individuais. Cidade, como substantivo feminino, também é – ou ao menos deveria ser – sinônimo de cuidado. Planejamento, porém, é substantivo masculino, racionalizado, universalizante hegemônico. Na intenção de trazer reflexões sobre o modelo de cidades vigente, esse capítulo traz um panorama de como as desigualdades de gênero se materializam no espaço urbano, partindo de uma perspectiva interseccional e de dados quantitativos sobre as violências contra a mulher, políticas públicas ineficientes e legislações vigentes de combate às violências. Por último, a história não-narrada começa a ganhar corpo, substanciando as resistências e lutas feministas no espaço urbano.

2.1. “A GENTE PRECISA QUESTIONAR ESSE MODELO DE CIDADE. PORQUE A GENTE É ENGOLIDO POR ISSO E NEM VÊ.”

*Triste, louca ou má
Será qualificada ela
Quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina
Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar*

JU STRASSACAPA

Para entender como as mulheres foram postas em um lugar de subordinação e por qual motivo sofreram apagamentos e silenciamentos na sociedade e no espaço urbano, é preciso voltar alguns séculos na história. Para essa compreensão, foi feita a leitura do “Calibã e a Bruxa”, em que a filósofa, pesquisadora e escritora Silvia Federici (2017), relata a transição do feudalismo para o capitalismo a partir de uma epistemologia feminista. Segundo a autora, tudo começou com os cercamentos e com o processo de privatização das terras que culminou na acumulação primitiva de capital e na divisão sexual do trabalho, estabelecendo de quem seria a competência das tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher dentro da sociedade. Nesse sentido, Martínez, Helene e Orellana (2020), expõem:

Historicamente, a cultura patriarcal codificou o dever, o ser e o estar de mulheres e homens, a partir de um molde inquebrável no qual as habilidades, capacidades ou aptidões, são pensadas e definidas pelo corpo sexuado. A partir do sexo biológico se elegem as pautas de socialização, constituídas como opostas e binárias, o que posiciona a ideia de “gênero” como uma construção sociocultural dicotômica, que designa papéis a uns e a outras. (MARTÍNEZ, HELENE, ORELLANA, 2020, p.107)

As mulheres, reclusas aos espaços privados, ficaram encarregadas de procriar – como uma verdadeira máquina de produção de novos trabalhadores (FEDERICI, 2017), exercer das tarefas domésticas e das atividades voltadas ao cuidado. Já os homens, ocuparam os espaços públicos para tomar decisões na vida política e pública. Aqui, emergia a individualidade, a vida idealizada em uma família monogâmica e patriarcal.

É nesse momento que as atividades reprodutivas exercidas pelas mulheres, apesar de cruciais para a manutenção da vida, bem como para a acumulação de riqueza e para a sustentação do sistema capitalista, ficaram em uma posição secundária, sendo desvalorizadas e entendidas como não-trabalho, passando a ocupar um lugar de não reconhecimento e invisibilidade. Todo trabalho feminino realizado dentro de casa, passa a ser considerado “tarefa doméstica” e, posto isto, não remunerado. Aliás, essa desvalorização ultrapassou o limite do ambiente doméstico e, mesmo ao realizar atividades produtivas fora de casa, as mulheres passaram a receber remuneração em valores insuficientes para a sua sobrevivência (ibid., 2017). Iniciou-se, assim, o fenômeno conhecido como “feminização da pobreza”.

Esta foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. Para colocar em prática a “apropriação primitiva” dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens (FEDERICI, 2017, p.191). Desta forma, a acumulação primitiva de capital não foi somente uma questão de trabalhadores explorados e de expansão do capital, mas sim a criação de marcadores de diferença e hierarquias dentro dessa classe trabalhadora, como gênero, raça e idade, constituindo a formação do proletariado moderno⁹.

Junto ao processo de degradação social, foi declarada uma guerra contra as mulheres, que ficou conhecida como “caça às bruxas”, a qual “pôs um fim às relações comunais, ao universo de práticas femininas e aos sistemas de conhecimento que eram a base do poder e resistência nas lutas contra o feudalismo no período pré-capitalista do continente Europeu (ibid., 2017, p.205). As bruxas, às quais Silvia Federici se refere, seriam todas aquelas mulheres que se colocassem em posição de insubordinação ao sistema patriarcal e capitalista vigente, articulando formas de resistência à dominação e ao silenciamento feminino. Caçar as “bruxas” significava não só queimar corpos na fogueira, mas destituir um conhecimento transmitido entre gerações – de mãe para filha, sobretudo sobre formas de contracepção e aborto que vinha das curandeiras. Os homens agora exerciam poder, controle, livre acesso aos corpos e ao trabalho, além de decidir sobre a vida ou morte dessas mulheres. O período da caça às bruxas foi a expressão máxima das violências de gênero e permanece até os dias atuais.

O fim das relações comunais ocorreu com a formação das cidades, na transição da vida no campo para a vida urbana. A substituição das terras comunais pela propriedade privada foi uma perda para as mulheres, uma vez que a função social delas lhes traziam uma garantia de subsistência, autonomia e socialização do trabalho reprodutivo (ibid., 2017, p.136). Sem acesso à terra, as mulheres não têm mais disponíveis os

⁹ Esses marcadores de diferença serão abordados mais adiante, no item que trata sobre o feminismo negro e a abordagem interseccional.

bens-comuns necessários para manutenção da vida e para tarefas do cuidado. Faz-se necessário então, falar dos cercamentos como um acontecimento que extrapola a ação de dividir as terras por cercas. Para Federici (2019a) “devemos pensar em um cercamento de conhecimento, de nosso corpo, de nossa relação com as outras pessoas e com a natureza” (FEDERICI, 2019a, p.55).

A subordinação das mulheres, da natureza e das colônias como lema da “civilização” inaugura a acumulação capitalista e assenta as bases da divisão sexual ou colonial do trabalho. Isso vai refletir, mesmo após séculos do advento do capitalismo, no funcionamento e dinâmica das cidades, as quais continuam se apoiando na “divisão sexual do trabalho e dos espaços e se materializa em uma configuração dos espaços centrada nas experiências e necessidades masculinas”¹⁰ (VALDIVIA, 2018, p. 68, *tradução nossa*). Ao serem pensadas sob uma perspectiva dita neutra e universalista, as relações sociais são projetadas de maneira racional e funcionalista para atender diretamente às atividades produtivas e monetizadas.

Esses espaços ditos “neutros” não levam em consideração a multiplicidade de sujeitos e, portanto, não são pensados a partir do campo da experiência e necessidades de cada sujeito ou grupo social. Para Valdivia (2018), em cidades socialmente e economicamente injustas, diversos aspectos como os marcadores de gênero, classe social, raça, etnia, identidade sexual, idade e a diversidade funcional determinam o modo como cada um experimenta determinados privilégios e opressões no dia-a-dia no espaço urbano. Assim, deslegitimar outras formas de existência, significa planejar e projetar cidades, como já foi dito anteriormente, que estejam atreladas a uma política neoliberal¹¹, em que “as intervenções

¹⁰ La exclusión de las mujeres del ámbito público se apoya en la división sexual de los trabajos y de los espacios y se materializa en una configuración de los espacios centrada en las experiencias y necesidades masculinas.

¹¹ O neoliberalismo é um termo adotado a partir dos anos 1970/1980 para designar um modelo político-socioeconômico que se caracteriza segundo Pierre Dardot e Cristian Laval (2016) como “a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente

urbanas, o urbanismo e o planejamento urbano e territorial são constituídos de modo a auxiliar a produção capitalista (o fluxo de mercadorias, a circulação de trabalhadores e o lucro); e não o bem-estar cotidiano de seus habitantes” (HELENE, 2019).

As cidades produzidas dentro dessa perspectiva sobrepõem o valor de troca em detrimento do valor de uso¹². Falar em valor de uso é falar de um planejamento que leve em consideração as atividades ligadas à reprodução e ao cuidado com ruas, bairros, distribuição de bens e serviços, assim como redes de transportes que atendam às reais necessidades cotidianas das mulheres. Nesse sentido, infelizmente, essa inversão não vêm de hoje e, as cidades, desde a ascensão do capitalismo e em suas diversas fases da história, têm perpetuado e funcionado sob duas lógicas: de um lado, a cidade como espaço de produção, a qual é baseada no preceito da existência de um sujeito universal e na propriedade individual; do outro, a cidade ligada a uma lógica de sobrevivência, do cuidado e da reprodução, a qual embora exista, frequentemente não é levada em consideração nos processos de planejamento.

assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 14).

¹² Valor de troca e valor de uso são noções exploradas por Henri Lefebvre. Para o autor, a lógica produtivista e economicista que surgiu junto aos processos de industrialização, tendem a reduzir o urbano a uma lógica mercadológica, de produção de objetos e os encontros a negociações e realização de trocas materiais, a qual denomina valor de troca. Já o valor de uso seria basear o “urbano”, nos encontros, reuniões, o lugar do desejo, de onde se discute a problemática urbana e da “realização efetiva da sociedade urbana (isto é, de sua base morfológica, material e prático-sensível).” (LEFEBVRE, 2001, p. 88). A noção de valor de uso vai se aproximar do que ele defende por direito à cidade.

Com isso, acabam sendo geradas o que Paula Soto Villagrán (2008) denomina de "inequidade de gênero", que podem ser caracterizados como entraves ao Direito à Cidade¹³ (HELENE, 2008), conceito que está atrelado à utilização da cidade a partir do seu valor de uso, "é o direito a usar os espaços urbanos de uma determinada cidade a fim de ocupá-los, viver, recrear, representá-los e caracterizá-los" (FENSTER, 2010, p.66).

Ao trazer à tona a luta das mulheres pelo direito à cidade, deve-se lembrar que essa luta contra a norma hegemônica é uma luta pelo direito a existir, portanto, "Para aqueles apagados ou rebaixados pela norma que se espera que incorporem, a luta se torna uma batalha corpórea por condição de reconhecimento, uma insistência pública em existir e ter importância" (BUTLER, 2019, p.44). Assim sendo, a efetivação do direito à cidade é um desafio. Rossana Tavares (2015) ressalta três principais condicionantes para enfrentamento e construção desse direito à cidade sob uma perspectiva de gênero: a influência política, a integridade física dos corpos femininos e a autonomia dos seus interesses e práticas sociais.

É sabido que as estruturas de poder hegemônicas que se configuram no território acabam por enviesar não só a materialização do espaço, mas o modo como as histórias são contadas. Segundo Zaida Martínez (2015, p. 112), a história costuma ser contada a partir "do poder, o qual é patriarcal". Em vista disso, vai se construir uma escala de valores que privilegia determinadas experiências em detrimento de outras, que acabam sendo desconhecidas, esquecidas e negadas. Ou seja, "não há lugar para outros valores, nem experiências, nem saberes. Essa valorização

¹³ A noção de Direito à Cidade nasceu na França, em meio aos movimentos estudantis e greves gerais em maio de 1968, e foi construído e discutido pelo filósofo Henri Lefebvre em seu livro "Le droit à la ville", como uma crítica ao modo tradicional de se pensar a cidade. Para ele, o direito à cidade vai muito além da questão da moradia e "(...) não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que "o urbano", lugar de encontro, prioridade de valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível." (LEFEBVRE, 2001, p. 118)

enviesada é extensiva às histórias de todos os outros subalternos, quer dizer, as minorias étnicas ou de outro tipo, os não-brancos, os não-ricos”¹⁴ (MARTÍNEZ, 2015, p.112, *tradução nossa*).

Não considerar a multiplicidade de sujeitos, histórias e experiências que trariam o reconhecimento das diferenças de gênero - e as interseccionalidades, permite que as estruturas de poder hegemônicas sejam mantidas e se reafirmem as priorizadas práticas sociais masculinas e as atividades produtivas que constituem a cidade como mercadoria. Enquanto isso, as mulheres e demais grupos subalternizados permanecem silenciados, sobrecarregados com o trabalho reprodutivo e vivenciando situações de violência e opressão. Essa distinção entre os hegemônicos e os subalternos vai se materializar no espaço urbano e refletir diretamente nas relações de cada um desses grupos com o território, configurando-se como a “precariedade” que Judith Butler (2019, p.40) interpreta como “situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte”.

Deve-se saber, portanto, que à medida que essas desigualdades de gênero, classe e raça se intensificam e são materializadas no espaço urbano, outras práticas sociais, modos de resistência e lutas pela sobrevivência emergem enquanto contraponto (TAVARES, 2015). Ao se organizarem, as mulheres acabam saindo do confinamento doméstico e da vida individualizada para exercer um papel de destaque e protagonismo na mobilização das lutas por direitos básicos, como moradia, educação, saúde, segurança e integridade dos seus corpos e contra o regime de autorização discursiva que as silencia.

¹⁴ “(...) no hay lugar para otros valores ni experiencias ni saberes. Esta valoración sesgada es extensiva a las historias de todos los otros o subalternos; es decir, las minorías étnicas o de otro tipo, los no-blancos, los no-ricos.”



Figura 1 - Mulheres, opressões e lutas. Fonte: colagem elaborada pela autora.

2.2. MIL NAÇÕES... MOLDARAM MINHA CARA: PENSAR A CIDADE A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL.

Antes de trazer minha construção teórica acerca da perspectiva interseccional dentro e fora dos estudos urbanos, dou início a esse item apresentando um breve relato de umas das minhas primeiras idas ao CRMM, que me trouxe inquietudes sobre o meu lugar no mundo, a minha origem, qual espaço que ocupo dentro dos marcadores sociais de diferença e de como fui percebida dentro desse território em que eu estava recém-adentrando.

03 de maio de 2021. O dia que uma das crianças que estavam lá, perguntou para outra acolhida, de qual país eu era, pois não entendia nada do que eu falava. Então a abrigada veio me perguntar de qual estado eu era e falar que meu sotaque era parecido com a “Juliette do BBB”. E explicamos juntos para a menina que cada lugar do país tem seu sotaque e seu jeitinho de falar. Isso me gerou reflexões sobre ser estrangeira dentro do meu próprio país. Eu, diante de todos os meus privilégios, sendo mulher branca, classe média, com ensino superior e pós-graduanda. Sigo sendo nordestina. Não importa minha aparência, se abro a boca para falar, sou vista como alguém que não pertence àquele lugar. Não a culpo, visto que é apenas uma criança, também não entendo como xenofobia, entendo como compreensão da diferença. Foi aí que compreendi a noção de alteridade, bem como a interseccionalidade em minhas relações dentro da Mirabal. (Relato de campo, 2021)

Aliás, tomar a decisão de pesquisar sobre um território dentro de Porto Alegre, cidade a qual pouco conhecia e tampouco tinha tomado ciência dos tensionamentos e disputas existentes, foi um desafio. Ouso dizer que além de todos os dilemas e inseguranças sentidos por uma recém-chegada, sofria e sofro constantemente o incômodo da reafirmação através da frase “Você não é daqui”. De, no início da maioria dos novos diálogos que estabeleço, ser interrompida por uma sucessão de perguntas, como “De onde você é?” “O que veio fazer aqui?” “Você é lá de cima, não é?”, “Lá é tão mais bonito, por que escolheu vir para cá?”, em uma quase obrigatoriedade de dar “satisfação” a quem me questiona. Ao ler o sobre políticas espaciais do livro “Memórias da plantação” de Grada Kilomba (2019), pude entender que não se trata de um mero exercício de curiosidade ou interesse, mas também de um exercício que carrega consigo uma fetichização e um entendimento de uma relação de poder que se dá pela “territorialidade”.

Feitas as reflexões iniciais, abordarei agora, pela visão de diferentes autoras, o debate interseccional, que tive início nos anos 1960 e 1970, ascendendo a partir do feminismo negro, nas vozes de pensadoras estadunidenses como Patrícia Hill Collins (2016) e bell hooks (2019). Para Patrícia Hill Collins (2016), o movimento feminista negro afro-americanas surge para demonstrar que a raça, como marcador de diferença, faz com que mulheres de diferentes classes sociais, orientações sexuais, idades, localidades ou religiões, passem por experiências similares de inferiorização e opressão, como o acesso a determinados locais de moradia e acesso à emprego, educação e forma de tratamento na esfera pública. É o caso, por exemplo, do grupo de mulheres negras experienciar a vida e serem tratadas de maneira diferenciada das mulheres brancas. Ao pensar em “inequidade de gênero”, portanto, se faz necessário pensar a partir da intersecção entre gênero, raça e classe. São as mulheres

negras, indígenas, transsexuais e de baixa renda as mais afetadas tanto na representatividade nos espaços formais de participação política, quanto no acesso à cidade.

Segundo levantamento feito durante a pandemia pela Gênero e Número¹⁵, são as mulheres negras que são chefes de família que enfrentam maiores entraves no acesso as condições básicas de acesso universal à moradia, saneamento básico e a internet. No Brasil, em 2018, cerca de 11 milhões de mulheres eram mães-solo e 61% desse total é composto por mulheres negras. Ainda mais agravante, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza, enquanto as casas chefiadas por mulheres brancas correspondem a apenas 39,6%.

A proporção das mães negras solo com filhos é maior em relação às mães brancas em moradias precárias, como por exemplo, da falta de banheiro exclusivo, construção feita com material não- durável ou mais de três pessoas por dormitório. De maneira proporcional, a cada 100 mães solo com filhos com menos de 14 anos, 4,6 mulheres negras não têm banheiro exclusivo¹⁶ – entre as mulheres brancas, a proporção diminui para 1,4. A desigualdade racial também aparece na falta de acesso a saneamento básico (42%) e a internet (28%), em comparação a 28% e 23% das mulheres brancas.

¹⁵ “A Gênero e Número é uma associação que produz e distribui jornalismo e informação orientados por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade. A partir de linguagem gráfica, conteúdo audiovisual, pesquisas, relatórios e reportagens multimídia alcançamos e informamos uma audiência interessada no assunto.”

GENERO E NÚMERO. Sobre. Gênero e Número, 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/sobre/>. Acesso em: janeiro de 2022.

¹⁶ SILVA, Vitória da. Um retrato das mães solo na pandemia. Gênero e Número, 18 de jun de 2020. Disponível em: https://www.generonumero.media/reportagens/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/#index_4 . Acesso em: janeiro de 2023.

A partir de alguns exemplos de como as desigualdades de gênero afetam as mulheres negras e brancas no espaço urbano, penso que é incoerente negligenciar as particularidades e universalizar as experiências de cada grupo de mulheres e que a transformação social só será possível caso a teoria e a prática abarquem os múltiplos sistemas de opressão. Mas, para que isso aconteça, é necessário romper com as lógicas opressoras. Em vista disso, a defesa do feminismo negro e interseccional pode ser explicada a partir das palavras de bell hooks¹⁷ (2019, p.11) ao entender que “a teoria feminista carece de totalidade, carece de uma análise alargada que possa abranger diversas experiências humanas”.

No contexto brasileiro, pode-se destacar duas pensadoras do feminismo negro: Sueli Carneiro e Lélia Gonzales. Sueli Carneiro (2003) acredita que o movimento feminista teve suma importância ao longo dos anos 1970 e 1980, sobretudo nas lutas e conquistas de direitos, dos processos de redemocratização. Seu pensamento converge e dialoga com as ideias de Lélia Gonzalez, que também acredita que o feminismo como teoria e prática no Brasil desempenhou um papel de importância, já que possibilitou a formação de grupos e redes de mulheres que juntas possibilitam a busca por outra forma de ser mulher. Lélia Gonzalez (2011, p.13), ainda ressalta que o movimento feminista brasileiro, conseguiu incorporar a associação entre capitalismo e patriarcado, como duas variantes dependentes e indissociáveis para compreender a opressão das mulheres, o que “constitui uma contribuição de crucial importância para o encaminhamento das nossas lutas como movimento”.

Apesar disso, tanto Lélia Gonzalez (2011) quanto Sueli Carneiro (2003), concordam que o movimento feminista brasileiro se apoiou, ao longo das décadas, em uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, a qual acaba caindo no “esquecimento” e na falta de compreensão

¹⁷ O nome de registro da autora é Gloria Jean Watkins, mas adotou o nome artístico como uma homenagem à bisavó. A escolha da escritora de usar bell hooks em minúsculo era uma forma de enfatizar o conteúdo dos seus livros e não sua pessoa. Disponível em: <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2021/12/14921851-por-que-bell-hooks-e-escrito-em-minusculo-escritora-morreu-nesta-quarta-feira.html>
Acesso em: junho de 2023.

dos marcadores sociais de diferença existentes nesse grupo. Esse é um problema apontado pela filósofa Sueli Carneiro (2003, p. 118) pois “dessa forma, as vozes silenciadas ou os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade”. Ao falar em marcadores de diferença, é possível ir além do gênero e da classe, adentrando questões identitárias como a raça.

(...) nós mulheres e não-brancas, fomos faladas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impor um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história. (GONZÁLEZ, 2011, p.14).

Para Lélia González (2011), o feminismo latino-americano perde força ao abstrair o caráter multirracial e pluricultural existente, pois acaba caindo em uma ideia universalizante branca e masculina, ocultando a realidade e a opressão que milhões de mulheres sofrem pelo fato de não serem brancas. Ademais, embora a discussão sobre os marcadores de diferenças e os entrecruzamentos de opressões seja mais antiga ou advenham do feminismo negro, como já demonstrado, essas ideias só chegaram a academia como “interseccionalidade” a partir dos anos 1980 através de Kimberlé Crenshaw. Advogada e professora estadunidense, a define da seguinte forma: "A Interseccionalidade é a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas entre dois e mais eixos da subordinação" (CRENSHAW, 2002, p. 177). Partindo dessa premissa, é possível discutir a sobreposição, os entrecruzamentos, as correlações e, por fim, as intersecções entre os diferentes tipos de discriminação e opressão. Segundo a autora, a interseccionalidade é a associação de sistemas múltiplos de subordinação e poder, destacando-se gênero, raça, etnia e classe.

Além disso, vale salientar que a interseccionalidade acaba por ocupar um lugar de importância nos debates intelectuais/acadêmicos ao articular duas frentes na produção do conhecimento (HILL COLLINS, 2017). A primeira delas é a de produção intelectual feita por indivíduos em uma posição de menor poder, fora do ensino superior e das mídias tradicionais onde esse conhecimento é produzido. A segunda, é o conhecimento produzido em instituições que buscam criar um saber legitimado. Ou seja, "A eficácia das ideias centrais de interseccionalidade,

em situações díspares politicamente, levanta questões importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta por liberdade e iniciativas de justiça social” (COLLINS, 2017, p.7).

É preciso lembrar, porém, que ao tratar dessa articulação metodológica conhecida como interseccionalidade, não se deve entender as opressões como um sistema hierárquico, mas reconhecer que podemos ao mesmo tempo que somos oprimidos, corroborar com um sistema de opressões. É o que diz Carla Akoritene (2019, p.28):

O pensamento interseccional nos leva reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências. Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres adultas são heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, visto as geografias do colonialismo limitarem as capacidades humanas.

Outro caminho para explorar o debate interseccional é conformar uma lógica de eixos estruturais para entender a colonialidade do poder. Por “colonialidade” María Lugones (2008, p.79, *tradução nossa*) entende como algo que extrapola a questão racial, como um fenômeno mais amplo, como um dos eixos do sistema de poder “(...) e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas”¹⁸ (LUGONES, 2008,). Para a autora, somente ao estabelecer a intersecção entre as categorias, é possível visualizar os vazios não preenchidos, ou seja, “a interseccionalidade revela o que não se vê quando categorias como gênero e raça se conceitualizam como separadas uma da outra”¹⁹ (ibid., 2008, p. 81, *tradução nossa*).

¹⁸ “(...) y, como tal, permea todo control del acceso sexual, la autoridad colectiva, el trabajo, y la subjetividad/intersubjetividad, y la producción del conocimiento desde el interior mismo de estas relaciones intersubjetivas.”

¹⁹ “La interseccionalidad revela lo que no se ve cuando categorías como género y raza se conceptualizan como separadas unas de otra.”

Trazer o entrecruzamento entre essas categorias, é, portanto, debater o esvaziamento do termo mulher, uma vez que quando não há qualquer especificação, o termo acaba tornando-se universalizante e racista, pois atende a uma lógica dominante de mulheres burguesas, brancas e heterossexuais e, assim, esconde as demais violências e abusos arraigados a colonialidade de gênero (LUGONES, 2008). Desse modo, “Cabe à identidade branca usar a interseccionalidade para desconstruir a falsa vulnerabilidade uniformizada (...)” (AKOTIRENE, 2019, p.33).

Para bell hooks (2019), o que se deve apreender do debate interseccional e com o feminismo negro é que a teoria feminista jamais deve dissociar a relação entre o sexismo e o racismo, nem tampouco opor ou descartar o racismo dessas lutas, pois juntas têm muito mais a oferecer. Acredita ainda, que só assim será possível ultrapassar a distanciação e diferenças entre as outras e construir um “movimento feminista politizado e baseado nas massas” (HOOKS, 2019, p.39).

As ideias refletidas teoricamente sobre feminismo negro e interseccionalidade serviram, sobretudo, para a união entre teoria e prática, na compreensão das experiências distintas de cada uma de nós, mulheres, que passamos pela CRMM e que, dentro desse processo, as diferenças pudessem servir como uma válvula motora de união e fortalecimento das lutas feministas pela vida e pelo bem comum de todas e todos na cidade.

2.3. CADÊ MEU CELULAR? EU VOU LIGAR PRUM O 180²⁰: AS ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA.

*Agora o meu papo vai ser só com a mulherada
 “Nós não é” saco de bosta pra levar tanta porrada
 Todo dia umas 10 morrem, umas 15 são estupradas
 Fora as que ficaram em casa e por nada são espancadas.*

Mulamba

Nos últimos anos, o Brasil teve inúmeros avanços político-legislativos, sobretudo no que diz respeito ao combate à violência contra a mulher, como é o caso da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006)²¹ e das leis que priorizam as mulheres vítimas de violência no aluguel social e nas políticas habitacionais. Hoje, em teoria, o país também possui “uma importante rede protetiva de enfrentamento e assistência às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, composta por diferentes instituições — como as Delegacias da Mulher, os Centros de Referências, as Casas-Abrigo, a Central de Atendimento à Mulher (180)²² (LACERDA, GUERREIRO, SANTORO, 2021).”

²⁰ Trecho da música Maria da Vila Matilde, interpretada pela voz da cantora Elza Soares.

²¹ A Lei Maria de Penha, nº 11.340, sancionada em 07 de agosto de 2006, completou 15 anos em 2021, dispõem em seu escopo de mecanismos para combate e enfrentamento à todas as formas de discriminação, violência, opressão, exploração, negligência e crueldade (Art. 3º, §1º), desde a assistência necessária, o atendimento às vítimas, os procedimentos quanto às medidas protetivas e diretrizes para proteção da vítima.

²² O Ligue 180 (Central de atendimento à mulher) foi criado em 2005 e é um serviço de utilidade pública, oferecido pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania, em que podem ser feitas denúncias de forma anônima. O balanço de dados (SEPM; MJC, 2016), demonstra que a procura pelo canal tem crescido de forma considerável desde o seu início e já registrou mais de 5.378.774 de atendimentos. O canal é aberto tanto para solicitação de informações, quanto para realização de denúncias, as quais costumam estar divididas em diferentes categorias de violência de gênero, entre

Em caráter político-legislativo, aconteceram alguns avanços na implementação de políticas públicas voltadas para mulheres vítimas de violência doméstica. É o caso, por exemplo, do Projeto de Lei nº 4692, de 2019, aprovado recentemente no Senado, que dá prioridade e destina 10% das habitações de interesse social para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar. Essas habitações podem ser públicas ou financiadas com recursos públicos, a exemplo do caso do extinto programa Minha Casa Minha Vida e do atual Minha Casa Verde e Amarela.

Em São Paulo foi publicado no dia 8 de março de 2021, conhecido como “Dia Internacional da Mulher”, o decreto nº 60.111/2021, que regulamenta a concessão do auxílio aluguel às mulheres em situação de violência doméstica, como previsto na lei nº 17.320 de 18 de março de 2020. Mesmo sendo um inegável avanço nas políticas de combate à violência doméstica, Larissa Lacerda, Isadora Guerreiro e Paula Santoro (2021) consideram que ainda há um longo caminho a ser percorrido, sobretudo contra a burocratização para acesso ao benefício, que só se dá mediante a existência de uma medida protetiva e da apresentação de um comprovante de residência.

Contudo, apesar da importância, percebe-se que essas medidas não têm sido suficientes para conter o aumento do número de casos de violências contra a mulher, nem, tampouco, delineiam caminhos para formas mais efetivas de combate e prevenção às violências. A situação se agravou ainda mais com a chegada da pandemia da COVID-19 no Brasil e fez com que os casos de violência doméstica, que já vinham crescendo nos últimos anos, aumentassem ainda mais. O distanciamento social e o isolamento no ambiente doméstico para conter o avanço do vírus fez com que muitas mulheres fossem obrigadas a conviver de forma intensa no âmbito privado com seus agressores, os quais são, na maioria das vezes, seus cônjuges ou companheiros. No país, durante o ano de 2021, em média uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas,

algumas que podemos citar estão: violência física, violência psicológica, violência moral, cárcere privado, violência sexual, violência patrimonial e tráfico de pessoas.

contabilizando 1.319 homicídios (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022). Apesar de uma leve redução nos casos comparado ao ano de 2020 em que ocorreram 1351 homicídios, os números seguem alarmantes.

No Rio Grande do Sul não foi diferente, nesse mesmo ano foram registrados 26.309 casos de ameaça, 14.350 casos de lesão corporal, 1.676 casos de estupro, 83 casos de feminicídio consumado e 210 tentativas de feminicídio. Enquanto isso, somente na capital Porto Alegre, no ano de 2021, foram registrados 2.708 casos de ameaça, 1.978 casos de lesão corporal, 226 casos de estupro, 42 tentativas de feminicídio e 8 feminicídios consumados²³. Além disso, segundo Relatório Anual da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, 2021), o número de petições (solicitações feitas pelos defensores públicos à justiça) referentes à casos de violência doméstica foi de 25mil. Esse total compreende um aumento de 257% em comparação com o período de outubro de 2019 e setembro de 2020. Conforme dados do Relatório Anual da Defensoria Pública do Estado Rio Grande do Sul (2020), o número de petições para casos de violência doméstica foi de 7mil.

Durante o primeiro semestre de 2022, somente na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) foram registrados 55 feminicídios, sendo 5 deles na capital. A maioria dos números apresentados, no entanto, não refletem a realidade, considerando que existe um número alto de subnotificações, as quais existem por alguns motivos: “as dificuldades no registro da denúncia decorrem de motivos diversos, que vão do medo de represálias, constrangimento, descrença na institucionalidade a barreiras econômicas e urbanas que cerceiam o acesso às instituições” (LACERDA, GUERREIRO E SANTORO, 2021).

Um dos fatores que influenciam na não-efetividade desse enfrentamento à violência é a localização dos equipamentos públicos de segurança, que se torna um empecilho para as mulheres cumprirem os inúmeros procedimentos após as denúncias de casos de violência. Às

²³ Dados da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (2022)

vezes é necessário transitar por diversas instituições que normalmente estão distanciadas dos seus locais de moradia, dificultando o acesso a esses serviços, onerando os gastos com deslocamento, além das variáveis da vida urbana e cotidiana que dificultam a realização da denúncia, como onde e com quem deixar os filhos, o horário de funcionamento destes lugares coincidir com o horário do expediente de trabalho, entre outros aspectos (SOUZA, MELETTI, 2020).

Não só isso, há também uma escassez de equipamentos públicos que oferecem serviços especializados de atendimento e amparo as mulheres vítimas de violência, como as Casas-abrigo e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). Para se ter uma ideia, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em levantamento realizado entre os anos de 2018 e 2019, dos 5568 municípios brasileiros, apenas 417 possuem DEAM, o que corresponde a apenas 7,5% do total de municípios. Enquanto isso, o número de Casas-Abrigo de gestão municipal é ainda menor, estando presentes apenas em 2,7%. Quanto aos serviços especializados de enfrentamento à violência, apenas 20,9% dispunham de serviços de enfrentamento à violência contra mulheres e somente 9,7% ofereciam serviços de atendimento à violência sexual²⁴. O estado do Rio Grande do Sul, apesar de ser formado por 497 municípios, conta com apenas 23 DEAM e, a capital Porto Alegre, possui somente uma (GZH, 2023)²⁵. Isso demonstra que o Estado, cujo um dos deveres é proteger as mulheres e seus filhos ao dar condições mínimas de bem-estar e segurança, segue mantendo-os em situação de vulnerabilidade física, social e econômica.

²⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica. 2º edição, n. 38. 2021 https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf

²⁵ GZH. Gaúcha. GZH, 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/08/infografico-veja-onde-ficam-e-como-contatar-as-23-delegacias-da-mulher-no-rs-cksous6bb003m0193rt2lsxed.html>. Acesso em: fevereiro de 2022.

Os abrigos emergenciais, embora sejam de extrema relevância para as mulheres que passaram por risco iminente de morte, não podem se resumir somente a esse tipo de habitação de curto prazo de permanência. São necessárias alternativas de curto, médio e longo prazo, considerando que o processo de reinserção social e de autonomia financeira leva um tempo e, durante ele, as mulheres precisam estar amparadas para assegurar que não haja revitimização e conciliação com os agressores pela falta de alternativa viável de habitação (ROLINK *et al.*, 2011). Por isso, para Raquel Ludermir e Flávio de Souza (2021, p. 19) “a ampliação e a diversificação da provisão de moradia para mulheres devem ser consideradas parte das estratégias de prevenção e enfrentamento da violência”. Uma alternativa possível, segundo Lacerda, Guerreiro e Santoro (2021) é a criação de espaços de moradia/abrigo coletivos que sejam construídas e geridas pelos movimentos feministas ou mesmo pelo poder público.

Soluções de moradia mais coletivas deveriam ser consideradas, seja pelos movimentos feministas, seja pelo poder público. Alternativas seriam, por exemplo, a locação de casas de vários cômodos mantidas pelo poder público e autogeridas pelas próprias mulheres ou por Organizações Sociais e movimentos populares (LACERDA, GUERREIRO E SANTORO, 2021).

Logo, segundo Rolnik *et al* (2011), é imprescindível que para além da posse, as habitações tenham um custo acessível, uma vez que os altos custos de moradia contribuem para que essas mulheres não consigam encerrar o ciclo de violência doméstica, permanecendo no mesmo espaço que seu agressor.

Muitas das que conseguem sair deste ciclo acabam se tornando moradoras de rua, dada a indisponibilidade de moradias de baixo custo ou de outras alternativas, como abrigos especiais. Nestes casos, garantir o custo acessível da moradia significa não apenas proteger o direito das mulheres à moradia adequada, mas também a integridade física e psicológica dela e dos seus filhos (ROLNIK, R. *et al.*, 2011, p. 22).

Diante dos entraves e das dificuldades enfrentadas para as mulheres saírem dos ciclos de violência, é necessário superar soluções tradicionais e pensar em outras formas de combate à violência doméstica que contemplem projetos e que viabilizem o trabalho reprodutivo

compartilhado, assim como projetos de emancipação social e financeira, uma vez que a autonomia das mulheres depende da superação da pobreza feminilizada e de recursos para promoção de bem-estar.

Um outro indicativo dos empecilhos enfrentados para o combate à violência doméstica, são os cortes no orçamento de políticas públicas para mulheres. No Brasil, nos quatro anos do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), foram propostos, nos valores de Orçamento da União, uma porcentagem 94% menor em comparação os quatro anos que antecederam seu governo (MARTELLO, 2022)²⁶. No RS, os cortes seguem a mesma tendência e, em sete anos, o Estado reduziu em quase 90% os investimentos em políticas de combate à violência contra a mulher (GOMES, 2022)²⁷.

A ausência não só de investimentos, como também de debates acerca da necessidade de avançar nas políticas públicas e ações de combate às violências contra a mulher, faz com que as mulheres se articulem e se organizem sem o apoio institucional do Estado para encontrar soluções coletivas de proteção à vida e reivindicação de direitos. Assim, as reflexões seguem a partir dessa busca por alternativas para além da lógica capitalista e patriarcal.

²⁶ MARTELLO, Alexandre. Governo Bolsonaro propõe 94% menos de recursos no Orçamento para combate à violência contra mulheres, diz levantamento. G1, 29 de set de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/29/governo-bolsonaro-propoe-94percent-menos-de-recursos-no-orcamento-para-combate-a-violencia-contra-mulheres-diz-levantamento.ghtml>. Acesso em: janeiro de 2023.

²⁷ GOMES, Luís. Em 7 anos, RS reduz em 90% investimento no combate à violência contra a mulher. Sul21, 21 de ago de 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/08/em-7-anos-rs-reduz-em-90-investimento-no-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: janeiro de 2023.

2.4. É PRECISO PENSAR CIDADES QUE ESTEJAM PARA ALÉM DA LÓGICA CAPITALISTA E PATRIARCAL.

Diante de todo esse histórico de violências, acontecem articulações e se constituem modos de resistências das mulheres que não aceitam mais viver dentro de uma estrutura machista, racista e de opressão, se deslocando da posição de precariedade e subordinação para um campo de reinvenção. Construir essas lutas significa reivindicar coletivamente contra a omissão e violência do Estado, sua ineficiência e ausência de políticas públicas, sobretudo para garantir os direitos fundamentais à existência. Essas lutas vão acontecer tanto nas periferias, a partir da constituição de espaços de solidariedade, partilha e resistência; como também nos movimentos sociais, ocupando as ruas, os imóveis sem uso e extrapolando a ideia do confinamento doméstico feminino e da dicotomia entre o espaço público masculino x espaço privado feminino (HELENE, 2019; FRANCO, BENICIO, TAVARES (2017).

O contexto de retrocessos e desmontes²⁸ que vem assolando o Brasil nos últimos anos, fez com que as mulheres, tivessem que se articular coletivamente para dar uma resposta em defesa da vida. Dessa forma, para canalizar uma nova forma de luta contra essas opressões, foi necessário que o movimento feminista reconceitualizasse a ideia de violência machista/patriarcal, conectando a violência de gênero às demais formas de violência que a viabilizam. Assim, torna-se possível se deslocar dos limites do espaço doméstico/privado “(...) para entendê-la em

²⁸ O governo do ex-presidente Michel Temer foi marcado por diversos desmontes e retrocessos na área da educação e na saúde, sobretudo pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 /2016, que congelou os gastos do governo federal por 20 anos. Com a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17), retirou os direitos dos/das trabalhadores/trabalhadoras (que já ocupavam maior porcentagem dos postos de trabalho informal). Também reduziu em quase metade as verbas destinadas as políticas públicas para mulheres vítimas de violência.

REDE BRASIL ATUAL. Temer reduz em mais da metade verbas para políticas públicas às mulheres. Brasil de Fato, 03 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/03/temer-reduz-em-mais-da-metade-verbas-para-politicas-publicas-as-mulheres> . Acesso em: fevereiro de 2023.

relação a um plano de violências econômicas, institucionais, laborais.” (GAGO, 2020, p. 72). As mulheres, após uma tomada de consciência, as mulheres saem do lugar de vítimas a que lhes foi designado para “(...) inaugurar uma palavra política que não apenas denuncia a violência contra o corpo das mulheres, mas que também abre a discussão sobre outros corpos feminizados” (ibid.,2020, p.72).

A leitura desse corpo político e de luta, segundo Rogério Haesbaert (2020), está atrelada ao território que, na América Latina, têm na sua abordagem forte associação com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social. A partir de uma perspectiva de gênero, o autor dá ênfase à escala do corpo, proposta por pesquisadoras feministas e ativistas indígenas “(...)que atentaram para o poder da corporeidade ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência” (HAESBAERT, 2020, p. 76).

De acordo com a visão de Helene (2008), “essas bandeiras de lutas das mulheres têm historicamente perpassado a escala do corpo: do controle de fertilidade às políticas de aborto, punições às violências sexuais e outras invasões ao corpo da mulher sem consentimento, maneiras de se vestir, mutilação/alterações corporais marcadas pelo gênero, chegando aos lugares que o corpo da mulher pode acessar na escala urbana, saindo do âmbito “doméstico” para as ruas” (HELENE, 2008, p.69). Logo, a luta das mulheres, dentro e fora dos movimentos sociais, é um modo de defesa e recuperação do corpo, colocando o comunitário como um dos centros da vida. Ao articular corpo e território, é dada importância às múltiplas escalas do território, chegando à “escala mais micro, mais íntima, que é o corpo”, “primeiro território de luta” (HERNANDEZ, 2017, p.10). Essa ideia está inserida no debate do conceito de corpo-território, discutido por Verônica Gago (2020)²⁹, Delmy Hernández (2020; 2019),

²⁹ Apesar de trazer outras autoras que abordam o conceito de corpo-território a partir do feminismo comunitário, a abordagem de corpo-território da cientista social Verônica Gago é norteadora desse estudo.

Lorena Cabnal (2010) cujos sentidos buscam ser ampliados nesta pesquisa a partir da experiência de interlocução narrativa com as mulheres que compõe a Casa de Referência Mulheres Mirabal.

Ocupações urbanas, como a CRMM, trazem nas suas práticas outros modos de vida, bem como outras maneiras de produção e apropriação do espaço urbano contrárias à lógica da propriedade privada e ligadas à luta pelo cumprimento da função social da propriedade³⁰, por moradia digna e pelo direito à cidade, confrontando o sistema capitalista vigente. De acordo com Rolnik (2019) as ocupações realizadas pelos movimentos sociais, se desvencilham e permitem que se viabilizem as pessoas subalternizadas outros modos de existir e habitar na cidade, distanciando-se do lugar das tramas político-burocráticas vinculadas às propriedades e seus usos. Para Clarissa Campos et al. (2020) as ocupações, como territórios populares de luta e de construção política, vêm ganhando, ao longo dos últimos anos, uma posição de importância que acaba por promover de modo amplo práticas, discursos e debates interseccionais ligados ao feminismo, ao racismo e a homofobia. Por isso, “este ponto é importante porque o paradigma da propriedade individual registrada, hegemônico sobre todas as demais formas de relação dos indivíduos com o território, tem sido uma das motivações e justificativas mais poderosas para a negação do direito à existência de outros modos e tipos de vínculos territoriais” (ROLINK, 2019, p. 23).

É notório o crescente engajamento e participação das mulheres com pautas feministas nos movimentos sociais, antes não consideradas prioritárias nas lutas anticapitalistas (HELENE, 2019), as quais têm ocupado um lugar de destaque e protagonismo nos movimentos sociais e nas

³⁰ A função social é prevista na Constituição Federal Brasileira de 1988, no Capítulo de Política Urbana em seus artigos 182 e 183 e na Lei Federal nº 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade, que contém disposições acerca do entendimento e da reafirmação da função social da propriedade, seja ela pública ou privada, como algo que não deve atender somente aos interesses individuais, mas sim, ter uma finalidade voltada aos interesses coletivos.

lutas pelo direito à cidade em territórios urbanos e rurais. Estas realizam ações e manifestações de ocupação do espaço público e de edifícios vazios pela efetivação de políticas públicas e pelo cumprimento da função social da propriedade. Sabe-se que enquanto há milhares de imóveis e terrenos vazios nas cidades brasileiras³¹, há uma parcela da população – mais significativa entre as mães solo e mulheres negras - que não tem acesso à moradia digna e/ou que vive em regiões precárias, abaixo da linha da pobreza³².

Sobre o feminismo e movimentos sociais, Carmem Silva e Silvia Camurça (2013), em material produzido pelo SOS Corpo³³, compreendem que vão além do que as somas de suas lutas, caracterizando-se, principalmente, pela continuidade de ações coletivas de longa duração, sempre deliberadas em grandes grupos e realizadas a partir de planejamento. Alguns exemplos de movimentos sociais feministas são NiUna a Menos, as Campesinas, o Movimento de Mulheres Olga Benario; e àqueles que embora não sejam exclusivos, tem grande participação de militantes mulheres, como é o caso do Movimento dos Sem Terra (MST), do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Dentro dessa lógica de atuação em ações coletivas duradouras e ambiciosas, está a construção das Casas de Referência pelo MMOB. A intenção é que haja uma expansão cada vez maior das ocupações para outros municípios e Estados.

³¹ ODILLA, Fernanda; PASSARINHO, Nathalia; BARRUCHO, Luís. Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/07/brasil-tem-69-milhoes-de-familias-sem-casa-e-6-milhoes-de-imoveis-vazios-diz-urbanista.htm?cmpid=copiaecola> . Acesso: junho de 2023.

³² Ferreira, LOLA; BRUNO, Maria Martha; MARTINS, Flávia Bozza. No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/casas-mulheres-negras-pobreza/>. Acesso: fevereiro de 2023.

³³ “O SOS CORPO – instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, na região Nordeste do Brasil. Visando a emancipação das mulheres, propõe-se a contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária com justiça socioambiental.”

SOS CORPO. Quem somos?. SOS Corpo – Instituto feminista para a democracia, 2023. Disponível em: https://soscorpo.org/?page_id=12. Acesso em: junho de 2021.

Ocupar, resistir e conquistar é um dos caminhos para a verdadeira emancipação das mulheres na luta pelo fim do patriarcado. É necessário que as mulheres se unam e se organizem para lutar em defesa e na ampliação de seus direitos. Diante de realidade tão cruel para as mulheres e seus filhos(as), nossa única alternativa é lutar de forma organizada (CARTILHA DO MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENARIO, 2021, p.7).

As mulheres militantes do movimento acreditam que as ocupações, se bem organizadas e articuladas, abrem um caminho para o desenvolvimento de políticas públicas, formação política, de expansão do movimento e de transformação da vida das mulheres. Ademais, as militantes do movimento consideram que as casas de referências são a concretização do que elas acreditam para o feminismo. Trazer a Casa de Referência Mulheres Mirabal como *lócus* dessa pesquisa, portanto, é demonstrar como acontece essa luta organizada e discutir alternativas para mudanças sociais que impactem diretamente na vida das mulheres na cidade.

Figura 2 - As mulheres e as lutas na cidade. Fonte: Colagem elaborada pela autora (2021)



3 MINHA VOZ, USO PARA DIZER O QUE SE CALA.

*e quando falamos nós temos medo
nossas palavras não serão ouvidas
nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio
nós ainda temos medo*

*Então é melhor falar
tendo em mente que
não esperavam que sobrevivêssemos*

Audre Lorde

Pensando em dar visibilidade sobre um outro modo de produzir cidade para além da lógica capitalística e de uma vida em comunidade não legitimada pelo planejamento urbano, faz-se necessário entender o corpo-território e contar histórias antes silenciadas. Para desenvolver uma pesquisa que convoca a participação das mulheres que fazem parte e constroem cotidianamente a Casa de Referência Mulheres Mirabal ao longo da sua existência, defini as narrativas como objeto de análise para chegar a uma compreensão de como esse corpo-território das mulheres se expressa.

Ao nos aproximarmos de uma perspectiva teórica que trabalha a partir da experiência e de um pesquisar-com outros sujeitos, rompemos o que, na visão de Danichi Mizoguchi (2015,) é a linha dura da ciência tradicional que aparta o sujeito do objeto e que vai além disso: é um pesquisar que se constrói ao longo do processo, sempre em constante transformação.

Trata-se, pois, de uma acepção metodológica de experiência que não pode se dar em placidez: dá-se na tensão de uma vida a qual necessariamente submerge no campo de forças do presente a fim de que possa criar-se na junção paradoxal e inequívoca

de um mundo e um pesquisador distantes das possibilidades de um ponto verdadeiro, objetivo e final, ainda e sempre em construção – ainda e sempre em deformação. (MIZOGUCHI, 2015, p. 203)

Logo, a decisão por desenvolver uma pesquisa em um *lócus* que funciona como Casa de Referência para mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de vulnerabilidade social, levou um tempo para ser tomada, pois extrapola os limites da pesquisa tradicional e requer, antes de tudo, uma postura de responsabilidade, que vai se moldando para que o pesquisar-com esteja aberto a toda subjetividade que envolvem as práticas cotidianas no território estudado e dos sujeitos que o compõe.

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, pois aqui me interessam as práticas cotidianas das mulheres da Casa de Referência Mulheres Mirabal, sendo a narração destas mulheres o meio para construir esse conhecimento. Me interessa, portanto, entrar em contato com a experiência cotidiana das mulheres na luta pela sobrevivência perante os diversos tipos de violência e opressão, as subjetividades implicadas na resistência e luta, as memórias e os testemunhos que possam trazer à tona uma produção do espaço urbano desvinculada da lógica patriarcal, racializada e heteronormativa.

3.1. A narrativa como perspectiva teórico metodológica para os estudos urbanos.

*escuto quando elas falam...
escuto quando elas estão caladas...
tanto o silêncio quanto as palavras são textos para mim.*

Svetlana Aleksiévitch

Narrativa, substantivo feminino. Pode ser ação, o efeito ou processo de narrar, de relatar um fato ou uma situação - seja ela real ou imaginária - por meio de palavras.³⁴ Neste capítulo, vamos explorar não somente o significado da palavra, mas sobre o que está por trás dela. O que nos interessa é seu significado nas relações cotidianas e como o caminho teórico-metodológico, para acessar as memórias e a experiência urbana de mulheres vítimas de violência, vem se construindo enquanto corpo coletivo na luta pelo seu direito de existir na cidade.

Quando me propus a desenvolver uma pesquisa em um território feito por mulheres e para mulheres, afastei-me da ideia de neutralidade e objetividade, dado que era improvável que meu corpo criasse distâncias e barreiras com o universo de pesquisa explorado. Trabalhar a partir da perspectiva teórico-metodológica da narrativa convoca uma epistemologia de um saber situado e que tem como ponto de partida a experiência.

Ao falar em experiência, deve-se recorrer ao que Walter Benjamin escreveu em 1936 na sua obra “O narrador”. O autor trazia uma preocupação a respeito do desaparecimento dos processos narrativos, da transmissão do conhecimento e da troca de experiências, pois, segundo sua percepção, as pessoas estavam perdendo a capacidade de narrar, a qual acreditava ser uma faculdade segura inalienável. Além disso, entendia que “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores, e, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, 1994, p.198).

Para Leonor Arfuch (2018) trabalhar a partir de uma abordagem narrativa “requer antes de tudo uma posição de escuta atenta: não somente o que, mas também o como do dizer, não somente o ‘conteúdo’ de uma história, mas os modos de sua enunciação, não somente o

34 RIBEIRO, Débora. Significado de Narrativa. DICIO, março de 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/narrativa/>. Acesso em: setembro de 2021.

contorno de uma imagem, mas sua profundidade”³⁵ (ARFUCH, 2018, p. 58, *tradução nossa*). Essa escuta atenta é necessária para que se perceba tudo aquilo que está incutido no processo de narrar e naquilo que é narrado, pois nas narrativas são trazidos à luz “(...) os modos de enunciação, os sujeitos e suas interações, as tramas do discurso social, as ideologias, os pequenos relatos, a memória, as identidades, os afetos, a relação entre o pessoal e o coletivo”³⁶ (ARFUCH, 2018, p. 58, *tradução nossa*).

Enquanto isso, Mizoguchi (2015) compreende que “a narrativa trata daquilo que jamais pode ser verificado, calculado e alocado em gráficos estatísticos - que é tanto impossível de ser objeto de uma constatação quanto emanar de um eu que se respeita e se declara demais.” (p.205). O pensamento de Caron (2017, p.290) complementa essa ideia, dado que para a autora, as narrativas permitem que o pesquisador tenha uma aproximação entre o mundo experimentado e as experiências do entrevistado de um modo mais amplo, compreendendo o significado dos elementos e processos de seu entorno através da evocação da memória. Ao trabalhar com narrativa, a intenção também é trazer à tona “Corpos, vozes e territorialidades que contêm em si outros modos de existir e persistir, de dar sentido ao tempo e ao espaço, aos seres e às coisas, que apelam pela legitimidade de seus valores e inspiram àqueles que se percebem sem saída nesse sistema” (CARON *et al.*, 2020).

A narrativa, portanto, serve como meio para entrar em contato com a experiência, que é onde o corpo-território dessas mulheres se materializa e pode ser percebido como “matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias” (GAGO, 2020, p.109). Optar, então, pela narrativa como abordagem teórico-metodológica, se justifica pela necessidade de me aproximar de um outro tipo de produção

³⁵ “(...) requiere, ante todo de una posición de escucha atenta: no sólo el qué sino también el cómo del decir, no sólo el “contenido” de una historia sino los modos de su enunciación, no sólo el contorno de una imagen sino su profundidad.”

³⁶ “(...) los modos de enunciación, las tramas del discurso social, las ideologías, los pequeños relatos, la memoria, las identidades, los afectos, la relación entre lo personal y lo colectivo.”

do conhecimento, que aposta em uma epistemologia da experiência e que valoriza diferentes perspectivas sobre a realidade, trazendo enunciados sobre outras formas de viver na cidade. Logo, se o objeto de estudo dessa pesquisa é o mapeamento de práticas cotidianas realizadas por mulheres no espaço urbano que operam a partir de uma lógica distinta da hegemônica, imposta pelo sistema capitalista e heteropatriarcal, a narrativa é o meio para que eu possa chegar a esse conhecimento.

3.2. “A GENTE SOFRE CALADA ATÉ O MOMENTO DE CHEGAR OUTRA MULHER QUE TÁ PASSANDO PELA MESMA COISA, E AÍ TU OUVES AQUELA MULHER FALANDO”³⁷

*As histórias importam. Muitas histórias importam.
As histórias foram usadas para espoliar e caluniar,
mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar.*

Chimamanda Ngozi Adichie

Para desenvolver uma pesquisa envolvendo questões de gênero, a qual utiliza a narrativa como abordagem teórico-metodológica, considerei necessário adotar uma epistemologia feminista e interseccional, na tentativa de contrapor à produção do conhecimento positivista que entende a objetividade enquanto totalidade. Para isso, tomo como pressuposto a necessidade de ampliar vozes que foram silenciadas e que

³⁷ Trecho do relato da narradora Natanielle Almada (2022).

por séculos foram deslegitimadas e depreciadas, por obstáculos impostos aos diálogos e trocas de experiências cotidianas entre as mulheres, de suas experiências no espaço urbano e na sociedade.

Em relação ao silenciamento das mulheres, tive em mente que esse é um processo histórico, e que ganha força, segundo Federici (2019b) – aqui situando o tempo e o espaço em uma realidade ocidental e europeia - no início da modernidade, na Inglaterra. A era moderna trouxe consigo a retirada das mulheres dos espaços públicos, junto à proibição de ficarem nas janelas ou em frente de suas casas, em uma tentativa de restringir as atividades ao espaço doméstico, evitando assim, encontros com familiares e amigas, de modo a coibir possíveis diálogos “improdutivos”. Nesse mesmo contexto, segundo a autora, houve a expedição de decreto no ano de 1570, que proibia as mulheres de se encontrarem e conversarem, assim como ordenava aos maridos que mantivessem suas esposas trancadas dentro do lar.

É possível compreender desta maneira, o porquê de, ao longo da história, palavras e comportamentos serem estrategicamente utilizados para degradar e corroborar para a reprodução das opressões de gênero, desarticulando a união, a amizade e o afeto entre as mulheres. Um exemplo disso é a deturpação da palavra *gossip* [fofoca], que outrora, na Idade Média, significava “amiga”, e que a partir da Modernidade na Inglaterra teve uma mudança de significado, trazendo junto ao termo uma conotação depreciativa, associada a futilidade, conversas improdutivas e semeadoras de discórdia (FEDERICI, 2019b). O uso da palavra *gossip* também vem para desacreditar o conhecimento produzido e compartilhado, pois “São as mulheres que “*gossip*”, supostamente por não terem nada melhor a fazer e por terem menos acesso ao conhecimento real, à informação, e por uma inabilidade estrutural de construir discursos racionais, de base factual.” (FEDERICI, 2019b, p. 12)

Tal como referido por Federici (2019b) sobre o silenciamento da partilha do conhecimento entre mulheres, Ribeiro *et al* (2002) também relembra que ao longo dos séculos, sobretudo na modernidade, foram omitidas diversas partes da história, trazendo consigo um ponto de vista enviesado que faz com que as narrativas e experiências de determinados grupos sociais, fossem apagadas.

O olhar predominante da modernidade – aquele que classifica, desenha e conta, mas que sobretudo omite a escuta ou a compreensão de narrativas – renega assim, a não ser por belíssimas exceções, a experiência dos que praticam o espaço; dos que, por imbricações culturais extraordinárias, compõem e engendram o tecido social. (RIBEIRO *et al*, 2002, p.40)

Esta pesquisa busca retomar o saber reproduzido e transmitido através da oralidade, do diálogo que proporciona o fortalecimento de laços e a troca de conhecimentos. Focarei aqui na importância da memória e da narrativa das mulheres como ferramenta de sobrevivência de diversas histórias, sobretudo aquelas voltadas às suas experiências urbanas: “diante da valorização excessiva do saber racionalizado e universalizado pelo poder, a experiência real do outro deve ser valorizada, neste caso a outra. A possibilidade de dizer-se começa por poder descrever a própria experiência, por valorizar a transmissão de saberes desregulados e por ativar a capacidade crítica de cada olhar”³⁸ (MARTÍNEZ, 2006, p.71, *tradução nossa*).

Em diversas culturas e partes do mundo, as mulheres cumprem um papel crucial na preservação e manutenção da memória de seus povos – sendo responsáveis pela transmissão do conhecimento entre gerações, que vão desde as curas medicinais, questões referentes aos relacionamentos e comportamentos sociais, é o que diz Federici (2019b):

As mulheres têm sido vistas historicamente como tecelãs da memória – aquelas que mantêm vivas as vozes do passado e as histórias das comunidades, que as transmitem às futuras gerações e que, ao fazer isso, criam uma identidade coletiva e um profundo senso de coesão. (FEDERICI, 2019b, p.13)

A boliviana de origem aymara, escritora, ativista e artista Julieta Paredes (2010), considera a memória como fonte valiosa dos saberes ancestrais de todas aquelas mulheres que vieram antes de nós, como nossas avós e tataravós, detentoras de conhecimentos científicos, sobre alimentação, educação e cultura que necessitam ser recuperados para o bem das futuras gerações. Michelle Perrot (1989, p. 15) também ressalta

³⁸ Frente a la valoración excesiva del saber racionalizado y hecho universal por el poder, se há de valorar la experiencia real del outro, em este caso la outra. La posibilidad de decirse comienza por poder describir la propia experiencia, por valorar las transmisiones de saberes no reglados y por activar la capacidad crítica desde cada mirada.

o valor da memória das mulheres ao mencionar que “a memória das mulheres é verbo. Ela está ligada à oralidade das sociedades tradicionais que lhes confiava a missão de narradoras da comunidade Aldeã.”.

Tal como nas comunidades e povos tradicionais, em que as mulheres são tidas como sábias e dotadas de um conhecimento que deve ser repassado, é preciso resgatar e potencializar as vozes e trocas de saberes entre as falas femininas, trazendo esse outro tipo de conhecimento para os espaços acadêmicos e de tomadas de decisão.

É dessa forma que as mulheres têm sido silenciadas e até hoje excluídas de muitos lugares onde são tomadas decisões, privadas da possibilidade de determinar a própria experiência e forçadas a encarar os retratos misóginos ou idealizados que os homens fazem delas. Estamos, no entanto, recuperando nosso conhecimento. Como uma mulher disse recentemente em um encontro para discutir o sentido da bruxaria, a mágica é: “Sabemos que sabemos”. (FEDERICI, 2019b, p.13)

Portanto, trabalhar com a abordagem teórico-metodológica da narrativa preconiza, antes de qualquer coisa, caminhos para que os números ganhem nome, voz, corpo e forma, a partir da experiência individual de cada uma. A fala e a escuta vão se inserir como um processo de pesquisa, no qual se desenvolvem brechas que possibilitam o surgimento de histórias que nunca foram contadas sobre a experiência urbana dessas mulheres. Histórias que podem nos contar sobre outros modos de vida, outras formas de organização coletiva e de se produzir cidades.

Quando uma mulher fala, ela carrega histórias de outras tantas vozes escondidas, apagadas, sussurradas, omitidas. Vozes que se mantiveram nas brechas, sem uma escuta capaz de tecer configurações urbanas que estruturam seus desejos e demandas. Essa fala das mulheres quando reconhecida e convocada, aceita e empoderada, a fala que advoga pelo comum, pelo compartilhamento dos recursos e pelo direito à existência poderá ser entendida também como um *agenciamento coletivo de enunciação*. (CARON; MARINHO; TAVARES, 2022, p. 16)

Para que eu pudesse entrar em contato com essa experiência e esse conhecimento passado de mulheres para mulheres, contudo, foi crucial um longo processo de reconhecimento em campo. Nesse sentido, foi importante também me aproximar de alguns referenciais vinculados a processos etnográficos, os quais serviram de base para constituir processos de escuta com as mulheres da CRMM.

3.3. “QUERO ASSUMIR ESSE PAPEL DE ESTAR JUNTO NESSA LUTA”³⁹: A ETNOGRAFIA COMO INSPIRAÇÃO PARA PEQUISA.

Desenvolver uma pesquisa que se inspira e se aproxima do campo etnográfico possibilitou a produção das narrativas, em que muitas vezes as atividades as minhas práticas pareciam indissociáveis da realização do desenvolvimento teórico desta pesquisa. sobretudo pelo pesquisar estando com a/o outra/o em processo como principal ferramenta para que as narrativas e saberes outros pudessem emergir.

A aproximação com a pesquisa etnográfica desenvolvida nesta pesquisa se deu a partir de uma observação-participante. Ana Luiza Rocha e Cornelia Eckert (2008) explicam que para desenvolver uma pesquisa etnográfica, é necessário um exercício de deslocamento da sua própria realidade para compreender e conseguir se inserir na realidade estudada.

A pesquisa etnográfica constituindo-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) impõe ao pesquisador ou a pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta (ROCHA e ECKERT, 2008, p. 2).

De acordo com Daniele Caron (2017), pesquisar utilizando o método etnográfico exige uma predisposição do investigador em experimentar uma sensibilidade emocional que possibilita “adentrar nas espessas camadas dos motivos e intenções que conformam as interações humanas (...)”⁴⁰ (CARON, 2017, p. 285, *tradução nossa*).

³⁹ Trecho do relato da narradora Júlia Foschiera. (2022)

⁴⁰ “(...) en las espesas capas de los motivos e intenciones que conforman las interacciones humanas, exigiendo cierta habilidad para internarse en la vida cotidiana del grupo investigado.”

Contudo, para que isso aconteça, leva-se tempo, pois “a interação é a condição da pesquisa. Não se trata de um encontro fortuito, mas de uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços sociais vividos cotidianamente (...)” (Rocha e Eckert, 2008, p. 3) independente do contexto em que o grupo a ser investigado está inserido. Nortear a pesquisa a partir de uma etnografia, segundo Tim Ingold (2016), requer um “compromisso aberto e de longo prazo, a atenção generosa, a profundidade relacional e a sensibilidade ao contexto (INGOLD, 2016, p.2).

Dessa forma, foi preciso a compreensão de que a pesquisa de campo etnográfica, afeta diretamente o/a pesquisador/a, não só como profissional, mas como ser humano. É o que Heloísa Buarque de Holanda (2002), ao citar Peggy Golde (1986), rememora: a pesquisa de campo ultrapassa os limites de formação profissional e provoca transformações internas em quem está pesquisando.

Na pesquisa de campo que se inspira na etnografia, percebi que é preciso estar atenta também à alteridade e à diferença. Segundo Rocha e Eckert (2008), o processo de observar o/a Outro/a⁴¹ para conhecê-la, também nos leva a nos conhecermos melhor.

O observar na pesquisa de campo implica na interação com o Outro evocando uma habilidade para participar das tramas da vida cotidiana, estando com o Outro no fluxo dos acontecimentos. Isto implica em estar atento(a) as regularidades e variações de práticas e atitudes, reconhecer as diversidades e singularidades dos fenômenos sociais para além das suas formas institucionais e definições oficializadas por discursos legitimados por estruturas de poder. (ROCHA e ECKERT, 2008, p.4)

Logo, para que isso aconteça, é importante se apropriar e pensar esses outros caminhos de construção de epistemologias que nos permitam não só falar da outra ou com a outra, mas estar com a outra em processo. Sob o ponto de vista de Toni Morrison (2017) o uso de

⁴¹ A noção de outro trazida aqui se refere a uma relação de alteridade, ou seja, lidar com aquele que é diferente de nós.

diferentes linguagens (dizer, escutar, ler), são recursos narrativos que podem incentivar ou exigir a entrega, a eliminação das distâncias que nos separam.

Por fim, aproximar-me e buscar inspiração na etnografia foi um caminho necessário para que a perspectiva teórico-metodológica da narrativa fosse aplicada, uma vez que é nesse espaço de convívio e trocas cotidianas que se dão as aproximações e se criam os laços de confiança com as mulheres, no entendimento das dinâmicas e dos limites e quebras de barreiras que só acontecem após algum tempo em contato com o cotidiano daquela realidade da qual me propus adentrar.

3.4. “AS VOZES MUDAS CALADAS ENGASGADAS NAS GARGANTAS”⁴²: AS NARRATIVAS DE TRAUMA E DE DOR.

*(...) às vezes tu não consegues falar da tua dor,
de onde está doendo e elas conseguem de uma maneira fazer aquilo,
de externar aquilo e são pessoas preparadas para isso
e eu acho muito importante que isso tenha uma continuidade.*

Trecho do relato da narradora Pri, ex-abrigada. (2022)

Entendendo que as narradoras são mulheres com vidas marcadas por episódios de opressões e violências do tipo físico, sexual, psicológico, do racismo cotidiano, como também de violências por parte do Estado, que as abandona, lhes nega o direito a existir de forma digna

⁴² Trecho do poema “vozes-mulheres” de Conceição Evaristo (2008).

e tenta deslegitimar suas lutas, foi imprescindível compreender que durante a escuta foram enunciadas violências que ficaram gravadas na memória e nos corpos dessas mulheres.

A escolha da narrativa, como modo de acessar o trauma e a dor, pode ser justificada pelas palavras de Arfuch (2018, p.57) que explica que essa perspectiva teórico-metodológica permite abordar narrativas dos mais variados tipos, mas sobretudo aquelas que sejam atravessadas por experiências traumáticas como guerras, violências ou ditaduras.

Os dois grupos de narradoras – tanto aquelas que estão no *front* como coordenadoras e dirigentes da CRMM, quanto aquelas que estão ou foram abrigadas, trouxeram, relatos de diferentes formas de violência. Por isso, urge a necessidade de abordar e refletir sobre o trauma. Enquanto as coordenadoras trazem relatos mais longos da luta como transformação pessoal e coletiva, as abrigadas e acolhidas trazem relatos menos extensos, perpassados por silêncios.

Pausas e silêncios acontecem porque narrar um episódio ou situação traumática não é tarefa simples. Diego Antonello e Jô Gondar (2014), consideram que a dificuldade é a de colocar dor em palavras, bem como tratar de algo que foi “invivível” e que extrapola o simbólico e os sentidos, mas segue reverberando no corpo e na mente de quem sobreviveu ao trauma. Por isso, requer um redirecionamento de forças do mecanismo psíquico para dar conta dessa tarefa (ainda que de maneira precária) e, desse modo, “aproximar-se um pouco do excesso de realidade vivido – eis o caráter imperativo da necessidade de narrar/escrever” (ANTONELLO e GONDAR, 2014, p.104).

Márcio Seligmann-Silva (2000) ao tratar da história como trauma, compreende que o testemunho do sobrevivente de um episódio traumático, está tensionado através da dialética entre memória e esquecimento, ou seja, da inseparabilidade desses movimentos: “Por um lado tanto o testemunho deve ser visto como uma forma de esquecimento, uma “fuga para frente”, em direção à palavra e um mergulhar na linguagem, como também, por outro lado, busca-se igualmente através do testemunho, a libertação da cena traumática” (SELLIGMAN-SILVA, 2000, p. 90).

Além disso, Antonello e Gondar (2014) lembram que é preciso estar atento àquilo que vem do outro, pois também é parte da dor daquela experiência traumática. Estar atento não só à um processo de escuta, mas também de estar preparado para suportar o peso do relato, da narração.

A intenção do cuidado e atenção ao escutar o outro, se deve, principalmente, a não transmitir uma sensação de indiferença e incredulidade àquilo que é contado. Seligmann-Silva (2008, p.72) ressalta que: “Sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho”

Narrar o trauma e a experiência, portanto, independente do modo de enunciação - oral ou escrito - pode se configurar como um processo que está situado entre vida e morte: “escrever (e narrar) o trauma é uma forma de resistir à morte, é um combate contra a ação desestruturante da pulsão de morte que age no eu” (ANTONELLO e GONDAR, 2014, p.109). Entretanto, o ato de narrar também pode operar por um forte desejo de renascer (SELIGMANN-SILVA, 2008). Nesse desejo de renascer e poder existir, é necessário manter vivo o intercâmbio de experiências que a narrativa possibilita: sobretudo pela disposição da escuta e de contar o episódio vivido.

3.5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa da pesquisa refere-se a revisão bibliográfica para construção do referencial teórico-conceitual que serve de base como embasamento para as demais etapas. Foi realizada uma busca de pesquisas acadêmicas que abordem as desigualdades e violências de gênero no espaço urbano e que tragam uma reflexão teórica acerca das formas de resistência e lutas contra esses processos de opressão na sociedade e no território. Além disso, foi feita uma revisão bibliográfica de autoras feministas que abordam a desigualdade de gênero e raça como problema do sistema capitalista-patriarcal. Algumas autoras, trazem o debate da interseccionalidade, conceito que permeia todas as discussões desta

pesquisa, uma vez que descontrói a ideia universalizante do termo mulher. Entre os conceitos trabalhados estão: o território, corpo-território, comum e feminismo comunitário.

Ainda na etapa de revisão, foi feita também uma pesquisa documental sobre legislações que se relacionam com a questão das desigualdades e violências de gênero e levantamentos de dados quantitativos sobre a violência contra a mulher no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, extraídos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do RS (SSP/RS), do Instituto de Pesquisa Estatística Aplicada (IPEA) e do IBGE.

A segunda etapa foi a minha aproximação com o campo da pesquisa: sobre a Casa de Referência Mulheres Mirabal, foram adotados como procedimentos a pesquisa bibliográfica e documental, a partir da coleta de dados sobre a história da Casa, de pesquisas acadêmicas, matérias e reportagens, vídeos e imagens disponíveis na internet sobre a ocupação. Nesta etapa, também ocorreram os primeiros contatos virtuais e presenciais com as integrantes do Movimento de Mulheres Olga Benario que estão à frente da coordenação e organização da CRMM. Além disso, foi feito um reconhecimento da paisagem local, a partir da observação via *googlemaps*, caminhadas e passeios de carro no entorno. A etapa de aproximação durou alguns meses e me serviu como termômetro para saber qual era o terreno em que eu estava adentrando, saber quem eram aquelas mulheres, quais eram as dinâmicas cotidianas. Entre meu primeiro dia de visita a CRMM e o meu primeiro almoço coletivo com as mulheres, levaram-se quatro meses.

A terceira etapa, dada a sensibilidade do tema trabalhado, foi a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética. Embora os contatos com a CRMM tenham se dado previamente, para avançar nas atividades propostas, sobretudo na produção de narrativas, foi necessária a aprovação do projeto de pesquisa. Neste momento, passo por um processo de inquietude enquanto pesquisadora: perceber que o Comitê de Ética é desenhado para pesquisas na área de ciências da saúde, exigindo etapas e protocolos que escapam de um processo narrativo. Escapa das burocracias as relações cotidianas, a criação de um vínculo e de um espaço seguro, no qual o diálogo costuma desmanchar roteiros pré-estabelecidos de perguntas. Por outro lado, é uma importante etapa no sentido de chamar a minha atenção como pesquisadora, da delicadeza

do terreno que eu estava adentrando, sobretudo porque, ao longo da pesquisa e das minhas idas e vindas à CRMM, emergiram diversas narrativas de traumas e dores das mulheres.

Na quarta etapa aprofundei o trabalho em campo, que realizei a partir de uma observação-participante. Esse é o momento em que dei continuidade a aproximação com as coordenadoras, militantes do movimento, abrigadas e acolhidas que estão presentes no cotidiano da CRMM, tornando possível a criação dos vínculos e de uma relação de confiança para que as narrativas ocorressem com menor distanciamento e de modo mais natural possível. Isto só se tornou possível por meio de visitas regulares e semanais, onde eu participava desde atividades cotidianas: do cozinhar coletivamente o almoço, lavar a louça, organizar o brechó e espaços de doação, apoio no cuidado e no entretenimento das crianças, até a articulação e realização de atividades com outros grupos e movimentos sociais, colaboração e organização das demandas dos projetos desenvolvidos na CRMM. Os procedimentos para esta etapa foram: visitas regulares e semanais, articulação e realização de atividades com outros grupos e movimentos sociais, colaboração e organização das demandas dos projetos desenvolvidos na CRMM. Na vivência de campo, foram feitos registros desses momentos, por meio da escrita implicada, a qual Remi Hess e Gabriele Weigand (2006) consideram que “capta, no dia a dia, as percepções, experiências vividas, os diálogos, mas também as sobras do concebido que emergem” (HESS e WEIGAND, 2006, p.16).

Para essa escrita implicada optei pela concepção de um diário de pesquisa de campo. O objetivo do diário, segundo Hess e Weigand (2006) é guardar memórias a partir de uma sucessão de experiências, ideias, encontros e observações. Assim, a prática do diário aparece como uma ferramenta particularmente adaptada para articular a exploração das relações entre campo e análise. O diário é uma ferramenta eficaz para quem compreender sua prática, refletir, organizar, mudar e torná-la coerente com suas ideias” (HESS e WEIGAND, 2006, p.17).

Escrever o diário de campo foi uma estratégia para colocar no papel as reflexões semanais sobre a minha relação com o espaço e com as mulheres que constroem e compõem a Mirabal, bem como quais são os sentimentos e percepções que emergiram em cada encontro, visita, conversa ou atividade desenvolvida na casa. Entender o tempo das coisas, como se dão as práticas, o cotidiano e a dinâmica de luta. Também foi uma ferramenta importante para perceber a evolução da minha inserção ao longo da passagem do tempo e do estreitamento dos laços e

envolvimento com a Casa de Referência. Essa etapa possibilitou a construção conjunta de atividades por mim e pelas mulheres da CRMM que estavam diretamente ligadas ao problema e as questões de pesquisa. A participação nas atividades propostas foi condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelas mulheres que aceitaram participar da pesquisa.

A quinta etapa foi o momento em que produzi do acervo narrativo baseado nos estudos de Caron (2017) sobre narrativa e etnografia aplicada aos estudos urbanos. A produção de narrativas teve como ferramentas as entrevistas individuais não estruturadas, leituras coletivas e produção de mapas coletivos com as mulheres.

A primeira atividade que propus, aconteceu a partir dos meus contatos cotidianos com a Casa de Referência Mulheres Mirabal, o que tornou possível escolher quem seriam as narradoras do estudo que trariam pistas em suas falas sobre o corpo-território das mulheres e a produção do comum naquele território. No total, participaram nove narradoras, pertencentes a quatro grupos: ex-coordenadoras da casa, coordenadoras da casa, ex-abrigadas e abrigadas⁴³. Selecionar e trabalhar com os grupos de narradoras exigiu a inserção e aproximação cotidiana nas atividades da casa. As coordenadoras e ex-coordenadoras foram convidadas pelo papel que cada uma delas desempenha naquele território. Para a escolha das abrigadas, fui sentindo quais eram que davam maior espaço e abertura para diálogos. Quanto às ex-coordenadoras e ex-abrigadas, não existiu dificuldade de acessá-las, visto que existe uma relação duradoura com a maioria das mulheres que já passaram pela CRMM.

⁴³ Com o objetivo de preservar a identidade das mulheres que estão e/ou estiveram abrigadas na CRMM, as narradoras foram convidadas a escolher um nome fictício que apareça junto às suas narrativas.



Figura 3: Mesa com almoço posto na Casa de Referência Mulheres Mirabal. Fonte: Fotografia e colagem elaborada pela autora.

As narrativas foram produzidas individualmente com cada mulher e a efetividade dos vínculos pode ser demonstrada quando nenhuma das mulheres hesitou em assinar o TCLE, dada a confiança e vínculo que estabelecemos ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Até a realização das entrevistas narrativas, já havíamos compartilhado diversos momentos juntas: de almoços a café com bolo da tarde, a colaboração no cuidado com as crianças, participação de reuniões do MMOB e pôr a mão na massa nos mutirões.

Antes de iniciar o desenvolvimento dos diálogos narrativos com as mulheres, foi preciso estabelecer ao menos uma pergunta (aqui elaboramos duas), partindo do entendimento de que narrativa ampla e pode derivar em múltiplas direções de análise de acordo com o meu interesse de pesquisa. Utilizei então, o conceito de pergunta geradora da entrevista narrativo-episódica, baseada na metodologia de trabalho utilizada na tese de (CARON, 2017). Logo, as perguntas elaboradas que aqui funcionaram como fio condutor do diálogo a ser estabelecido, foram as seguintes: “O que a Casa de Referência Mulheres Mirabal significa na sua vida? E o que ela significa para as mulheres na cidade?” Convidei as mulheres a refletirem e narrarem, individualmente, sobre o significado individual e coletivo da Casa de Referência Mulheres Mirabal. A primeira pergunta geradora abre o diálogo, fala de modo amplo da Casa Mirabal e a vida e experiência individual dessa mulher, permite

deslocamentos no tempo e no espaço que não podem não estar diretamente ligadas a problemática de pesquisa. A segunda pergunta traz aprofundamento no urbano, na tentativa de compreender que sentidos esse território carrega na cidade e na vida urbana das mulheres.

Ao longo do processo de fala e escuta, outras questões não previstas puderam ser levantadas, conforme foi se mostrando necessário para mim, instigar e continuar o diálogo, de modo a melhor adequar as questões a quem estava narrando. Dos nove encontros, quatro aconteceram na sala da coordenação da CRMM, onde há um fluxo restrito e controlado de pessoas (uma escolha feita por questão de privacidade das narradoras), duas aconteceram na quadra coberta da CRMM (único local possível para realização no dia das entrevistas), três foram realizados na própria residência das narradoras, a pedido das mesmas e apenas um dos encontros foi realizado no formato virtual via *googlemeet*, devido a narradora estar residindo em outro município no período em que foi realizada a pesquisa de campo. O tempo de elaboração e duração das narrativas orais das mulheres variaram de seis a trinta minutos, respeitando a necessidade, o tempo e desejo de fala de cada uma das narradoras, evitando sempre gerar incômodos e exaustão.

Algumas eram entremeadas por pausas reflexivas tomadas pela emoção e por olhos marejados. Já outras falas soavam para mim como confissões: de histórias de racismo estrutural, violência física, institucional, sexual e psicológica que sinto que por muito tempo foram guardadas, mas que em um lugar de fortalecimento como a Mirabal, onde percebemos que não estamos sós, puderam deixar de ser nó na garganta. Percebi então, que no momento que comecei a produzir as narrativas, não existia mais “eu” e “elas”, éramos “nós”, compondo aquele corpo-território.

A segunda atividade proposta foi a oficina “O que pode um corpo enquanto território?” que consistiu na produção de um mapa coletivo do corpo-território com todas as participantes, a partir daquilo que foi gerado de reflexão e explorado nas dinâmicas propostas durante a oficina. A atividades que ocorreu com grupos distintos, em dois encontros 7 e 28 de maio de 2022, na sala de oficinas do Centro de Desenvolvimento da Expressão (CDE) – Instituição da Secretaria de Cultura (SEDAC), localizado na Casa de Cultura Mário Quintana. Nessa atividade, participaram mulheres do MMOB e apoiadoras/admiradoras do trabalho realizado na CRMM. A ideia de abrir para outras mulheres surgiu a partir da

compreensão que esse corpo-território da Mirabal se expande constantemente e que seria uma oportunidade de ampliar o número de alianças e interessadas em somar na luta e que pudessem trazer diferentes visões e pontos de vista sobre suas percepções de corpo e de território.

Figura 4 - Cartaz de divulgação da Oficina "O que pode um corpo enquanto território?"

MIRABAL:
(RE)EXISTIR PARA
(RE)CONSTRUIR

07 DE MAIO

OFICINA | **O QUE PODE UM CORPO ENQUANTO TERRITÓRIO?**

OFICINA
O QUE PODE UM CORPO ENQUANTO TERRITÓRIO?

MINISTRANTE
Bárbara Rodrigues

PÚBLICO-ALVO
Exclusivo para mulheres

DATA
07 de maio de 2022, das 09h30 às 12h

LOCAL
Sala de Oficinas do CDE
Casa de Cultura Mario Quintana, 5º andar
Rua dos Andradas, 736
Centro Histórico
Porto Alegre/RS

REALIZAÇÃO

  
NOVAS FAÇANHAS
MI CULTURA

Fonte: CDE, 2022.

A atividade proposta foi inicialmente inspirada na oficina “Cuerpo: disciplina, mandato y control” [Corpo: disciplina, mandato e controle] (RISLER e ARES, 2013, p.27) presente no “Manual de Mapeo Colectivo: Recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa” [Manual de Mapeamento Coletivo: Recursos Cartográficos críticos para processos territoriais de criação colaborativa] (2013) produzido pelo Iconoclastas, dueto formado por Julia Risler e Pablo Ares, que trabalha desde 2006 com propostas metodológicas em três dimensões: artísticas, políticas e acadêmicas.

A oficina proposta aconteceu da seguinte forma: (1) Pedi que as mulheres formem uma roda e se apresentem e falem o nome de uma mulher que admiram e qual o motivo e/ou característica que a faz mais admirável. (2) A partir de cartolinas com a silhueta de corpos desenhados com o mapa de Porto Alegre ao fundo, lancei a seguinte questão provocativa: o que te remete a ideia de corpo? (3) Em pedaço de papel, as mulheres tiveram cinco minutos para refletir e escrever uma frase ou palavra que remeta a essa ideia de corpo. Depois, abri um momento de partilha. (4) Em seguida, em outro papel, solicitei que as mulheres refletissem e escrevessem sobre “o que para você significa coletivo?” Coloquei alguns papéis na mesa com trechos do livro do capítulo 3 do livro “A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo” da cientista social Verônica Gago que falam sobre o conceito de corpo-território. Pedi que cada uma das participantes retire um e fizéssemos uma leitura desses trechos. (5) A partir desse ponto, foi lançado um debate em torno da seguinte pergunta: “um corpo pode ser coletivo? o que muda quando nós mulheres, deixamos de ser um corpo individual e passamos a vê-lo como parte de uma união de forças na cidade?” (6) Por último, realizamos uma produção cartográfica em grande mapa-corpo. A ideia era expressar o que é, afinal, um corpo-território, a partir do que foi refletido e debatido em grupo. Para a execução, foram utilizados recursos fotográficos, jornalísticos, figuras, desenhos, tintas, lápis de cor e canetas.



Figura 5 - Oficina "O que pode um corpo enquanto território?" Fonte: Fotografia por Letícia Durlo.



Figura 6 - Oficina "O que pode um corpo enquanto território?" Fonte: Fotografia por Letícia Durlo.

A sexta etapa da pesquisa foi a análise do acervo narrativo (*corpus* da pesquisa), composto pelo diário de campo, pelas narrativas individuais das mulheres e pelos materiais produzidos nas oficinas coletivas. A análise do *corpus* foi feita baseada na metodologia utilizada por Caron (2017). Com as nove narrativas produzidas, as falas foram transcritas, parte do trabalho que requer dedicação e escuta atenta aquilo que foi dito. Este é um momento de reflexão e contato com a história de cada narradora, em que eu, como pesquisadora, me deixo ser afetada nas longas horas de ouvir e reouvir os relatos, apreendendo e me aproximando cada vez mais do conteúdo explícito e implícito contido nas narrativas. Esta parte da análise pode ser pensada como fragmentação (CARON, 2017), na qual o discurso se apresenta como miríade de possibilidades e que exige uma atitude de abertura da pesquisadora. Vale salientar aqui, que a análise do *corpus* levou tempo, e assim como a transcrição estava para a escuta, a fragmentação passou por diversos momentos de leitura e releitura, em processo lento e não-linear.

A seguir, do emaranhado de falas e histórias recopiladas nas narrativas e notas de campo emergem ideias recorrentes, as quais estão necessariamente ligadas às questões de pesquisa: a vida em comunidade não legitimada pelo planejamento urbano vigente patriarcalizado na Casa de Referência Mulheres Mirabal seria a expressão política desse corpo-território convocado pelas mulheres? Quais narrativas devem emergir para dar visibilidade ao corpo-território como outro modo de produzir cidade para além da lógica capitalística? Essa categorização que na pesquisa de Caron (2017) se dá em torno de temas-índices (BARTHES, 2011), nessa experiência se organiza por ideias-força: corpo-território como levante, corpo-território como campo de batalha e corpo-território como construção do comum.

Assim como nas pesquisas da autora, o conjunto de temas nos sugere a existência de uma relação processual, sequencial e subordinada: (1) levante - onde emergem as narrativas sobre o início da organização coletiva das mulheres para construção da Mirabal, sobre como tudo começou; (2) campo de batalha – onde aparecem as disputas de narrativas e o corpo-território emerge como luta contra as constantes violências do Estado e da mídia contra as mulheres; (3) construção do comum – tudo aquilo que é apreendido e que difere da lógica capitalista – individual e voltada ao valor de troca da cidade – que tratam a cidade como mercadoria – para dar lugar ao valor de uso, priorizando as relações humanas no espaço urbano.

Nesse momento da pesquisa, realizei a tecitura de textos em que articulo as falas das narradoras, as percepções de campo e narrativas hegemônicas da mídia buscando colocar em evidência a expressão das subjetividades presentes nas narrativas. São novos enunciados sobre o corpo-território como matéria ampliada, a fim de constituir pistas para uma cidade com justiça social do ponto de vista da interseccionalidade. A análise discursiva também foi realizada com o intuito de identificar pontos de convergência entre o conceito de corpo-território (GAGO, 2020), e o comum (DARDOT e LAVAL, 2017; FEDERICI, 2019) e o conteúdo que nem sempre aparece de forma explícita nas falas, mas que está presente ao longo do texto.

Por último, ao colocar em evidência novos enunciados sobre o corpo-território, busco tecer uma discussão sobre o papel da narrativa como modo de pensar e fazer cidade, implicada na desconstrução de um sistema patriarcal e heteronormativo e racista, para outras histórias sobre o espaço urbano sejam contadas, sob uma outra ótica que nos permita contar e conhecer histórias de modo que não caiam no esquecimento.

4 NARRANDO COM AS MULHERES MIRABAL: O CORPO-TERRITÓRIO EM TRÊS ATOS.

Dividido em uma parte de uma construção conceitual a respeito de território e corpo-território e em mais três atos, esse capítulo é fruto de tecituras das narrativas orais das mulheres que fazem parte da CRMM e do que está presente em seus relatos, do que pude apreender na minha experiência no período em que estive em campo. Além disso, são feitas reflexões que unem o comum, o feminismo comunitário e o corpo-território às práticas cotidianas das mulheres sobre essa vida não legitimada pelo planejamento urbano vigente e esse outro modo de produzir cidades para além da lógica do capital.

4.1. DO TERRITÓRIO AO CORPO, DO CORPO AO TERRITÓRIO.

A palavra território, durante muito tempo, teve seu significado ligado às demarcações e limites de países, cidades e estados. Não à toa, ao consultar a etimologia da palavra território, encontra-se sua origem no latim, *territorium* que significa “área delimitada, terra sob jurisdição”. Contudo, hoje se sabe que o território pode ser dotado de múltiplos significados e abordagens. Nesse item, serão trabalhadas brevemente as visões de alguns autores e algumas autoras que discutem o território para, assim, podermos avançar para a noção de corpo-território enquanto uma potência conceitual e operativa que dialoga com a perspectiva crítica dos feminismos, e que interpela também as práticas do pensar-fazer cidades.

Ao trazer a discussão sobre território, Rogério Haesbaert (2011) enfatiza que apesar de ser um conceito tradicionalmente abordado na Geografia, o seu enfoque é na materialidade e em suas múltiplas dimensões, o que deveria incluir interações entre sociedade e natureza. Além disso, lembra que o conceito também é bastante utilizado em outras áreas do conhecimento e, por isso, pode ter uma diversidade de significados e perspectivas. Para o autor, território deve ser definido pelo contexto histórico e pelas relações socioculturais em que se insere.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

É preciso fazer uma reflexão crítica sobre um reducionismo do conceito quando ligado diretamente à ideia de “território nacional”, ou seja, a escala nacional e sua relação com o Estado. Partindo do pensamento Souza (1995), o território pode ser construído, bem como desconstruído, em diferentes escalas físicas - de uma rua a um continente - e temporal, que pode variar entre séculos e dias. Não só isso, seu caráter também pode variar entre permanente e provisório.

Entender o conceito de território como categoria de análise, segundo Milton Santos (1998), ultrapassa a ideia de um conjunto de sistemas naturais e superpostos, uma vez que “é o uso do território e não o território em si, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 1998, p. 15). Dessa forma, defende que o território seja entendido como território usado, não somente como o território em si. O que os diferencia é que enquanto o território tradicionalmente é forma e chão, o território usado é “o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2006, p. 14). Ou seja, é o espaço habitado, onde há o exercício da vida, composto por um conjunto de objetos e ações atreladas ao território físico. Logo, Santos (2000, p.3) o define como “(...) um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes”.

O autor vai destacar que nesse todo complexo estarão presentes distintos atores, com diferentes níveis de poder de comando, o que conduz para multiplicidade de ações, as quais vão ser fruto da relação entre os grupos hegemônicos e hegemonzados. Enquanto para os atores hegemônicos o território pode significar recurso, para os hegemonzados significa abrigo, um meio de sobrevivência. De modo similar, Haesbaert (2011) vai afirmar que o território, enquanto espaço de mediação espacial de poder, é resultado da interação entre as múltiplas dimensões de poder que perpassam “desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política” (HAESBAERT, 2011, p.93). Souza (2009) também compreende

que o território se fundamenta como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Dessa forma, defende que “conceitualmente a ideia de território é, na sua essência, política, visto que a dimensão que a vertebraliza é a dimensão do poder” (SOUZA, 2009, p.33).

Ao explicar o que é território, Claude Raffestin (1993) vai, antes de tudo, lembrar que não se deve confundir território e espaço, pois não se tratam de termos equivalentes. O espaço é anterior ao território, pois o território é produto de apropriações e ações no espaço: “ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.2). Já Souza (1995) vai alertar sobre indistinção entre os termos, a qual pode acabar gerando um apagamento do caráter político intrínseco ao território.

O território também pode constituir um campo de poder, o qual pode ser entendido como o próprio território, que advém da produção desse espaço, juntamente com todas as relações que estão envolvidas nessa produção. Logo, “o território é, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p.2).

Diante dessa concepção, é possível entender por que Souza (1995) diz que ao falar de determinado grupo, ele não pode ser entendido sem o seu território, visto que é algo que se configura como gerador de raízes e identidade “no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”) (SOUZA, 1995, p.84).

Logo, a partir das concepções de território dos quatro autores aqui abordados, chega-se uma convergência conceitual: o que conhecemos por território, vai ser carregado de um sentido político constituído por meio de relações de poder. Essa compreensão se torna essencial para este estudo, uma vez que torna possível conferir a Casa de Referência Mulheres Mirabal um sentido de território em disputa: as mulheres que constituem o espaço hegemônicas *versus* a hegemonia dos homens e do Estado.

Nota-se que a abordagem do conceito de território, tem uma bibliografia com predominância de autores e pesquisadores masculinos. Por isso, urge a necessidade de referenciar esse conceito a partir de uma perspectiva feminista e interseccional, engajando-nos com leituras e

apropriação das concepções de território de autoras mulheres que trazem a relação direta entre o corpo e o território, como esferas indissociáveis.

Chega-se então, ao corpo-território que é um “conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns ou comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação.” (GAGO, 2020, p.10). A autora comenta que a ideia de corpo-território elucidada como os corpos individuais e coletivos são violentados por meio da exploração e espoliação desses territórios e as consequências e impactos na vida cotidiana nas populações.

Para Delmy Hernández Cruz (2017) o corpo que é visto como território pode ser em si mesmo, um espaço, um território lugar, o qual ocupa um espaço no mundo e em que se pode vivenciar todas as emoções, sensações, reações físicas, para encontrar assim, um lugar de resistência e ressignificação.

Podemos ver como a aposta metodológica e conceitual do corpo-território nos dá a possibilidade de criar mapas onde identifiquemos a violência sofrida pelos nossos corpos e tornar visível como elas se conectam com as invasões aos territórios e a repressão seletiva, que busca minar a soberania de corpos e territórios. Ouvimos como há similaridades em cada vivência dos territórios ou nos corpos e isto se dá porque as lutas se entrelaçam⁴⁴ (HERNANDEZ, 2015, p.6, *tradução nossa*).

Pensar em corpo-território de forma unificada, é estratégico, uma vez que “a conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que se é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem” (GAGO, 2020, p.107).

⁴⁴ Podemos ver como la apuesta metodológica y conceptual del cuerpo-territorio nos da la posibilidad de crear mapas donde identifiquemos la violencia hacia nuestros cuerpos y lograr visibilizar cómo se conecta con las invasiones a los territorios y la represión selectiva, que busca minar la soberanía de cuerpos y territorios. Oímos cómo hay similitudes en cada vivencia en los territorios o en los cuerpos, y esto se da porque las luchas se entrelazan.

Assim, neste capítulo, serão feitas reflexões sobre como a Casa de Referência Mulheres Mirabal se materializa enquanto corpo-território. Corpos que, nas palavras de Gago (2020), ao se tornarem território, tornam-se uma espacialidade que se contrapõe ao confinamento doméstico e que pode ser reafirmada a partir das palavras da narradora Nana (2022), ao dizer que “(...) um espaço como a Mirabal, é a saída desse espaço doméstico diretamente para o espaço de problematização deste ambiente doméstico.”

Problematizar esse espaço doméstico confinado é, portanto, estabelecer uma lógica de extrapolar as maneiras convencionais de combate à violência, para além do resgate e do refúgio, criando modos mais densos de defesa e autodefesa à vida: “Autodefesa, assim, promove um deslocamento na análise da questão, tratando como solução do problema a organização dos coletivos em condições de despojo estrutural” (GAGO, 2020, p.90).

As defesas entre território-terra e território-corpo devem ser indissociáveis (CABNAL, 2019). Ou seja, há uma incoerência política em quem não luta pela proteção dessas duas esferas da vida. Na concepção da feminista comunitária, ao se indignar com a espoliação e extrativismo dos bens comuns, mas não ter nenhuma sensibilização quanto às violências que as mulheres sofrem, há um rompimento na rede da vida, na possibilidade de construção de um novo mundo. Complementa ainda que “a mesma reflexão vale na lógica inversa. Se queremos feminismos que defendam os corpos emancipados, mas esses feminismos não falam de territórios emancipados, então a luta do feminismo não se sustenta. Eu não posso ser feminista se falo da defesa do meu corpo, da sexualidade, mas não defendo a terra. O feminismo precisa defender a terra. Afinal, onde vão viver os corpos emancipados?” (ibid., 2019).

4.2. O CORPO-TERRITÓRIO COMO LEVANTE

*São flores,
São armas,
Mulheres em ação,
Unidas,
Na luta,
Pela revolução!*

Palavra de ordem do Movimento
de Mulheres Olga Benario

Para reconstituir a história da Casa de Referência Mulheres Mirabal deve-se lembrar, antes de tudo, que ela é organizada por um movimento social: o Movimento de Mulheres Olga Benario (MMOB), o qual se trata de um movimento feminista classista/feminista marxista que surgiu em março de 2011, a partir da formação de uma delegação brasileira rumo à 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em Caracas, na Venezuela.

Logo após esse encontro, ainda em 2011, foi realizado o primeiro seminário nacional de construção do movimento, em João Pessoa, na Paraíba. Segundo a Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benario (2021), o movimento surgiu da necessidade de organização das mulheres brasileiras para lutar contra a violência, a opressão e a exploração da mulher e as injustiças existentes na sociedade capitalista, racista e patriarcal. Em seus dez anos de existência, o movimento já está presente em quinze estados do Brasil com o propósito de que as mulheres estejam cada vez mais organizadas para combater as opressões e violências e lutar de forma organizada pelos seus direitos.

Em Porto Alegre, o MMOB teve início em 2014, ano que coincide com aprovação do Projeto de Lei (PL) (282/2014) na Assembleia Legislativa do RS que, a pedido da gestão do Governo de José Ivo Sartori, alterou a estrutura administrativa do poder executivo estadual,

reduzindo a quantidade de secretarias de 27 para 19, o que culminou na extinção diversas secretarias, incluindo a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM).

Os anos seguintes foram marcados pelos avanços dos governos de extrema-direita e vieram acompanhados de inúmeros retrocessos, entre eles: a diminuição de políticas públicas e os cortes nos recursos destinados à proteção das mulheres e ao combate as violências de gênero. Dessa forma, as mulheres do MMOB perceberam que era preciso ir além nas lutas feministas e construir uma ação coletiva efetiva que pudesse salvar a vida das mulheres da capital gaúcha.

A inspiração para fazer a ocupação de um imóvel vazio que constituiria a Casa de Referência Mulheres Mirabal, veio de dentro do próprio MMOB. Em 08 de março de 2016 (Dia de Luta Internacional das Mulheres⁴⁵) na cidade de Belo Horizonte em Minas Gérias, foi feita a primeira

⁴⁵ “O Dia Internacional das Mulheres teve origem no movimento operário e se tornou um evento anual reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Suas sementes foram plantadas em 1908, quando 15 mil mulheres marcharam pela cidade de Nova York exigindo a redução das jornadas de trabalho, salários melhores e direito ao voto. Um ano depois, o Partido Socialista da América declarou o primeiro Dia Nacional das Mulheres. A proposta de tornar a data internacional veio de uma mulher chamada Clara Zetkin, ativista comunista e defensora dos direitos das mulheres. Ela deu a ideia em 1910 durante uma Conferência Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhague. Havia 100 mulheres, de 17 países, presentes, e elas concordaram com a sugestão dela por unanimidade. A data foi celebrada pela primeira vez em 1911, na Áustria, Dinamarca, Alemanha e Suíça. E seu centenário foi comemorado em 2011 — então, neste ano, estamos tecnicamente comemorando o 111º Dia Internacional das Mulheres. Mas o Dia Internacional das Mulheres só foi oficializado em 1975, quando a ONU começou a comemorar a data. E se tornou uma ocasião para celebrar os avanços das mulheres na sociedade, na política e na economia, enquanto suas raízes políticas significam que greves e protestos são organizados para aumentar a conscientização em relação à contínua desigualdade de gênero.”

BBC. O que é o Dia Internacional das Mulheres e como começou a ser comemorado?. BBC, 8 de mar de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60646605> . Acesso em: janeiro de 2023.

ocupação de mulheres da América Latina, atual Casa de Referência da Mulher Tina Martins⁴⁶ que aconteceu em um prédio ocioso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que estava desocupado desde 2010.

As mulheres do Movimento Olga começaram a questionar os moldes atuais das relações de submissão e opressão no ambiente doméstico e no espaço urbano, bem como a precariedade nas políticas públicas voltadas para mulheres, entendendo assim, a necessidade de transformações nessa realidade e se colocando diante de uma mobilização do corpo-território – a qual pretende resistir e impulsionar outros modos de vida: “O corpo território impulsiona a invenção de outros “territórios existenciais” (...) Saímos do confinamento doméstico construindo outros territórios domésticos que não obrigam ao trabalho gratuito não reconhecido e que não exigem promessa de fidelidade ao marido-proprietário. Tomamos as ruas e delas fazemos uma casa feminista” (GAGO, 2020, p.128).

Parte da história do levante desse corpo território da Mirabal pode ser reconstruída por meio das falas de seis das narradoras, as quais estiveram presentes desde o início da ocupação e da idealização desse território de luta. Algumas delas estão à frente coordenação, outras continuam no MMOB, mas por ora estão mais afastadas do trabalho que envolve a Casa. Logo no início das falas, essas narradoras, ao serem indagadas a partir da pergunta geradora “O que a Casa de Referência Mulheres Mirabal significa na sua vida? E o que ela significa para as mulheres na cidade?” já trouxeram como sua primeira memória o início na Mirabal. É o caso da narradora Gêssica Oliveira que logo no início da sua fala, rememora como foi o processo de pensar e construir a ocupação desde o início.

⁴⁶ BELO HORIZONTE. Casa Tina Martins. Prefeitura de Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento_urbano/vcmppu/iniciativas/13.CASA_TINA_MARTINS.pdf. Acesso em: outubro de 2022.

Ó a pergunta é bem abrangente... Assim... eu fico pensando, a primeira coisa que me vem na cabeça é o começo da Mirabal. Assim, quando a gente tirou essa ideia de fazer uma ocupação que antes era uma ideia de fazer uma ocupação por moradia para mulheres, então era uma ideia de fazer uma parceria do Olga com o MLB, o Olga aqui ainda era muito, muito novo, muito incipiente, e daí a gente percebeu que tinha condições e isso que ia ser muito bom. A exemplo das gurias, lá de Minas Gerais, que fizeram a Tina Martins, a gente se inspirou muito assim e começou a trabalhar muito para construir a Mirabal. Reuniu muito núcleo, dá muita ideia. No início, tinha muita gente duvidando, né? “ah, uma ocupação só de mulheres. É muito perigoso...” “botar essas mulheres em risco de vida” Então a gente foi, não é? Questionada de todos os cantos e quando é efetivamente assim, aconteceu a ocupação a gente começar esse trabalho do zero, um trabalho que não tinha muita ideia, não tinha um histórico, não tinha onde a gente se embasar assim, foi muito construído enquanto caminha e foi um desafio muito louco. Apesar de ter sido muito bom. (GÉSSICA OLIVEIRA, ex-coordenadora, 2022)

Apesar de todos os questionamentos do potencial coletivo das mulheres de pôr em prática uma ação efetiva e combativa, a ideia permaneceu viva e foi executada. Pelas palavras de Gago (2020), mover esse corpo-território não tem a ver com o medo desaparecer e deixar de existir, mas sim, sair da posição pacífica e de silenciamento diante das violências cotidianas. É possível também pensar esse movimento a partir da ideia de Julieta Paredes Carvajal: transformar o corpo tanto em instrumento de luta quanto de reflexão.

Ao contar sobre o ponto de partida para construção dessa ação efetiva de combate à violência contra as mulheres, a narradora Priscila Voigt, que esteve desde o início do processo de idealização da CRMM, fala do quão as medidas convencionais de enfrentamento acabam sendo insuficientes para enfrentar esse problema que é estrutural.

Primeiro que a gente teve uma experiência no oito de março de dois mil e dezesseis que foi lá em BH que foi a Casa de Referência Tina Martins, é... e que elas também tiveram muito e a gente já vinha discutindo aqui no Estado também é... a importância de ter um espaço só para as mulheres, não é? de abrigo de acolhimento e de receber muitas denúncias e muito pedido de apoio assim de ajuda, de como denunciar, de como ir na delegacia, de medida protetiva, então o movimento acaba recebendo muito dela. E então a gente já vinha pensando nisso, não é? como é nosso movimento ele é incrível, que tem a mesma linha que lá das companheiras que estavam pensando nisso, fizeram uma ação concreta e a gente também já estava pensando, não é? mas a gente conseguiu aí desenvolvendo novembro, não é? de dois mil e dezesseis (...) porque só a medida protetiva e só o boletim de ocorrência não adianta as mulheres... (Narradora Priscila Voigt, ex-coordenadora, 2022)

O período também coincidiu com a ocupação das escolas e universidades públicas por parte dos estudantes e das estudantes secundaristas e universitárias contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, que estabelecia um teto de gastos públicos por até 20 anos, gerando prejuízos principalmente na saúde e na educação. No momento de tensionamento das greves estudantis que ocorreram entre os meses de outubro e novembro de 2016, afloraram diversos debates político-sociais, fazendo com que muitos jovens despertassem para necessidade de organização e luta coletiva, dados os retrocessos que cresciam de modo vertiginoso. Foi o caso da narradora Júlia, que acabou se aproximando do MMOB nesse momento.

O que eu fiquei pensando assim, que é o que que a Mirabal significa para mim. (...) Eu saí do interior, então onde, tipo, eu enxergava várias realidades, não tinha uma vida tipo, regada de privilégios, Era bastante simples, mas que a pobreza é diferente no interior, no campo, não é? Então, não enxergava pessoas passando fome e a violência, de certa forma, era bastante velada assim. E acho que até a gente mesmo acaba entrando muito nessa lógica, não é? da reprodução de olhar e entender como errado, mas ao mesmo tempo, acabar apartando muito, quando as pessoas tratam aquilo como normal e te convencem até certo ponto. Então, eu sinto que em 2016 foi um ano em que teve muitas mobilizações políticas que eu comecei a participar, hmmm e uma delas que foi logo antes da Mirabal, foi a ocupação da universidade, né? Em relação à PEC e de entender o impacto político que eu ia ter e de começar a perceber o quanto eu tava alienada. Então, ao mesmo tempo, que a universidade é tipo, foi onde eu tive o contato com essas pessoas, né? Que estavam lá ocupando, que me convidaram depois para participar destas reuniões de mulheres, também eram um espaço onde a cobrança do estudo, de estar sempre correndo atrás e num ritmo absurdo faz com que a gente, este mesmo espaço que mostra um pouco disso, te aliene muito, né? E aí a eu sinto que eu comecei a me identificar muito também, não é? (Narradora Júlia, coordenadora, 2022)

A articulação do corpo-território é também um processo de reconhecer a corporalidade individual como território único e que proporcione um fortalecimento no sentido de afirmação de sua existência de ser e estar no mundo (CABNAL, 2010). Além disso, trata-se de um amadurecimento na compreensão das conjunturas de violência e injustiça social. A partir daí, é quando se busca, segundo Gago (2020) através da coletividade, reconceitualizar de forma precisa esses conflitos e, na prática, fazer mudanças conjunturais potentes e que ao mesmo tempo, trazem transformações nas vidas cotidianas.

O momento de organização das mulheres pré-ocupação do imóvel da Congregação Salesiana pode ser lido como o movimento de levante desse corpo-território das mulheres. É o momento que elas se reúnem para construir e pensar um espaço de luta e resistência revolucionário para Porto Alegre, para o Estado do Rio Grande do Sul e até mesmo para a América Latina.

E aquele dia a gente falou, “dependendo de como for as atividades, aí a gente faz, se não vier tantas companheiras, a gente não faz.” E veio! E Veio muita mulher, cara. E foi uma loucura quando eu entrei naquela sala de reuniões, eu vi um monte de gente que eu nunca tinha visto na minha vida. E muito assim, umas caras de tipo, nossa, vamos dominar o mundo, sabe? Vamos fazer, vamos fazer acontecer e tudo gente nova para caramba, tudo, guria nova, guria e muito nova assim, desde o Morro da Cruz até guria que veio do interior recém, bem assim a gente tinha um pouco de tudo. E aí a gente conversou, deu a ideia real que até então a gente não tinha dito efetivamente “a gente quer fazer uma ocupação de mulheres, por mulheres, para mulheres.” Aí a gente pontuou assim, falou: “É isso que a gente quer fazer. Vocês topam? vocês estão com a gente?” e a gente ainda estava receosa, né? De que estivessem com medo disso, medo daquilo. E não foi essa resposta que a gente teve, foi uma resposta de “vamos fazer! quando que a gente vai fazer e daí a gente já renovou as esperanças, os espíritos. Sim, aí a gente decidiu. Qual é o dia marcante que a gente tem próximo? a gente viu, ah, 25 de novembro é o dia, pô, do combate à violência. Vai ser nesse dia! Daí, a partir daí a gente já começou a se organizar para isso. Assim, foi bem rápido (...) (Narradora Gêssica, 2022).

A narradora Júlia, atualmente coordenadora da CRMM, era uma dessas mulheres que apareceram nessa reunião. Na sua fala, ela conta como a oportunidade de estar se unindo a mulheres para construção de uma luta coletiva trazia sensação do poder e transformação do cenário da violência de gênero. Em outros termos, usando as palavras de Lorena Cabnal (2010) isso pode significar uma recuperação e defesa do corpo, implicando de maneira consciente em provocar uma desmontagem dos pactos masculinos que costumamos conviver e, até mesmo, desmontagem do que entendemos para nossos corpos femininos e assim, podermos alçar uma liberdade.

Primeiro foi a essa reunião de mulheres que a gente participou, que foi na quarta-feira. Sexta-feira foi dia 25. Na quarta, dia 23, que a gente participou à noite desta reunião assim e foi uma plenária, em que tipo conheciam muitas mulheres que estavam lá muito engajadas e muito dispostas dentro de uma ocupação urbana, que naquele caso era a Lanceiros Negros⁴⁷, né? Ali que já estavam na prática mostrando que estavam lutando por moradia e que estavam dispostas a construir um espaço para lutar contra a violência assim, né? E aquilo brilhou muito os olhos assim, né? Na ideia, tipo, eu quero fazer parte disso. Eu quero, né? Estar junto nesse espaço, quero assumir esse papel de estar junto nessa luta. E aos poucos, assim, os primeiros momentos já foi uma sensação muito boa, de tipo... Eu entendo que é isso que é o poder popular, assim, de tipo, a gente se sente muito forte, não é? De ver que são várias mulheres que se organizaram aí. (Narradora Júlia, 2022)

A organização coletiva das mulheres, antes mesmo de se concretizar a ocupação do imóvel, já demonstra uma desacomodação das estruturas hegemônicas de poder. Quando temos dezenas de mulheres saindo de seus lares para articular uma ação transformadora da realidade pela vida das mulheres, vê-se, pouco a pouco, esse corpo-território ganhar forma e força.

⁴⁷ Durante meu percurso como pesquisadora e na convivência com as narradoras, pude apreender a partir de conversas informais e nas narrativas, a forte relação da CRMM laços estreitos com a Ocupação Lanceiros Negros (OLN) – ocupação do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) que serviram como ponto apoio mútuo, tecendo fortes alianças durante o período de planejamento e ocupação da Mirabal, bem como da reintegração de posse da OLN, em junho de 2017.

Casa de Referência Mulheres Mirabal

3

Antiga Ocupação
Lanceiros Negros

2

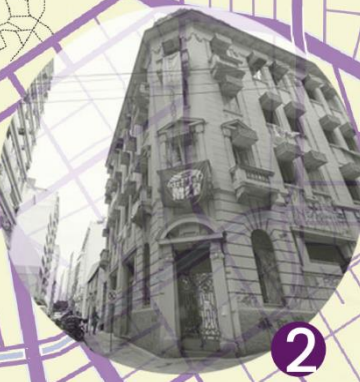
Primeira Ocupação
Mulheres Mirabal

1

para onde
vão as
MULHERES
vítimas de
VIOLÊNCIA?



1



2



3



Figura 7 - Corpo-território como levante. Fonte: Colagem por Leticia Durlo.

4.2.1. “NÃO TEM CASA-ABRIGO, SE DER MOLE NÓS OCUPA”.

O imóvel escolhido para ser ocupado estava localizado na Duque de Caxias, 380. Ele pertence à Congregação Salesiana, onde anteriormente funcionava o Lar Dom Bosco⁴⁸, um orfanato coordenado pela instituição e que estava fechado há mais ou menos dois anos., segundo os relatos das narradoras Gêssica e Priscila Voigt.

Então sobre o dia que a gente ocupou, né? A gente teve vários momentos assim, de estudar quando a gente ia ocupar... Teve muitos momentos que a gente pensou, se questionou muito, será que a gente tem mulheres suficiente para fazer essa ocupação? Será que isso vai dar certo? Será que a gente realmente faz só com mulheres? que era uma dúvida que a gente tinha. Será que a gente consegue fazer isso só com mulheres? Será que a gente não chama os companheiros para nos dar uma salvaguarda, estar ali junto com a gente? então, hmm, a gente marcou um dia que foi para fazer o teste mesmo. Será que a gente tem essa condição e a gente decidiu pegar para provar? A gente marcou uma reunião de noite, assim super tarde, era nove horas da noite, se não me engano, lá no antigo Lanceiros Negros, lá no Centro da cidade. E a gente chamou, a gente passou muito tempo mobilizando, foi reunido o núcleo, reunião plenária, na PUC, na UFGRS, em outros lugares. E aí a gente chamou fazer chamada para todas as mulheres que a gente conhecia, falou para as mulheres chamarem outras mulheres, inclusive, foi até ali que a própria Ju⁴⁹ veio, inclusive, né? Foi um contato de um contato que estava lá. (Narradora Gêssica, ex-coordenadora, 2022)

Quanto ao dia escolhido para a ocupação foi 25 de novembro, data em que no ano de 1960, as irmãs Minerva, Pátria e Maria Teresa, conhecidas como irmãs Mirabal ou *Las Mariposas*, após uma emboscada, foram assassinadas na República Dominicana pelo governo ditatorial do ditador Rafael Leónidas Trujillo. A motivação do assassinato tem relação com a resistência que as três irmãs faziam contra a ditadura no país

⁴⁸ Sul21. Mulheres ocupam prédio no centro de Porto Alegre por mais vagas em abrigo e assistência. Sul21, 25 de nov de 2016. Disponível em: https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2016/11/mulheres-ocupam-predio-no-centro-de-porto-alegre-por-mais-vagas-em-abrigo-e-assistencia/. Acesso em: março de 2021.

⁴⁹ A “Ju” a quem a narradora Gêssica se refere, é a narradora Júlia Foschiera, uma das atuais coordenadas da Casa de Referência Mulheres Mirabal.

em que viviam. Em 1999, a ONU reconheceu a data da morte das irmãs como o Dia Internacional da não-violência Contra a Mulher. A narradora Priscila Voigt, considera importante usar datas simbólicas para realizar as ações do movimento, visto que trazem um importante caráter combativo na luta das mulheres. A narradora Gêssica conta como compreendeu a potência do que estava sendo construído ali pelas quase cem mulheres presentes no dia da ocupação e da importância de estarem chamando a atenção e fazendo história na cidade de Porto Alegre desde o primeiro momento.

E aí, já entrou, já foi descobrindo o que que funcionava, o que que não funcionava, o que que era, o que era um lugar gigante, um lugar enorme lá na Duque de Caxias e aquela ansiedade gigante de um medo assim e ao mesmo tempo, assim, sabendo que estava fazendo história, acho que todas as minas estavam naquele momento, sabiam que estavam fazendo um negócio que era histórico para caramba, que era forte demais e a gente tinha muito, muito medo da represália. Como seriam com uma ocupação só de mulheres, como seria reprimido pelo aparato repressor da polícia e até foi muito tranquilo, né? Aquela específica experiência, né? Que o segurança, assim que a gente entrou, liberou alarme, os agentes de segurança institucionais lá, que acho que era ruber, não lembro, uma empresa lá, foi lá, ficaram lá. “Ah vocês tão entrando aí? Então tá bom” acionaram a brigada. Daqui a pouco nos deram tchau “é, importante na vida das mulheres” e foram embora. E aí a gente ficou “Meu, é isso aí, cara. A gente tem que fazer mais isso assim.” E aí foi, né? A gente fez aquela fala de início para a gente entender e lembrar por quem que a gente estava lá, porque que a gente entrou naquele lugar e por que que a gente ia resistir, que não ia ser fácil, mas a gente ia resistir. (...) A gente perdeu algumas no caminho, assim que “Ah, era muito trabalho. Não era isso que eu queria”, mas a gente conseguiu aí fazer um grupo grande, chamar atenção da cidade, de engajar ainda mais mulheres e a coisa desandou assim dentro positivo, né? A coisa se desenrolou de uma maneira que nos permite hoje estar aqui nessa escola gigante. (Narradora Gêssica, ex-coordenadora, 2022)



Figura 8 - Colagem a partir de capturas do vídeo da ocupação em 25 de novembro de 2016. Fonte: Coletivo Catarise. Editado pela autora.

A narradora Andressa Guedes, que iniciou sua participação no MMOB e na Mirabal no dia da ocupação, participou de tudo desde o início e hoje é uma das coordenadoras da casa. Em sua fala, ela conta como se familiar com as pautas feministas e acreditar na força da construção coletiva das mulheres nessa luta, mas que somente depois de um tempo foi entender o real propósito de estarem ali.

Então, falar sobre o que que a Mirabal representa para a minha vida é, na verdade, é uma muita coisa. Assim, porque eu iniciei na Mirabal, assim foi em 2016, junto ocupando o prédio, né? Lá no dia 25 de novembro, e eu não esperava que fosse gerar tudo isso, né? A gente está há 5 anos hoje com ela. E eu não sabia que o objetivo era para ser um espaço que era para abrigar mulheres em situação de violência doméstica. Na época, assim, eu pensei que era para ser uma ocupação de mulheres, sei lá, por moradia e tal. Depois, assim, conversando mais com as gurias do movimento que eu fui perceber, né? Que eu fui entender o qual o real objetivo assim. (Narradora Andressa Guedes, coordenadora, 2022)

Ao tomar a decisão de ocupar imóveis ou terrenos vazios, sejam eles públicos ou privados que não estejam cumprindo a função social da propriedade, os movimentos sociais feministas que adotam a noção do corpo-território instauram o que Gago (2020) denomina de cartografia política de conflito e evidencia outro caminho para aquilo é despossuído e que pode ser explorado em nome de um bem comum.

É necessário constituir outros territórios que desafiam as relações de poder, onde ocupar seja não só reivindicar, mas subverter a lógica da cidade da propriedade privada e da vida individualizada. Por isso, a ideia de ocupar um espaço ocioso, ultrapassa os limites legislativos e não se restringe somente à reivindicação pelo cumprimento da função social da propriedade, mas busca “alternativas possíveis de organização da vida coletiva e agenciamentos espaciais” (ROLNIK, 2019, p.39).

Para a autora, é isso que vai diferenciar os movimentos sociais atuais dos que se organizavam em uma geração anterior, pois “trata-se não apenas de uma tática de empoderamento para fazer reivindicações ao Estado, mas também de processos coletivos de construção de “contra espaços”, um conglomerado híbrido de práticas que, nas margens, fissuras e porosidades, prototipam futuros” (ROLNIK, 2019, p.39).

De acordo com Diana Helene (2019), é no cotidiano dessas ocupações que se constroem outras formas de “morar”, resistir e existir coletivamente, estruturando alternativas às soluções ineficientes do Estado. A autogestão como base de organização das ocupações possibilita ainda uma experimentação de rompimento com lógicas capitalistas de produção e organização do espaço habitacional. Os valores debatidos e

construídos coletivamente visam ao bem-estar da comunidade de ocupantes, em especial daqueles mais vulneráveis, dos quais destacamos aqui aqueles do gênero feminino (HELENE, 2019, p.963).

(...) Então para mim é isso, a Mirabal foi uma experiência revolucionária. Na minha vida pessoal, como indivíduo. Eu sou uma nova mulher assim. Depois da de todas as coisas que eu passei e vi aqui e aprendi aqui. E também acho que é uma experiência revolucionária assim para a própria cidade, não é? Não sei se a pergunta dois é isso, não é? Eu tenho certeza assim que a Mirabal a ela, é o principal trabalho de massa, assim. Do movimento feminista na cidade, é a Mirabal. Tem várias ações e várias coisas acontecendo, mas de massa, assim, de trabalho de base mesmo, é a Mirabal. (Narradora Nana, coordenadora, 2022).

A narradora Nana, no trecho acima, suscita a importância da construção de um feminismo de massas e por isso considera a Mirabal como uma experiência revolucionária. Gago (2020) acredita que é no feminismo de massas que é possível ter uma leitura ampliada do mapa das diferentes violências de gênero que existem dentro da sociedade, o que permite a construção de um pensamento e análise interconectada.

Adotar essa postura de pensar espaços que atendam ao bem-estar coletivo, é um dos ponto-chave dos movimentos feministas que se aproximam da noção de corpo-território que “põe em discussão também o contorno da espacialidade que não está normatizada pela propriedade individual. Corpo-território pode postular-se como imagem antagônica ao caráter abstrato do indivíduo proprietário da modernidade (neo)liberal.” (GAGO, 2020, p. 123)

Paisagens não dominantes, como é o caso da que conforma a Casa de Referência Mulheres Mirabal e que se diferem da paisagem da elite financeira, podem se identificar com o que Paulo Reyes, Daniele Caron e Daniela Cidade (2020, p.261) chamam de “paisagens da luta diária e cotidiana paisagens da luta diária e cotidiana em territórios organizados a partir da lógica daqueles que estão à margem” e desafiam a lógica universalista da cidade, trazendo outras práticas de projeto e planejamento, em outras palavras, outras formas de fazer cidade.

Portanto, tratar o corpo-território como levante, é compreender que se trata de um movimento de ruptura de um urbanismo que não é nem nunca foi neutro, m que não há mais espaço para aceitar o *modus-operandi* das cidades que prioriza a esfera produtiva e violenta cotidianamente as mulheres. É rebelar-se e mostrar que é inadmissível não questionar a perpetuação das formas com que nossos corpos são

tratados, no âmbito público e no privado. Corpo-território como levante é romper com o urbanismo patriarcal, racista e heteronormativo. O levante corresponde à saída da vida individualizada e confinada para o espaço de lutas compartilhadas.

4.3. O CORPO-TERRITÓRIO COMO CAMPO DE BATALHA.

*A caça às bruxas nunca terminou
mas as mulheres nunca deixaram de resistir.*

Silvia Federici

Apesar da inegável importância do serviço prestado e de já ter acolhido/abrigado centenas de mulheres, a CRMM vem lutando judicialmente desde o seu início contra as diferentes violências institucionais sofridas. Além das tentativas de reintegração de posse, também ocorreram cortes no fornecimento de energia elétrica, autos de infração, ameaças de interrupção do serviço e de fechamento sob a alegação de que o espaço é inadequado para abrigar e acolher mulheres.

Todos esses ataques protagonizados pelo Estado foram veiculados na mídia local, o que reforça uma tentativa de distorção e enfraquecimento da CRMM como força coletiva. Contudo, ao longo do meu processo de ser-corpo desse todo, foi possível perceber que nos momentos de maior fragilização e ataques à CRMM, ocorre uma maior união de forças contra todas essas violências, sobretudo no que diz respeito a contar com o apoio da sociedade civil, que não só reconhece a importância, como busca contribuir para que o espaço continue existindo.

A Mirabal contraria essa lógica fundada no cercamento das terras comunais no período medieval e fortalecida na modernidade, operando a partir de práticas inspiradas na subsistência, autonomia e sociabilidade, fortalecendo-se como corpo coletivo em luta permanente contra a

violência de gênero. Enquanto isso, o Estado as mantém em condição de precariedade, através de uma política induzida de exposição maximizada à violência, e funciona por meio de instrumentos judiciais que não propiciam proteção mínima suficiente (BUTLER, 2019).

Logo, converter a forma de enfrentar a violência em uma questão não privada, cuja resolução não pode ser confiada às instâncias estatais, possibilita se aprofundar e ter como diagnóstico, uma extensa trama de violências as quais “(...) se expressam “domesticamente”, vinculadas de modo direto a outras violências – política, econômica, laboral, institucional, midiática, etc. Isso muda também o plano das soluções e respostas” (GAGO, 2020, p.90). A narradora Priscila Voigt revela o quanto a CRMM despertou uma reflexão mais abrangente sobre os diferentes tipos de violências que as mulheres sofrem desde a infância, sejam nas relações pessoais e até mesmo do próprio Estado que deveria nos proteger.

É como eu estava falando né... o que impactou na minha vida eu acho que é a pergunta mais complexa assim, não é? eu acho que a gente passa a lidar e refletir também sobre as violências que a gente passa enquanto mulheres, não é? É... as violências, enfim, nos nossos relacionamentos, não é? o machismo que a gente vive desde criança, não é? desde... na nossa família e nos nossos relacionamentos, a violência institucional que a gente vive também, não é? a violência política, não é? Enfim... da descredibilidade e tal, e acho que isso um pouco sobre a questão é tanto das negociações é Mirabal né e que eu tinha falado um pouco de como foi a própria relação com os salesianos na época da Duque, que gente fez a ocupação lá e aí essa relação com os advogados e com os padres assim e deles até colocarem quando a gente depois ocupou lá na escola, como é possível, não é? para o policial né... que morava lá “tu conseguiu deixar esse bando de mulheres entrar” e aí quando a gente também lá na Duque teve um processo de reintegração o nome era “movimento de mulheres desordenadas” então o quanto que, é isso, não é? isso fala sobre a gente, como nos tratam, não é? a misoginia, enfim... (Narradora Priscila Voigt, ex-coordenadora, 2022)

A fala da narradora se reflete nas palavras de Federici (2017, p.334), ao dizer que a sociedade capitalista e patriarcal, desde sua ascensão, instaurou uma verdadeira guerra contra às mulheres, a qual foi nomeada de caça às bruxas como “(...) uma tentativa coordenada de degradá-las, de demonizá-las e de destruir seu poder social”. O momento atual no Brasil, não é diferente. A organização e resistência das mulheres às violências, desacomodam as estruturas existentes e fazem ascender uma nova caça às bruxas, a qual deve ser mapeada: “trata-se de pôr à prova a atualização da caça às bruxas como hipótese política mapeando quais são os novos corpos, territórios e conflitos sobre os quais essa caça se pratica.” (GAGO, 2020, p.75)

Nesse sentido, a mídia hegemônica, junto ao poder público, acaba por cumprir um papel de desacreditar e consolidar outras formas de violência contra as mulheres, sobretudo do que vêm sendo construído ao longo dos seis anos de existência da CRMM, referenciando o espaço como uma invasão, um serviço desorganizado, desqualificado e irregular. Patrick Champagne (2008) fala dos mal-estares “mediáticos” e seus tratamentos pela mídia, como uma forma de deformação da realidade, que “longe de se limitar a registrá-los, o tratamento jornalístico fá-los experimentar um verdadeiro trabalho de construção, que depende muito amplamente dos interesses próprios deste setor de atividade” (CHAMPAGNE, 2008, p.63). Esse posicionamento midiático e institucional, aparece na fala da narradora Priscila Voigt.

(...) e a gente vê assim o quanto de violência, falava da violência institucional também, não é? a gente tem vivido também neste momento, não é? Hmm, porque a prefeitura está nos atacando de diversas formas, não é? inclusive muitas vezes utiliza a mídia para deslegitimar, o nosso movimento, enfim... E eu acho que eu trouxe também um pouco da experiência de como foi é a própria experiência de negociação, da Mirabal da Duque para gente conseguir esse processo de ter um outro espaço, de ter uma negociação e de evitar uma reintegração de posse, porque a gente viveu uma reintegração de posse bem violenta da Lanceiros Negros, né? que foi no feriado de Corpus Christi, em junho de 2017 e foi televisionado e saiu em diversas redes, enfim... e como tanto a Mirabal foi importante para acolher as mulheres que foram despejadas, para ser um ponto de apoio, porque muitas doações chegaram para a Mirabal, para as famílias da Lanceiros, muita solidariedade da população, não é? de Porto Alegre e ao mesmo tempo o impacto que teve no projeto de negociação, não é? De a própria Brigada Militar dizer “olha, nós não vamos reintegrar essa casa, são mulheres, são mulheres vítimas de violência...” e eles estavam meio que já dizendo “olha, a gente age com violência e nós não vamos fazer essa reintegração, porque esse é o nosso método” e eles não tinham mais condições de bancar mais uma, né? (Narradora Priscila Voigt, ex-coordenadora, 2022)

Após muita resistência e várias tentativas de negociação com gestores públicos do Município de Porto Alegre e do Estado, foi feito, em 2018, um acordo com as militantes do Movimento Olga. A ideia era que a Prefeitura de Porto Alegre cedesse o imóvel da antiga Escola Benjamin

Constant⁵⁰, no bairro São João, Zona Norte da capital, fechado e sem uso há aproximadamente dois anos para que fosse desocupado o imóvel do Centro Histórico. Todavia, a prefeitura nunca oficializou a mudança da Casa de Referência para o outro imóvel, o que poderia, caso acontecesse a reintegração de posse do imóvel do Centro Histórico antes de viabilizar outra alternativa, interromper o serviço e o trabalho que estava sendo realizado. Assim, logo após a Prefeitura de Porto Alegre recuar nas tratativas, em 7 de setembro de 2018, as mulheres do MMOB no Rio Grande do Sul decidiram realizar uma nova ocupação nessa escola oferecida pelos gestores públicos e passaram a acolher nesse novo endereço, realizando a desocupação do prédio no Centro Histórico somente no dia 27 de setembro de 2018.

(...) já tinha um desgaste muito grande tanto para o governo Sartori, então foi uma obrigação assim, fazer essa negociação e aí a gente conseguiu. Depois de dez meses de negociação e busca de imóveis, a acidência aí desse colégio que depois a prefeitura pegou a chave e disse “não, agora a gente quer fazer uma creche” coisa que eles não têm intuito de fazer, né? não tem política, né? Isso é explícito como uma mentira, tanto que no primeiro grau a gente ganhou assim a prefeitura perdeu assim, a solicitação da reintegração de posse porque o juiz entendeu como má fé da prefeitura por ter participado de um processo de negociação e a indicação do juiz era “negocie vocês, conversem, né? Extrajudicialmente... (...) (Narradora Priscila Voigt, ex-coordenadora, 2022)

Apesar da própria prefeitura ter oferecido o imóvel da antiga Escola Benjamin Constant e em seguida ter descumprido o acordo, quando o imóvel passou a ser ocupado pelas mulheres do MMOB, emitiram uma nota em sua página oficial, tratando o ocorrido como invasão e, logo em seguida, com o pedido de reintegração de posse do imóvel, conforme emitida na página oficial da prefeitura municipal.

⁵⁰ A escola Estadual Benjamin Constant foi fechada junto a mais seis escolas de Porto Alegre. CHAGAS, Angela; HARTMANN, Marcel. Com queda nas matrículas, governo estadual fechará seis escolas em Porto Alegre em 2018 . GZH, 19 jan de 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2018/01/com-queda-nas-matriculas-governo-estadual-fechara-seis-escolas-em-porto-alegre-em-2018-cjcm07uof02r701ke95s8erph.html>. Acesso em: fevereiro de 2023.

A Prefeitura de Porto Alegre lamenta a invasão da Escola Benjamin Constant, no início da manhã desta sexta-feira, 7, pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, que representa a ocupação Mirabal. A prefeitura vai tomar as medidas judiciais cabíveis para a reintegração de posse da escola, localizada na rua Souza Reis, 132, bairro São João.⁵¹

Contudo, a decisão da 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre considerou improcedente o pedido de reintegração de posse do imóvel onde funcionava a Escola Benjamin Constant⁵². Além disso, era necessário buscar uma solução definitiva de local para que não houvesse a interrupção do serviço. Desde então, a CRMM segue na luta para conseguir dialogar com a gestão municipal, na tentativa de regularizar tanto o uso do imóvel, quanto o serviço prestado.

Como alguém que já esteve na situação de não ter para onde ir e precisar de um abrigo seguro para romper o ciclo de violência, as palavras da narradora Pri demonstram indignação de como a Mirabal é constantemente atacada, enquanto várias mulheres em situação similar a que ela passou, só encontraram proteção e acolhimento para recomeçar a vida nessa Casa.

(...) acho que esse trabalho teria que ser muito mais abraçado pela sociedade e ampliado isso e acho um absurdo as vezes e as violências que a própria Mirabal sofreu, cortarem a luz, quererem tirar a Mirabal de lá, sendo que um dos poucos lugares que acolhe, independente do caso que aconteceu, as mulheres então não têm uma não é seletiva, certo? Não vai e tu vai, tu merece. Não é por merecimento, é tu, precisa a Mirabal, está aqui. Eu acho, essa é a importância da Mirabal em relação às outras casas que eu não conheço. Só ouvi falar. Mas eu nunca tinha, hmm, ninguém nunca me ofereceu ajuda em outras casas. E até por a

⁵¹ PORTO ALEGRE. Nota Oficial sobre a invasão da Escola Benjamin Constant. Prefeitura de Porto Alegre, 07 de set de 2018. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smdse/noticias/nota-oficial-sobre-invasao-da-escola-benjamin-constant>. Acesso em: janeiro de 2023.

⁵²BRUXEL, Mateus. Justiça nega pedido de reintegração de posse de escola usada pela Ocupação Mirabal. GZH, 24 de jul de 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/07/justica-nega-pedido-de-reintegracao-de-posse-de-escola-usada-pela-ocupacao-mirabal-cjyhma98w04ib01mszusrz2vi.html>. Acesso em: março de 2021.

gente não saber da existência. É bem difícil para as mulheres o recomeço. Para onde que eu vou? Que que eu faço? (Narradora Pri, ex-abrigada, 2022)

A respeito dos recorrentes conflitos e violências institucionais, a narradora Júlia expressa como eles acabam comprometendo a qualidade do serviço prestado, considerando que há um desprendimento de energia para se defender desses ataques e medição de forças entre quem constroem a Mirabal e o Estado, em uma tentativa de desestabilizar emocionalmente as militantes e colocar à prova, nossa capacidade de acolher e abrigar as mulheres vítimas de violência.

Infelizmente, muitas vezes a gente precisa quase que está se provando, né? Por causa desses ataques constantes, assim da... Agora é principalmente da prefeitura, né? Mas em outros momentos de outras pessoas e serviços, assim. O fato da gente está sempre tendo que se provar, faz a gente ter dificuldade de poder fazer o trabalho com mais tranquilidade, eu acho. E ele por si só, assim como eu, uma certa leveza, com compromisso... que o compromisso seja com as mulheres e não com produzir provas, digamos assim, né? Então, acho que isso é grande, né? (Narradora Júlia Fosqueira, coordenadora, 2022)

O desacato às estruturas hegemônicas de poder a partir da organização de mulheres geram incômodo e o entendimento de como o corpo-território dessas mulheres pode ser “entendido com um campo de batalha que precisa estar aberto a transformações - pois ao mesmo tempo que é agredido, precisa se defender e se reinventar a partir de enfrentamentos e da união de forças, tecendo alianças para sobreviver” (GAGO, 2020). É o que pode ser visto pela fala da narradora Priscila Voigt – trazendo que mesmo com a falta de verbas e recursos, a ação e vontade coletiva pode transformar a realidade.

NÃO DEIXE
A MIRABAL
FECHAR!

EU DEFENDO
A MIRABAL

NO BRASIL,
APENAS 2.7% DOS
MUNICIPIOS
CONTAM COM
CASAS-ABRIGO

Brasil de Fato 20 anos Rio Grande do Sul

INÍCIO > POLÍTICA
VIDA DAS MULHERES

Casa Mirabal terá reunião com prefeitura para tentar impedir a reintegração de posse

Casa de acolhida para mulheres vítimas de violência pode ser desalojada por ação da administração municipal, entenda

Pedro Neves
Brasil de Fato | Porto Alegre | 19 de Setembro de 2022 às 17:16

GZH PORTO ALEGRE

Casa que acolhe mulheres vítimas de violência na Capital tem luz cortada

Imóvel está sob responsabilidade da prefeitura, que afirma não mais arcar com despesas referentes a sua utilização

COMPARTILHE

Mulheres da Mirabal ocupam Prefeitura para exigir fim de reintegração de posse
Apesar de ser uma instituição respaldada pelo poder público e de ter recebido alvará de funcionamento, Mirabal segue ameaçada de despejo



CHEGA
DE ATAQUE
A VIDA DAS
MULHERES

Matinal Experimente grátis nossas newsletters
Prefeitura quer fechar Mirabal enquanto vítimas de violência doméstica sofrem com regras rigorosas e poucas vagas
11 março 2022 por Carolina Queiroz, Mariana Alves e Sílvia Brasil

QUEM PROTEGE AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?

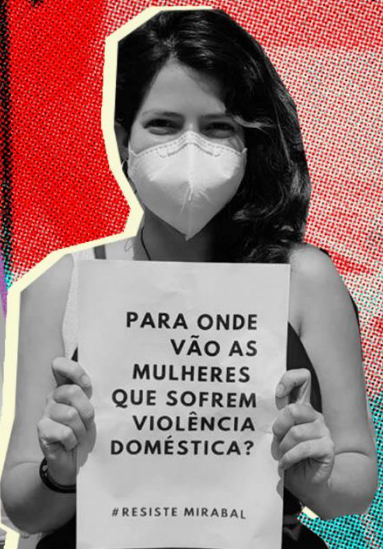


Figura 9 - Narrativa visual: corpo-território como campo de batalha. Fonte: Colagem por Letícia Durlo.

É, mas é isso assim o quanto que na verdade é as mulheres organizadas incomodam não é porque a gente prova que é possível se fazer política quando tem vontade política, né? a gente sem nenhum recurso, né? com trabalho voluntário, captação, né? por vaquinha, por internet, por apoiador, por doação, consegue fazer um trabalho que o Estado não garante, né? A gente vê aí muitas vezes a luz não sendo paga, a internet não sendo paga, telefone sendo cortado, é aluguel dos espaços não sendo pagos, sendo que sair de uma estrutura para que uma salinha lá no centro administrativo, não é? que nenhuma mulher vai ter acesso, nenhuma mulher vai enxergar. (Narradora Priscila Voigt, ex-coordenadora, 2022).

Por isso, há de se considerar que as ações coletivas realizadas dentro dos movimentos sociais, ultrapassam a reivindicação frente ao Estado e seus governos por mais políticas públicas, pois carregam consigo um caráter muito particular: lutar, resistir e transformar o modo como a sociedade está organizada, uma vez que buscam constituir outros caminhos e formas de pensar que carreguem outra lógica, diferente de como o mundo está organizado hoje (SILVA, CARMUÇA, 2013). O MMOB é um exemplo disso, pois se configura como um movimento que tem como objetivo a luta pelos direitos das mulheres e pelo socialismo, pelo fim da miséria e das opressões, reforçando o poder político que a organização das mulheres tem. A fala da narradora Priscila Voigt, assim como a fala da narradora Júlia Foschiera, corroboram com essa linha de pensamento, mostrando o que é possível ser feito com a organização coletiva das mulheres e o incômodo que isso gera nas esferas institucionais.

(...) só que pelo menos que é difícil de acessar as mulheres não conhecem não sabem como chegar, então isso mostra como o movimento de mulheres quando a gente se organiza a capacidade que a gente tem, não é? e a gente fala muito do poder popular de como são espaços de poder popular também não é das mulheres estarem organizadas, né? autogestionando um espaço obviamente que a gente usa para ser uma política pública porque é dever do Estado garantir mas a gente também entende que nós não devemos só ficar esperando pela ação do Estado, vamos cobrar e a Mirabal é uma forma de cobrança, de pautar isso com mais intensidade na sociedade mas ao mesmo tempo fazer uma ação efetiva e mostrar que a gente organizada faz mais do que o Estado que tem estrutura, que tem dinheiro, que tem profissional que tem, enfim, toda estrutura para garantir a política pública. Então eu acho que mostra é inclusive essas violências institucionais mostram o quanto as mulheres organizadas incomodam, não é? não acho que isso também fala um pouco do impacto né? Na cidade assim. (Narradora Priscila Voigt, ex-coordenadora, 2022)

É necessário que o debate sobre a violência de gênero no espaço urbano torne-se público, pois à medida que trazemos discursos comumente apagados “com a valorização de lutas, reivindicações e protestos, a leitura da grande cidade latino-americana ultrapassa a sua

realidade imediata de epicentro da crise societária. além de uma condensação de carências – é também depositário de aprendizados, conquistas e projetos populares, mesmo que estes continuem retidos nas malhas da ordem dominante (TORRES RIBEIRO, 2009 p.147). Denunciamos também, os vínculos firmados entre o Estado e o Capital – que precarizam e acentuam desigualdades de gênero, classe e raça – atuando de um modo dissonante com o modelo de sociedade que nós, enquanto CRMM e MMOB, acreditamos.

Que a gente sabe que esse espaço é necessário e não só porque acho que a Mirabal existe, faz com que o município e outros órgãos públicos criem mais vagas, porque desacomoda e mostra que existe uma demanda. Mas o fato deles suprirem essas vagas, não vai fazer a Mirabal deixar de ser necessária. Uma, porque o trabalho que é feito é que é diferente, tem um objetivo diferente, outra porque eu sinto que tem um movimento social que tem a bagagem que a gente tem, que é construído por mulheres, é muito diferente de uma gestão fazer. Porque a gente, apesar de entender, acreditar que é o papel do Estado, a gente sabe que esse modelo de Estado está inserido dentro de um sistema em que a gente não concorda. Então a gente quer que faça, mas a gente sabe que precisa fazer muito mais, independente se tiver fazendo ou não, assim. Então, é... que é bem aquela máxima do tipo “Com o estado, contra o estado e para além do estado” assim, acho que isso diz muito assim, de tipo, não é um pensamento liberal, não é achar que o estado pode se isentar porque a gente tá fazendo esse trabalho. (Narradora Júlia, coordenadora, 2022)

Dentro da lógica da espoliação de bens-comuns abordada por Gago (2020), também é importante trazer as tentativas de apagamento do trabalho desenvolvido pela CRMM com uma ação do Estado que desconsidera à existência de mulheres e crianças vítimas de violência que precisam de condições mínimas para recomeçarem suas vidas com dignidade. Tentativa de apagamento que se manifesta de modo concreto com os cortes de energia elétrica e tentativas de reintegração de posse que ocorreram na Mirabal.

Esses ataques podem ser entendidos por diversas contraofensivas: eclesiástica, moral, econômica, militar (Gago, 2020). Aqui, cabe acrescentar a contraofensiva do Estado como poder executivo. São reações à força demonstrada pelos feminismos na América Latina e que seguem uma lógica sequencial: são movimentos anteriores de ofensiva que geram como resposta uma contraofensiva. Os feminismos são vistos então como uma ameaça e como desobedientes a uma ordem e sistema de poder já estabelecido.

Em termos políticos: afirmar que os feminismos ameaçam e ativam uma dinâmica de desobediências aos poderes estabelecidos, que passam então a contê-los com formas de repressão, disciplinamento e controle em várias escalas. A contraofensiva é um chamado à ordem, e sua agressividade se mede pela percepção da ameaça a que contraofensiva acredita estar respondendo (GAGO, 2020, p.249).

Algumas das contraofensivas aconteceram entre os anos de 2019 e 2021, a CRMM sofreu com três cortes de energia elétrica no seu espaço físico. O primeiro deles ocorreu em 11 de novembro de 2019, quando feito contato com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) a coordenação da Casa foi informada que o corte tinha ocorrido devido à um pedido do proprietário⁵³, ou seja, o município. Em carta aberta à população, divulgada Pelo Jornal A Verdade, a coordenação da CRMM informou que os cortes no fornecimento de um serviço essencial, como é caso da energia elétrica, se trata de mais uma violência sofrida pelas mulheres, além de um atentado aos direitos humanos.

Essas estratégias de desligar luz e água têm sido usadas pelos agentes do Estado como forma de desmobilizar o movimento e como forma de tortura contra a população, e nesse caso, mulheres vítimas de violência de gênero, que hoje mais uma vez sofrem uma agressão, dessa vez praticada pelo estado. (...) O que o Estado está fazendo é um crime, um atentado contra a vida das mulheres e crianças que hoje estão abrigadas na Casa justamente porque os órgãos públicos não cumprem o seu papel!⁵⁴

Os cortes de energia, contudo, não cessaram. No ano seguinte, em meio à pandemia do novo coronavírus e com o aumento dos casos de violência contra à mulher e do número de feminicídios, mais uma vez a luz foi desligada. Dessa vez, a justificativa dada foi que ocorreram

⁵³ Mídia Ninja. Casa de Referência das Mulheres Mirabal, em Porto Alegre, tem luz cortada. Mídia Ninja, 12 de nov de 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/news/casa-de-referencia-das-mulheres-mirabal-em-porto-alegre-tem-luz-cortada/>. Acesso em: março de 2021.

⁵⁴ MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO. “Corte de luz da Casa Mirabal a mando da Secretaria Estadual de Educação do RS é um atentado aos Direitos Humanos!”. A verdade, 2018. Disponível em: <https://averdade.org.br/2019/11/corte-de-luz-da-casa-mirabal-a-mando-da-secretaria-estadual-de-educacao-do-rs-e-um-atentado-aos-direitos-humanos/>. Acesso em: fevereiro de 2023.

problemas técnicos. Nesse segundo corte, a prefeitura informou ao Jornal do Comércio⁵⁵ que por se tratar de uma ocupação irregular e que eles não poderiam arcar com os altos gastos de energia das ocupantes. Afirmou ainda que a ideia era transformar o espaço em uma escola de educação infantil.

No dia primeiro de setembro de 2021, quase um ano após o segundo corte da luz elétrica, as mulheres são surpreendidas novamente, dessa vez com o terceiro corte de energia feito pela CEEE Equatorial, o qual permanece até o momento sem solução. Lembro-me bem do quão aflita fiquei com esse acontecimento e como tive uma noite de sono mal dormida de preocupação. No dia seguinte, acordei bem cedo ansiosa para chegar na Mirabal e ver como estavam as coisas. Cheguei por volta das 10h15 da manhã e Júlia tinha dormido por lá para dar suporte as abrigadas e seus filhos. Confesso que cheguei ansiando por respostas e caminhos para solucionar o problema e como uma “novata” nos percalços das ocupações, acabei aprendendo que é preciso ter paciência e atenção em cada passo a ser tomado. De qualquer forma, passei o máximo de tempo que pude para dar um suporte às mulheres e principalmente, às crianças – que ainda não tinham retornado as aulas por conta da pandemia e ficavam bastante agitadas sem televisão e joguinhos no celular das mães.

Como o gerador não funcionava bem e o gasto com gasolina tornava-se bastante oneroso, quem vem dando apoio para manter os eletrodomésticos básicos ligados por meio de extensão de energia, desde o início, é uma vizinha que reside na Vila São João, localizada aos

⁵⁵ Jornal do Comércio. Casa Mulheres Mirabal tem luz cortada em meio à pandemia em Porto Alegre. Jornal do Comércio, 17 de set de 2020. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/geral/2020/09/757100-casa-mulheres-mirabal-tem-luz-cortada-em-meio-a-pandemia-em-porto-alegre.html>. Acesso em: março de 2021.

fundos da Mirabal. O motivo dado para o corte é a existência de uma dívida em que valor ultrapassa os 25mil reais⁵⁶. Foram inúmeras as tentativas de negociação para pagamento da dívida e para tentar regularizar a situação da luz na CRMM. Porém, não obtivemos sucesso, já que a dívida se encontra em nome da prefeitura.

A primeira tentativa de negociação, aconteceu de forma remota, na audiência do dia 6 de setembro de 2021, com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do Tribunal de Justiça, representantes da Mirabal e da prefeitura de Porto Alegre. O espaço foi tomado por diversos ataques da Secretaria de Desenvolvimento Social de Porto Alegre que em poucos meses mudou o discurso de reconhecimento do serviço para uma postura de descredibilização.

O encaminhamento dado pela prefeitura para “solucionar” a questão da energia elétrica, era realocar as abrigadas que vivem na Mirabal, utilizando como pretexto a ideia de que o imóvel estaria sem condições de habitabilidade e que o serviço prestado é irregular. Essa informação está disponível na seguinte notícia publicada no site da prefeitura de Porto Alegre, uma semana após o corte da luz.

A Prefeitura de Porto Alegre quer acolher as mulheres e crianças que estão abrigadas em imóvel sem condições de habitabilidade ocupado irregularmente pelo Movimento Olga Benário, que representa a Ocupação Mirabal.(...) Segundo a procuradora-geral adjunta de Domínio Público, Urbanismo e Meio Ambiente, Eleonora Serralta, além de abrigar mulheres e crianças em local impróprio e insalubre, o movimento não dispõe de regularidade na atividade, nem de credenciamento para prestar esse tipo de serviço a mulheres vítimas de violência doméstica. “O Município não concorda com a permanência dessas pessoas pelo risco que

⁵⁶ RODRIGUES, Leandro. Casa que acolhe mulheres vítimas de violência na Capital tem luz cortada. GZH, 02 de set de 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/09/casa-que-acolhe-mulheres-vitimas-de-violencia-na-capital-tem-luz-cortada-ckt3o29wb00fi013bx6vicy3.html>. Acesso em: outubro de 2021.

isso representa. O prédio não tem condições de abrigar ninguém, muito menos mulheres e crianças em vulnerabilidade”, sustenta. (...) ⁵⁷

Nesse último corte de luz, pude acompanhar de perto toda a aflição que as mulheres passam e passaram sem uma perspectiva de retorno da energia regular no imóvel. Lembro-me bem do semblante das mulheres, ao ouvirem sobre a possível transferência para casas-abrigo onde já estiveram anteriormente e que tinham outra forma de abordagem e acolhimento, a qual não as agradava.

Aqui, abro um breve parênteses para falar das diferenças entre o acolhimento e abrigamento realizado pelo Estado (aqui representada nos relatos pela Casa Viva Maria ⁵⁸) *versus* o acolhimento e abrigamento realizado pela Mirabal que apareceram ao longo dos diálogos com as narradoras. Ao conhecer a CRMM, muitas mulheres não aceitam mais a lógica institucional imposta que funciona dentro de um sistema capitalista e que atuam dentro uma perspectiva patriarcal e opressora.

Quando estamos confinadas ao lar e à solidão que podemos sentir ali, nos tornamos presas de retórica salvadoras: tanto de organizações que só pensam em termos de resgate e refúgio, quanto de instituições judiciais e policiais que sabemos inócuas na medida em que conhecemos sua cumplicidade com a trama de violências que queremos denunciar. (GAGO, 2020, p.90)

O acolhimento feito pelo Estado têm duração de três meses e não cria um plano de reinserção das mulheres na sociedade. Fora isso, existem inúmeras restrições relacionadas ao número de filhos que cada uma das mulheres pode ficar enquanto estiver no abrigo e aos horários

⁵⁷ PORTO ALEGRE. Prefeitura quer acolher mulheres e crianças da MirabaL. Procuradoria Geral do Município, 07 de setembro de 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/pgm/noticias/prefeitura-quer-acolher-mulheres-e-criancas-da-mirabal>. Acesso em: outubro de 2021.

⁵⁸ A Casa de Apoio Viva Maria é um abrigo protegido para mulheres em situação de violência doméstica e sexual, em risco de vida e/ou de novo episódio de agressão grave. Localizada em Porto Alegre, pertence ao programa municipal de albergues para mulheres vítimas de violência. Foi inaugurada em setembro de 1992, sob a gerência da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), conforme a Lei nº 6.919, de 1991, e o Decreto nº 10.172, de 1991.

de chegada e saída, o que se torna um empecilho para inserção/reinserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, para a reconstrução de suas vidas fora daquele lugar. A narradora Andressa defende que existam diferentes tipos de abrigo e questiona a eficácia de enclausurar e afastar socialmente as mulheres.

Acho importante, por exemplo, ter um abrigo que nem o Viva Maria, que seja sigiloso, que a mulher fica em um primeiro momento. Mas penso assim, até que ponto é eficaz? Porque é um espaço que as muitas vezes elas se sentem muito presas, não é? E daí, é isso que eu escuto muito das mulheres, né? Tipo “ah, ele que me bateu e eu que estou aqui presa, né?” Tipo, não tem acesso ao celular. Com pouco acesso a rua e tal, então é, é ruim assim, sabe? Mas já é uma coisa. Que tipo que a gente tem que pensar coletivamente, o que que dá certo, não é? (Narradora Andressa, coordenadora, 2022)

Assim como a narradora Andressa, a narradora Géssica também relata sobre como as mulheres que sofreram violência doméstica se sentem confinadas e a maneira como são tratadas em casas-abrigo geridas pelo município. A principal queixa das mulheres, segundo as narradoras, é o enclausuramento ao qual são submetidas enquanto seus agressores muitas vezes estão soltos.

Acho que quando a gente vê os relatos das acolhidas que já passaram pela casa, a gente vê as limitações gigantes que tem os outros abrigos de Porto Alegre, sim, tanto no sentido de um serviço que trata a mulher como aqui. Às vezes, vitimiza mais ainda, a mulher, não é? a mulher já foi vítima de violência, está numa situação extremamente frágil. Daí ela colocada num lugar onde ela não tem acesso à internet, ela não tem acesso à vida externa, ela não pode buscar emprego, ela não pode buscar estudar, ela fica escondida, guardada a sete chaves, enquanto o agressor está saindo por aí livre, não é? E a gente sabe das limitações das medidas protetivas. (Narradora Géssica, ex-coordenadora, 2022)

Lembro-me muito bem quando conheci Dandara, primeira mulher que participei de um acolhimento para ser abrigada na CRMM. Era 17 de maio de 2021. Não esperava que com tão pouco tempo em contato com o trabalho na casa, poderia participar de um momento tão delicado e importante como esse, mas Júlia Foschiera, da coordenação - me convidou para participar junto e conhecer mais um trabalho desenvolvido, aquele que faz jus ao nome do espaço. Aliás, ali de tudo se faz. E o processo do abrigo e acolhimento se deu desde a limpeza e organização do quarto, com a retirada do restante dos objetos da antiga acolhida ao processo de escuta sobre o ciclo de violência ou seu rompimento até procurar um abrigo. Toda mulher acolhida que chega à casa, em sua primeira semana, deve participar dessa conversa com as

coordenadoras/militantes da CRMM. É um momento de troca de informações e de passar as regras para uma boa convivência dentro daquele espaço. Foi então que estive ali na primeira conversa com D., 23 anos, mulher negra, mãe de três, da Região Metropolitana de Porto Alegre. Acolhida por dois meses em outro abrigo, o Viva Maria, optou pela Mirabal pela liberdade que a Casa proporciona para mulheres que saíram do ciclo de violência e precisam de tempo para se restabelecer. Quase um ano depois, Dandara aceitou ser uma das narradoras – e no seu relato, trouxe que não teve o tratamento que tem na CRMM em nenhum dos lugares que ela foi abrigada.

E aí a Mirabal está sendo isso, assim, está sendo o ponto que eu tenho para me construir de novo. Porque depois de todo aquele tempo de quatro anos, sofrendo violência naquele vai e volta sem saber para onde ir, porque não tinha para onde ir e aonde me aceitavam, já não me aceitavam mais por causa dele. A Mirabal foi o único lugar que me acolheu e disse assim “a gente está te acolhendo”. E depois, só depende de mim, se eu quiser ir embora ou não, se eu vou continuar fazendo o que eu quero fazer e se eu vou desistir, mas até então, a Mirabal está sendo isso. Está sendo o ponto de partida de novo, digamos que eu estou criando uma vida nova. (Narradora Dandara, abrigada, 2022)

Outro ponto a ser trazido é a permanência de vínculos tanto entre as acolhidas, quanto de quem acolhe com quem está sendo acolhida, mesmo após a saída da CRMM. Em 26 de maio de 2021, realizamos um cine debate com as abrigadas, com projeção no muro do pátio. Na atividade, foi realizada a exibição de dois vídeos documentários: “Para onde vão as mulheres?”⁵⁹ e “Entre redes comunitárias e virtuais: o acesso à internet na periferia.”⁶⁰ Os dois curtas tiveram minha participação na produção, o que me deixou bastante feliz por conseguir esse espaço para

⁵⁹ O curta “Para onde vão as mulheres?” conta, a partir de uma compilação de fragmentos visuais e sonoros gravados ao longo dos quase cinco anos de existência da Casa de Referência Mulheres Mirabal, a história da ocupação, de seus processos de resistência e das lutas travadas pelas mulheres militantes e acolhidas, contra a opressão e violência de gênero. O curta está disponível no seguinte link: https://youtu.be/c_KVcn3J9Hw

⁶⁰ O videodocumentário “Entre redes comunitárias e virtuais: o acesso à internet nas periferias” faz parte da Articulação por Direitos na Pandemia através do projeto Monitoramento sobre a Pandemia do COVID-19, mencionado no início dessa dissertação. As vozes que compõem o documentário vêm do Morro da

realização dessa atividade. Tivemos a sorte de realizar essa atividade em um dia que a casa estava cheia: além das acolhidas da casa, duas ex-abrigadas estavam por lá: uma, ajudando uma acolhida que é sua amiga no cuidado das crianças e outra, buscando apoio e doações. Foi a primeira vez que me dei conta os vínculos e afetos que semeados ali, permanecem.

(...) De tu te sentir acolhida e também ter um ponto de referência, porque tu sai da Mirabal, tu vai refazer tua vida. Só que no momento que tu precisar, sabe que ela vai estar ali, que tu pode voltar, que tu pode pedir ajuda, que tu pode pedir socorro. E aí que tá, por que que a diferença das outras lugares que as casas de passagem e tu vai, e depois que saiu dali, saiu, não tem vínculo nenhum. Tu não tem telefone de ninguém, não tem não. E a Mirabal tu tem. Tu pode ligar para a coordenadora tal, estou precisando disso, estou precisando daquilo, então. É isso, eu acho que é por aí. (Narradora Pri, ex-abrigada, 2022)

Mudar essa realidade exige, todavia, dedicação. No entendimento de hooks (2018), caso não trabalhemos para construir um movimento de massa de educação feminista para todos, tanto mulheres quanto homens “teoria e prática feministas serão sempre enfraquecidas pela informação negativa produzida na maioria das mídias convencionais” (p.38). É necessária a compreensão coletiva que a luta para a manutenção e legitimidade de espaços como a Mirabal, é uma luta de todas e todos. Todavia, não é possível que consigamos mudar a realidade sem uma transformação no pensamento e na educação da sociedade, tomando como ponto de partida a compreensão das raízes das desigualdades e opressões. Essas transformações trariam, pouco a pouco, mudanças nos paradigmas e noções das formas de acolher e combater as diversas formas de violências de gênero.

Cruz, Campo da Tuca, Vila Liberdade, Ocupação Zumbi dos Palmares, Centro de Referência Afroindígena do RS e Assentamento 20 de Novembro. A narração dessas histórias cotidianas atua como dispositivo de fortalecimento da luta comunitária pelo direito à cidade, além de dar visibilidade às dificuldades enfrentadas por essa parte da população, resultantes dos processos de segregação e exclusão social. O vídeo pode ser assistido através do seguinte link: <https://youtu.be/c6ssiLaVH8Y>

O campo de batalha, traz uma perspectiva para que nós, mulheres, possamos sair de relacionamentos que operam dentro da lógica patriarcal e tornar possível a transformação dos demais espaços da cidade, em locais em que as mulheres podem pertencer e ocupar, para além dos muros e paredes de nossos ambientes domésticos e da Casa da Referência. A saída do ambiente doméstico para o espaço urbano pode ser denominada de inversão espacial e marca uma nova cartografia que “desarma a oposição entre a casa como espaço fechado e o público como seu contrário: se constroem outras arquiteturas, porque são casas abertas à rua, ao bairro, às redes comunitárias, e seus tetos e paredes oferecem refúgio e abrigo sem encerrar nem clausurar” (GAGO, 2020, p.128). A CRMM tem servido de exemplo para outros movimentos sociais feministas dentro e fora do Brasil, sobretudo pela construção de ações combativas e efetivas pela vida das mulheres. Nas palavras da narradora Nana, depreende-se essa importância:

Então, assim, a Mirabal, eu acho que a gente trazer O Olga para o Rio Grande do Sul foi uma coisa muito importante, histórica. E trazer a Mirabal para Porto Alegre eu também acho que é um marco, assim. É, porque a gente não vê isso na América Latina, a gente recebe companheiras de outros países para absorver um pouco do que que é essa luta. Então a gente, a gente sente uma responsabilidade grande assim, de estar fazendo escolas, sabe? (Narradora Nana, coordenadora, 2022)

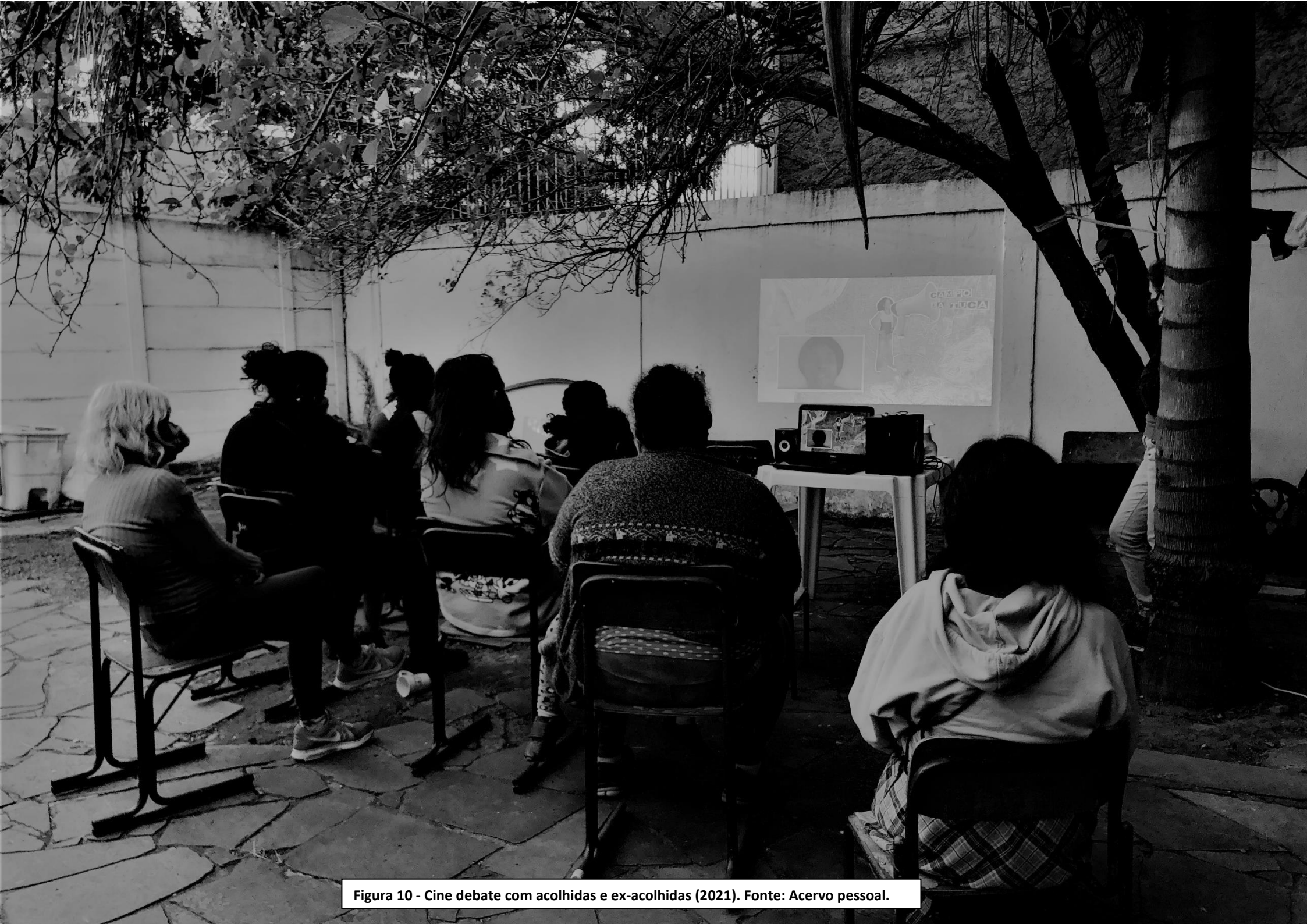


Figura 10 - Cine debate com acolhidas e ex-acolhidas (2021). Fonte: Acervo pessoal.

Quando a Mirabal completou cinco anos de existência, a casa seguia sem energia elétrica e, após o ato coletivo do Dia da Não-violência Contra as Mulheres, seguimos em caminhada até a prefeitura municipal de Porto Alegre para denunciar a falta de diálogo e a violência que o próprio Estado que deveria defender as mulheres, estava cometendo mais uma vez. O impasse da luz, após mais de um ano, segue sem chegar a uma solução.

Sem o apoio do Estado no combate às violências de gênero, os corpos das mulheres se tornam verdadeiros territórios de batalha, que precisam constantemente se adaptar e transformar para sobrevivência: “um tecido que é agredido e que precisa se defender e que, ao mesmo tempo, se refaz nesses enfrentamentos, que persevera enquanto tece alianças. Mais ainda: com isso, estamos diante de uma complexificação da noção de território e de corpo” (GAGO, 2020, p.109).

Os ataques se somam e se interseccionam, em uma verdadeira guerra contra às mulheres, como aconteceu em dezembro de 2021 em que o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS), em visita “surpresa” à CRMM, recomendou a interrupção das atividades de abrigamento e acolhimento de mulheres vítimas de violência e solicitou o encaminhamento das mulheres já abrigadas para instituições já regularizadas pelo município⁶¹.

Para que a CRMM continuasse funcionando, foram feitas uma série de exigências para que o serviço fosse regularizado e continuasse existindo sem fechar as portas. Entre os documentos requeridos estavam os alvarás e licenças de funcionamento, sanitário e o Projeto de Proteção e Combate a Incêndio (PPCI). Alegaram também, ausência de equipe técnica, de higienização e apoio psicológico e jurídico. Tal alegação,

⁶¹ G1. Ministério Público recomenda que Casa Mirabal interrompa atendimento de mulheres vítimas de violência no RS. G1, 20 de dez de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/12/20/ministerio-publico-recomenda-que-casa-mirabal-interrompa-atendimento-de-mulheres-vitimas-de-violencia-no-rs.ghtml>. Acesso em: janeiro de 2022.

no entanto, à exceção da equipe de limpeza, não procede, pois desde o início a CRMM conta com equipe técnica⁶² para dar o suporte necessário as mulheres que passam pelo espaço, seja no acolhimento ou no abrigamento.

Após um mês da recomendação, foi marcada para o dia 20 de janeiro, uma reunião entre MP/RS – Promotoria de Justiça Especializada no Combate à Violência Contra a Mulher, Defensoria Pública e coordenação da CRMM, na intenção de mostrar os encaminhamentos que estavam sendo tomados e responder à diversas alegações inconsistentes – sobretudo em relação à ausência de equipe técnica jurídica e psicológica.

Com a ideia de pressionar o poder público e denunciar mais uma violência institucional sofrida, mulheres do MMOB e demais apoiadoras foram convocadas a estarem presentes nesse dia. Embora no momento de a reunião só ter sido permitido o acesso das coordenadoras, mais de 20 mulheres estiveram presentes e aguardaram em uma antessala a tarde inteira o resultado da conversa. Além disso, as artistas do movimento Rob Scharcow e Karen Villela realizaram uma performance em referência às 97 mulheres vítimas de feminicídio no Estado do RS no ano de 2021. O objetivo da performance era denunciar os casos de feminicídio e o descaso do poder público com a vida das mulheres. Após uma tarde inteira de espera, o processo seguiu praticamente sem avanços, mas mantiveram a recomendação de não encaminhamento de mulheres vítimas de violência para o espaço. Os ataques, no entanto, seguiram nas semanas consecutivas à reunião. Com notificações, autos de infração e cobranças de documentações que levam tempo até serem emitidas.

⁶² A equipe técnica de acolhimento é atualmente composta por advogadas que dão suporte jurídico, por assistentes sociais, que encaminham um planejamento e acompanhamento para que as mulheres terem acesso aos direitos básicos oferecidos pelo Estado e na construção de um plano de reinserção social para saída da casa. Já as psicólogas realizam atendimentos e conversas semanais com as abrigadas.



Figura 11 – Ato em resposta às ações do Ministério Público contra a Mirabal (Dez/2021). Fonte: Acervo da Mirabal/ Editada pela autora.

No dia 12 de abril de 2022, após a organização de grupos de trabalho internos, foi conquistado o alvará de funcionamento, documento que permite a continuidade do trabalho que é realizado há mais de cinco anos e dá legitimidade, perante instituições que cobram a formalização do serviço para que ele aconteça. Era uma terça-feira à tarde e nós, da coordenação, estávamos sempre na CRMM nesse dia e turno. Poucos dias antes, um contador nos ofereceu ajuda para emitir esse documento. Apesar de ainda esperançosas, não seria nenhuma surpresa para nós receber mais uma negativa. Já sem expectativas, recebemos a notícia que tanto esperávamos. A coordenadora Nana deu um grito de alegria noticiando a conquista. Para nós, nada melhor em termos burocráticos do que ter nosso trabalho legitimado através daquele alvará.

Não tardou, no entanto, para sofrermos novos ataques institucionais. Mesmo com alvará de funcionamento, entre agosto e novembro de 2022, nas vésperas as eleições estaduais e presidenciais, foi retomado processo do pedido de reintegração de posse e a votação para tomada de decisão, marcada. Foram então, marcados diversos atos públicos com o intuito de denunciar o descaso da prefeitura com a vida das mulheres e crianças que dependem da CRMM.

Após dois adiamentos do julgamento, algumas tentativas de agenda com o prefeito para negociar a suspensão do processo de reintegração de posse e com a audiência judicial do processo marcada para novembro, tomamos a decisão de ocupar, na madrugada de primeiro de novembro de 2022, o saguão do Centro Administrativo da Prefeitura de Porto Alegre para reivindicar a retirada da ação de reintegração de posse sobre o prédio que abriga a CRMM em uma tentativa de diálogo com o atual prefeito Sebastião Melo. Após algumas horas, o prefeito se manifestou, mais uma vez tentando descredibilizar o movimento, postando em sua página do *twitter*, a seguinte afirmação:

Figura 12 - Tweet postado na página do prefeito Sebastião Melo.



Fonte: Imagem referente ao Twitter @SebastiãoMelo, ano

No entanto, as militantes, apoiadoras e apoiadores não se renderam a exigência do prefeito e permaneceram no prédio. Mesmo sem a desocupação e a reunião marcada para às 15h, aconteceu, tendo como resultado um acordo feito com o município: não será feita a votação da reintegração de posse até que haja um longo diálogo entre os serviços municipais e a coordenação da CRMM.

Ao falar em campo de batalha, deve se ter em mente quais são as alianças que se tecem e de que modo elas se dão. Alguns exemplos de alianças são: a universidade, comunidades do entorno, ONGs, a sociedade civil e de forma mais direta, outros movimentos sociais – feministas ou não - como é o caso do MLB e dos movimentos estudantis que estão em constante diálogo com o MMOB e atuam em parceria em suas lutas pelo direito à cidade e à própria existência.

Embora o aparelho do Estado como um todo possa seguir na constante tentativa de desmonte desse corpo-território que rompe com o sistema capitalista e patriarcal, o campo de batalha é lugar de materialização do antagonismo entre ataques *versus* resistência. Na concepção de Gago (2020), as táticas de resistência e sobrevivência, se dão, sobretudo, por meio das alianças como “(...) tecido político construído

pacientemente em temporalidades e espaços que não costumam ser reconhecidos como estratégicos, formulam uma nova estratégia de insurreição entre os historicamente considerados não cidadãos do mundo” (GAGO, 2020, P.272). Ao longo desses dois anos, pude perceber que a pauta da violência de gênero, costuma trazer um afastamento da noção de “invasão” da propriedade privada, posta em segundo plano por quem acaba conhecendo a luta que se na CRMM, além de sensibilizar e possibilitar que se tenham alianças diversas.

Corpo território como campo de batalha significa, portanto, a desacomodação das estruturas hegemônicas de poder – uma disputa que perpassa desde o discurso até o corpo, das práticas que geram incômodo pois se constroem em um não-silenciamento e ganham uma notoriedade: “O território como corpo é um espaço de interação cotidiana, histórica, material e simbólica em disputa. Um bastião fundamental para sua defesa é a voz, as práticas de resistência e as estratégias individuais e comunitárias que as mulheres organizadas colocam sobre a mesa quando sentem ameaçadas sua, seu trabalho, seus saberes e seus espaços⁶³” (HERNÁNDEZ, 2019, p. 58, *tradução nossa*)

Foi diante das ameaças de reintegração, de fechamento da casa, dos ataques contínuos da prefeitura e do MP que percebi maior engajamento de mulheres de dentro e fora do movimento. Sob ameaça, é quando fortalecemos os laços que nos unem. A não-existência da Mirabal representaria uma perda enorme na vida das mulheres que vivem na cidade de Porto Alegre e no seu entorno, pois é um ponto lido, nas palavras das narradoras, como um lugar de refúgio, como um divisor de águas em suas vidas e como um lugar de reconstrução, onde nos damos conta que não estamos sós e que é possível acolher e salvar vidas mesmo com poucos recursos. A imagem do corpo-território como campo da

⁶³ El territorio como cuerpo es un espacio de interacción cotidiana, histórica, material y simbólica en disputa. Un bastión fundamental para su defensa es la voz, las prácticas de resistencia y las estrategias individuales y comunitarias que las mujeres organizadas ponen sobre la mesa cuando sienten amenazados su vida, su trabajo, sus saberes y sus espacios.

batalha nos revela inúmeros disputas e tensionamentos existentes no momento presente que nas palavras de Gago (2020) assinalam um campo de forças que pode ser lido a partir da conflituosidade.

4.4. O CORPO-TERRITÓRIO COMO CONSTRUÇÃO DO COMUM

Ao falar em corpo-território, é impossível desvinculá-lo da construção de um comum. Mas o que seria, afinal, esse comum? E qual relação ele teria com as cidades e territórios sob uma perspectiva feminista?

Segundo o dicionário MICHAELIS⁶⁴, a palavra comum pode ter vários significados, 1 Que pertence a dois ou mais elementos. 2 Realizado por duas ou mais pessoas; feito em comunidade. 3 Que apresenta características compartilhadas pela maioria. A expressão “comum”, trata de uma palavra derivada do termo em inglês *commons*, referente aquilo é que “tido em comum”, na maioria das vezes referindo-se a algo que tenha relação com o espaço físico (FEDERICI, 2019, p. 33). Na sociedade medieval, a noção de comum era ligada diretamente as terras comunais, as quais cumpriam uma função social de relevância na vida das mulheres, sobretudo na socialização, cooperação no trabalho, solidariedade e vida comunitária campesina, já que tinham menor poder social e menos direitos sobre as terras (FEDERICI, 2017). Já para Pierre Dardot e Cristian Laval (2017) a expressão “comum”, seja ela como adjetivo ou substantivo, utilizada no singular ou no plural, vai além desses significados, pois “começou a funcionar como bandeira de mobilização, palavra de ordem da resistência, fio condutor da alternativa” (DARDOT e LAVAL, 2017, p.101).

⁶⁴ MICHAELIS. Comum. Uol – Michaelis, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/comum/>. Acesso em: julho de 2021.

A fala da narradora Natália se aproxima dessa noção de “comum” de Dardot e Laval (2017). Segundo os autores, o termo “comuns”, assim como a expressão “bens comuns”, vão ser amplamente utilizados a partir dos anos 1980, nos processos de luta contrários à privatização e mercantilização que se expandem junto com as políticas neoliberais no mundo e serão utilizadas como forma de explicitar as lutas, práticas e outras de formas de viver que se contrapõe a essa ordem em vigência.

Para as mulheres da cidade... a primeira palavra que me vem é um refúgio, mas também é um espaço de teste, um espaço de auto-organização. Assim, nós não queremos a violência nós queremos autonomia, individualmente e coletivamente enquanto mulheres e a Mirabal é muito o espaço em que nós, não só colocamos em prática, mas repensamos como funcionaria essa autonomia né? Como nós agimos quando nos reunimos assim, enquanto mulheres, realmente que nós queremos construir para além de uma violência além do mundo violento e patriarcal, sabe? (Narradora Natália, coordenadora, 2022)

O comum também está relacionado, segundo Federici (2019), a uma ética e prática que além de se contrapor ao modelo socioeconômico vigente, defende princípios como a cooperação, a posse e uso coletivo dos territórios e das propriedades e do desejo da constituição de um autogoverno pela sociedade. Combater os meios de opressão, violência e subordinação é o ponto-chave para que haja uma transformação nos modos de vida, pois “Nenhum comum é possível a menos que nos recusemos a basear nossa vida e nossa reprodução no sofrimento dos outros, a menos que nos recusemos a nos enxergar como separados deles” (FEDERICI, 2019, p. 317). A narradora Nana, dialoga um pouco sobre isso:

(...) Eu acho que a Mirabal, acho que eu a vejo assim como um laboratório da sociedade, sabe? Hmm, de como a gente quer que a sociedade seja, sem que ninguém explore ninguém, sem que ninguém...que a gente tem uma relação de colaboração mesmo, sabe? E para mim, a Mirabal materializa isso. Assim, a possibilidade de que a sociedade pode mudar. E ela muda de baixo para cima, sabe? (...) (Narradora Nana, coordenadora, 2022)

Percebo que ocupações urbanas como a Mirabal, se mostram como uma saída ao modo de vida reprodutiva e doméstica imposto, visto que é nas ocupações “onde as mulheres também comandam o esforço de coletivizar o trabalho reprodutivo como uma maneira de economizar no custo da reprodução e de proteger umas às outras da pobreza, da violência de Estado e da violência dos homens” (FEDERICI, 2019, p. 315).

Figura 13 - Crianças brincando no pátio da Mirabal.



Fonte: acervo pessoal, 2022.

Que é tipo, hmm, a gente acaba se transformando numa grande família, não é? Eu lembro que lá na Duque a gente tinha muitas crianças. Na época, todas as crianças chamavam todas as militantes de mãe. A gente era muito todo mundo e eu achava isso muito bacana assim, sabe? Porque a gente sempre prezou isso desde o início. É que, na verdade, a criação, a educação das crianças, na casa ou na sociedade, ela tem que ser uma forma coletiva. Não tem que ser só para as mães carregarem esse fardo sozinha, não é? E a gente sempre tenta fazer dessa forma, assim, tipo, cuidar das crianças coletivamente, né? Então todo mundo acaba sendo um pouquinho de mãe das crianças, né? Hoje a gente é tia, né? Eles não tão mais nos chamando de mãe, chama de tia. (Narradora Andressa, coordenadora, 2022)

A partir da fala da narradora Andressa é possível situar o comum a partir de uma perspectiva feminista. Segundo Federici (2015) essa perspectiva é crucial, uma vez que são as mulheres que historicamente - e até os dias atuais, são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo e por isso:

Se a casa é o oikos sobre o qual se constrói a economia, então são as mulheres, tradicionalmente as trabalhadoras e as prisioneiras domésticas, que devem tomar a iniciativa de reivindicar o lar como centro da vida coletiva, de uma vida perpassada por diferentes pessoas e formas de cooperação, que proporcione segurança sem isolamento e sem obsessão, que permita o intercâmbio e a circulação de posses comunitárias e, sobretudo, que lance as bases para o desenvolvimento de novas formas coletivas de reprodução (FEDERICI, 2015, p. 156)

A autora também reitera que coletivizar o trabalho reprodutivo e formar comunidades como as que ela se refere, seguem sendo o início de um longo processo de educação para construir uma governança coletiva.

Ou seja, para que as lutas por um comum sejam efetivas, é preciso que as atividades reprodutivas sejam partilhadas. Neste espaço, também são constituídos laços mútuos e os interesses coletivos são partilhados. Essas ações, não podem estar dissociadas da reivindicação de resgatar nossas riquezas comuns nem tampouco das lutas contra as privatizações e da retirada de direitos em curso no capitalismo neoliberal. Alguns exemplos de ações são o combate à fome, a luta contra a ociosidade dos imóveis, a construção de lutas coletivas e de alianças com outros grupos e movimentos sociais, e apoio nos processos de resistência às demais ocupações que existem ou existiram na cidade de Porto Alegre.

Logo, um corpo enquanto território pode ser enunciado por infinitas redes de cuidado, solidariedade e apoio mútuo estabelecidas pelas mulheres nos territórios periféricos e movimentos sociais, sobretudo na construção de um comum e na reivindicação do direito à cidade. Afinal, “vida tem um significado vital: envolve a defesa e o cuidado com o comum, e produção e ampliação de riqueza compartilhada” (GAGO, 2020, p.109).

As narradoras relatam também, percepções da CRMM como um espaço não só de acolhimento, mas também como um local que dá suporte a inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade. A Campanha de apoio as Diaristas⁶⁵ é um exemplo de construção de uma rede de solidariedade que foi idealizada no início da pandemia da COVID-19, quando milhares de mulheres que trabalhavam como domésticas, diaristas e autônomas ficaram sem fonte de renda, devido ao início do isolamento social e o aumento do desemprego. O objetivo principal era arrecadar

⁶⁵ Informações extraídas e disponíveis em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cadernos/empresas_e_negocios/2021/05/790821-campanha-arrecada-doacoes-para-diaristas-que-perderam-o-emprego.html ; <https://averdade.org.br/2020/05/movimento-de-mulheres-realiza-campanha-de-apoio-as-diaristas/> ;

APOIA-SE. Fundo Solidário para Trabalhadoras Desempregadas e Autônomas. Apoia-se, 2020. Disponível em: <https://apoia.se/apoioadiaristas>. Acesso em: janeiro de 2023.

fundos para compra de cestas básicas e itens de primeira necessidade, como material de higiene e limpeza. A narradora Gêssica faz um breve relato dessa campanha que foi idealizada pelas mulheres do movimento, além de usar como ponto de arrecadação e logística a CRMM.

Não é à toa, né? que nossas principais campanhas aí durante a pandemia visto essa situação da vulnerabilidade social... também foi um espaço de arrecadar alimentos. Então tudo isso a Mirabal cumpriu na cidade, então foram mais de que mais de 100mil reais arrecadados, que foram revertidos em cestas básicas durante um ano e meio de pandemia. Então nenhum outro serviço, nenhum outro coletivo, nenhuma outra empresa teve com muito mais condições financeiras que a gente teve essa condição de levantar essa grana, de fazer essa logística, que não é simples também, ir até o morro da Cruz, Lomba do Pinheiro, ir até Restinga ir até comunidade indígena ou lá na Beira do Rio, então, acho que a Mirabal, ela significa muito para muita gente nessa cidade e a por isso ela é tão atacada, por isso ela é tão visada, porque ela, de fato representa um golpe ao sistema. Ela representa uma ameaça para o Estado e tudo aquilo que de fato representa uma ameaça para o Estado não pode ficar tranquilo, né? (Narradora Gêssica, ex-coordenadora, 2022)

É possível pensar essa construção de alteridade, como algo advém principalmente da visibilização das mulheres dentro da sociedade, o que implica em transformações sociais e econômicas, como distribuir os frutos do trabalho em partes iguais. Esse é o ponto de partida para o que Paredes (2020a, 2020b) entende por viver bem das mulheres, onde a vida se coloca em primeiro plano, depois os bens.

O “viver” envolve a água, o pão, a tapioca, como dizem aqui. Primeiro é necessário cuidar da vida. E depois, construir o “bem”, que é com todos e com todas, não somente com a humanidade, mas também com a mãe e irmã natureza. E não é o “Viver Bem” de uma pessoa. Você não pode viver bem se ao seu lado tiver uma comunidade, um vizinho, um irmão ou pessoas na rua passando fome. (PAREDES, 2020a)

As narradoras Renata e Dandara, abrigadas da Casa, trazem essa visão de um território que se constrói a partir da partilha e solidariedade, sobretudo em tempos de crise econômica e com as desigualdades de gênero, raça e classe existentes no Brasil. Hoje, são 33 milhões de pessoas

passando fome no país⁶⁶ e quase metade das mulheres (47%)⁶⁷ não sabem se terão dinheiro para comprar comida no dia seguinte, o que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) denomina de “feminização da fome”.

Então é isso, a casa para as mulheres hoje em dia é uma referência de ajuda e é um refúgio que elas têm de não passarem fome. Porque o governo dá, dá um bolsa família, dá, mas não ajuda, ajuda muito pouco, um gás... um gás hoje está cem, cento e poucos reais. Uma cesta básica, mais de trezentos reais, aí vem um quilinho de cada coisa, aí não dá. E se é uma família muito grande, não tem como. E é pessoas que precisam, necessitam mesmo da casa e procuram ajuda e é, e aonde elas acabam, se refugiando aqui e vira uma segunda, terceira, quarta, quinta, sexta, família. Então a Casa Mirabal não, não é casa, é uma casa da mãe. Onde tu está precisando e vai, “mãe, pelo amor de Deus, nos socorre” aonde a mãe socorre e sempre cabe muito. (Narradora Renata, abrigada, 2022)

Mais do que fornecer bens materiais e alimentos, um dos princípios das casas de referência é formar mulheres política e economicamente. Atividades internas realizadas, como os espaços de formação política, têm o objetivo de gerar reflexões que façam as mulheres compreenderem que a origem das opressões e das violências advém do modelo de sociedade capitalista, racista e patriarcal em que vivemos, chegarem ao entendimento que só a luta coletiva torna possível transformar essa realidade. Ou seja, que reivindicações e ações de luta por direitos buscadas de maneira individualizada, não surtem efeito na transformação social. A independência econômica das mulheres é um dos caminhos de combate à violência, para que não dependam mais de seus parceiros e possam não permanecer em relacionamentos violentos devido à falta de recursos para se sustentar e dar condições de vida dignas aos seus filhos.

⁶⁶ NATARAJAN, Swaminathan. Ratos, ossos e lama: os 'alimentos do desespero' a que famintos recorrem para sobreviver. 16 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63251273> Acesso em: fevereiro de 2023.

⁶⁷ FGV. FGV SOCIAL LANÇA A PESQUISA “INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL”. 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-lanca-pesquisa-inseguranca-alimentar-no-brasil> . Acesso: fevereiro de 2023.

O principal projeto de geração de renda desenvolvido é o Quitutes Mirabal que surge da união do desejo de colocar em prática o aprendizado de oficinas culinárias oferecidas e as habilidades gastronômicas que as mulheres já tinham previamente à necessidade de geração de renda. Os produtos são vendidos tanto em datas comemorativas, em campanhas específicas, como em feiras locais ou sob encomenda, sendo toda a renda revertida para que essas mulheres tenham uma alternativa para se manter e possam se emancipar financeiramente. A visão de que a CRMM não é só um espaço de acolhimento, também é compartilhada pela abrigada Dandara, que compreende que aquele local corrobora para mudar a realidade das mulheres, funcionando como uma rede de informações e suporte.

Mas a Mirabal é mais do que só acolher mulher, que só acolher criança, do que só botar a gente dentro de casa. É aquela coisa da ajuda, sabe? da informação de tá rolando um concurso, uma entrevista de emprego, que nem teve as gurias aqui da casa, que passaram pela casa e conseguiram também uma vaga de emprego. As gurias trocam essas informações com elas (...) E aí é isso. A casa é mais um apoio do que do que só uma casa que acolhe. É tipo uma central mesmo assim, para mulheres que realmente precisam, mulheres que precisam e necessitam, né? Porque a gente vê ontem, tinha uma, tem uma que passa por toda semana que ela me pede 1 litro de leite para ela, toda semana passa. Ela mora lá no Humaitá. Aí a gente vê assim, o quanto é importante o trabalho da casa, porque não é só acolher e ajudar também as mulheres que estão que tem a casa, tem as que são diarista. Essa trabalha na reciclagem. (Narradora Dandara, abrigada, 2022)

É cabível abordar do feminismo comunitário, o qual se trata de uma prática política e cotidiana que funciona como proposta alternativa ao modo de vida de uma sociedade individualista, que parte da comunidade como princípio inclusivo de cuidado da vida. Ao se referir à comunidade, Julieta Paredes parte de um entendimento que compreende todas as comunidades existentes na nossa sociedade que “(..) de todo grupo humano podemos fazer e construir comunidades” (PAREDES, 2020b, p.200) urbanas, de bairro, territoriais, sexuais, rurais, universitárias, entre tantas outras.

O pensamento de Paredes (2020), pode ser complementado pelas ideias de Martinez (2021), autora que traz o comum como uma ação que deve ter continuidade e constância, de trabalho compartilhado e construído com base em um exercício de responsabilidade coletiva e um bem pertencente a todos e se mantém a partir de uma postura que “busca o equilíbrio a favor da distribuição equitativa de bens, serviços e oportunidades que não coloquem em perigo a continuidade futura desses elementos. O comum não é uma coisa, mas relações sociais que

comportam “uma dinâmica viva de autogoverno da riqueza social” (MARTINEZ, 2021, p.92). Essas estratégias de pensar outros modos de ocupar e utilizar os espaços, são identificadas O relato da narradora Júlia Foschiera carrega reflexões que sobre a importância da força e o do desejo coletivo para pensar esses outros modos de vida comunitários.

Eu sinto que as pessoas que tenham vontade, disposição de fato para construir o que quiserem, tem espaço na Mirabal? Sim. Eu sinto que as mulheres que já chegaram aqui com essa disposição conseguiram fazer muitas coisas. A gente já teve desde atividade com crianças, projeto de tudo que é tipo, biodança, capoeira, oficina de inúmeras coisas, projeto inúmeros assim. E eu acho que sempre que a gente consegue passar um pouco dessa ideia, né? De que todo mundo tem uma expectativa muito grande do que que a gente quer, que a Mirabal seja, mas ela depende muito de quem está disposto a construir no dia a dia assim. Se tiver gente assim, de construir no dia a dia, vai acontecer. Espaço e vontade de que aconteça. Acho que todo mundo aqui tenha se, acho que tem um pouco disso também. Acho que é esse foco, esse objetivo, que muitas vezes falta para quem ocupa os espaços de decisão, porque o objetivo deles é outro, né? Acabassem girando muito em torno da questão econômica. E muito é a questão econômica dentro da lógica capitalista, né? E muito pouco do objetivo que a gente tem aqui, né? De realmente, tipo, fazer lhe proporcionar que a vida das mulheres seja saudável e que disse, tem uma força coletiva para conquistar, para desenvolver, para tudo isso assim. E eu acho que é um pouco disso, que é o papel que qualquer ocupação faz também, né? Quando ocupam um espaço ocioso, dar vida e acho que dar vida com pessoas que tenham vontade de fazer acontecer. Que se chegaram ao ponto de ter a vontade e a necessidade de ocupar um espaço é porque tem essa disposição de desenvolver algo muito potente assim. Mas, claro, precisa de muitas, muitas pessoas assim para fazer dar certo para fazer acontecer. (Narradora Júlia Foschiera, coordenadora, 2022)

Um exemplo disso foi a construção da horta. A ideia de fazer uma horta era um desejo antigo. Logo quando comecei a frequentar a CRMM, cheguei a ajudar nos primeiros plantios da horta, conseguimos cultivar manjeriço, cebolinha, hortelã e mais algumas poucas coisas. Entretanto, para ter mais espaço de plantação, precisávamos de muitas mãos dispostas a tocar o projeto e força braçal para conseguir arrancar as grandes e pesadas lajotas de concreto que cobriam o solo do terreno livre. O terreno da antiga Escola Benjamin Constant é amplo e conta com muito espaço não-construído.

Como as demandas da Casa sempre são muitas, o projeto ficou “para depois”. Até que no mês de setembro de 2021, ao receber doações de alimentos do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) iniciou-se um diálogo entre a coordenação da CRMM, sobre a possibilidade de

retomar esse projeto. Assim, por meio parceria com o MST e o CONSEA, a CRMM foi escolhida como espaço para execução de um projeto-piloto de hortas urbanas em espaços de vulnerabilidade social na cidade de Porto Alegre. Para a execução da horta, foram feitos encontros prévios em formato de oficina com militantes e abrigadas, para decidirmos, de maneira conjunta, o que gostaríamos que fosse ali plantado, qual seria o desenho e disposição do espaço e convocamos um espaço de memória e lembranças sobre infância e alimentação.

Através de mutirões, realizados entres os meses de outubro e novembro de 2021, a horta tomou forma. Participaram desse processo de construção MST, CONSEA, militantes do Olga, militantes da Unidade Popular pelo Socialismo (UP), Margem_Lab/UFRGS, apoiadoras e apoiadoras da Mirabal, pessoas em situação de rua que viviam embaixo do Viaduto José Eduardo Utzig – localizado em frente à CRMM.

E o que as hortas urbanas têm a ver com o comum? Em primeiro lugar, as hortas ultrapassam a ideia de ser uma fonte de segurança alimentar e de produção de alimento para consumo da comunidade – sem fins comerciais - mas também são “centros de sociabilidade, produção de conhecimento e troca cultural e intergeracional” (FEDERICI, 2019) Além disso, as mulheres “sempre dependeram mais que os homens do acesso aos recursos comuns e foram as mais comprometidas em sua defesa” (ibid., 2019, p.313).

O projeto da horta, rendeu, principalmente por parte das crianças o engajamento e aprendizado nas dinâmicas de cultivo dos alimentos, que exerciam sua curiosidade ao plantar, regar, ver semear e provar os frutos, ervas, temperos que a terra dá. Com as mulheres, realizamos junto com a educadora Terezinha de Sá, oficinas sobre plantas e ervas medicinais e qual papel desempenham na nossa saúde. O maior desafio que se pôs à prova foi conseguir um engajamento ligado à lógica do cuidado e da subsistência na produção dos próprios alimentos como uma estratégia de combate à fome e de não dependência de apoiadores para ter os alimentos das refeições diárias.

Além das produções cotidianas do comum, a Mirabal pode ser compreendida como um território de confrontação: ao mesmo tempo que tensiona o sistema patriarcal e capitalista, ocupando e dando uma função social aos imóveis vazios, se instaura em uma lógica que subverte a ideia de propriedade privada sustentada em termos de uso e não de troca.

Duvido que se fizesse um plebiscito, cara, justo, não é? Uma campanha justa. As pessoas não iam dizer que tem que expropriar todos os prédios abandonados em Porto Alegre. Claro que sim, absurdo, cara, deixar prédio fechado. E o próprio Estado tem um monte de prédio fechado. Até os liberais vão dizer que tem que vender, não tem que vender, para quem tem que se expropriar e o bairro pensar o que construir desses prédios, o que está precisando de equipamentos. (Narradora Nana, coordenadora, 2022)

Na fala da narradora Nana, é possível apreender uma das ideias do comum como prática, do desejo por uma outra noção de posse e de uso, que se opõe a propriedade privada e pública e que não deve ser compreendida como uma oposição infundada, mas sim, como um questionamento prático e teórico sobre o direito de propriedade e seus efeitos na sociedade. Ou seja, devemos ir além do que se concebe juridicamente da propriedade e focar na destinação social: “O princípio do comum que emerge hoje dentro de todos os movimentos sociais deve tornar possível essa articulação: ele não se opõe em nada ao público, mas não se define mais em termos de “propriedade”” (DARDOT e LAVAL, 2015, p.270).

Deve-se ter em mente, portanto, que a luta das mulheres na cidade é uma luta para combater as mais diversas opressões e de reivindicar direitos plurais e é “certamente uma luta que procura expandir aquilo a que nos referimos quando falamos de “nós”. Assim, o exercício público do gênero, dos direitos ao gênero, pode-se dizer, já é um movimento social, que depende mais fortemente das ligações entre as pessoas do que de qualquer noção de individualismo” (BUTLER, p.75, 2019).



com
com



A potência feminista é uma capacidade de
conectar lutas bem distintas, a partir de uma
preocupação comum (GAGO, 2020).



uns
uns

“não há comuns sem comunidade”

Figura 14 - Narrativa visual sobre a construção do comum. Fonte: Colagem por Letícia Durlo

Ao falar que “não há comuns sem comunidade” Federici diz que não devemos pensar a produção de um comum em grupos que estejam voltados à interesses específicos que geram distâncias entre os indivíduos, mas sim através “(...) de qualidade de relações, um princípio de cooperação e responsabilidade: uns com os outros, com a terra, as florestas, os mares, os animais” (FEDERICI, 2019, p. 317). O desejo coletivo é que haja uma luta de consciência feminina de combate ao sexismo que existe dentro de cada mulher, tornando possível assim, a construção de uma solidariedade e luta política efetiva pelas mulheres. Para Gago (2020), a potência feminista está justamente na capacidade de conectar lutas distintas, a partir de uma preocupação comum.

E isso tem a ver com mudar a realidade das pessoas, isso não tem a ver com ficar lendo, ou deixando pelo sovaco crescer, ou depilando o pelo do sovaco, não tem nada a ver com isso, sabe? Tem a ver com combater, o problema é que é massivo pra maioria das mulheres, sabe? Que hoje é a violência doméstica. E eu acho que uma mulher só consegue perceber que está em violência doméstica quando isso, não só assim fica público, mas fica público e é julgado, para o bem ou para o mal, sabe? (...) Que dentro do ambiente doméstico à mulher e o homem normalizam a violência. Então, a convivência em sociedade, a convivência coletiva, ela é fundamental assim, para quebrar o ciclo, sabe? Para tu sair do ambiente doméstico. Para tu entender que está dentro do ambiente doméstico violento. Eu acho que é a chave assim, para não naturalizar mais aquilo que acontece, né? (...) É, e aí um espaço, como a Mirabal, é a saída desse espaço doméstico diretamente para o espaço de problematização deste ambiente doméstico. Porque, é isso, porque que tu pode ir para o super, ir para a escola, ir para a faculdade, de ir para o trabalho e dentro do ambiente doméstico é violento, em nenhum lugar questiona isso. Você pode estar dentro de casa, vendo na TV a questão sobre a violência doméstica, tu pensa assim, “Não, mas comigo não acontece, porque ele não bate em mim.” Mas tu vem para Mirabal, tu vem para atividade da Mirabal e tu pensa assim, “não, mas não é sobre bater, não é só sobre bater, não é só sobre matar.” Isso é o fim do ciclo. (...) Então acho que muda a vida de todas as mulheres que passam um tempo aqui. (Narradora Nana, coordenadora, 2022)

Para Judith Butler (2019), “embora o gênero não possa funcionar como paradigma para todas as formas de existência que lutam contra a construção normativa do humano, ele pode nos oferecer um ponto de partida para pensar sobre poder, atuação e resistência” (BUTLER, 2019, p.45). Isso quer dizer que, quando falamos dessa luta das minorias sexuais e de gênero, estamos falando de uma luta por um projeto democrático radical, o qual compreenda que essa não é a única população que é exposta aos processos de precariedade ou a ausência de direitos. Combater os meios de opressão, violência e subordinação é o ponto-chave para que haja uma transformação nos modos de vida, pois “Nenhum comum é

possível a menos que nos recusemos a basear nossa vida e nossa reprodução no sofrimento dos outros, a menos que nos recusemos a nos enxergar como separados deles” (FEDERICI, 2019, p. 317). É o que pode ser visto na fala da narradora Géssica.

(....) E a gente decidir fazer um enfrentamento para acolher, foi um desafio bastante grande. Para mim, significa um ponto de poder das mulheres na cidade. Significa um soco na cara do patriarcado, quer dizer, para mim representa, né? Um avanço gigante da luta das mulheres, não só nas nossas pautas específicas, como é a questão da creche, a questão do fim da violência, mas também marca a nossa posição no cenário político da cidade, mostra que a gente tem condições de fazer, quantas pessoas a gente consegue aglutinar. Acho que toda essa disputa de força que a gente faz, fez com o estado durante dois, três anos e a gente depois passou a fazer com o município e sempre, não de igual para igual, mas com um poder muito grande, mostrando de fato para a cidade de Porto Alegre que essa luta ela é muito séria, que ela reverbera em todos os campos, todos os bairros, em todos os organismos dessa cidade que a gente de fato tem muito apoio assim. (Narradora Géssica, ex coordenadora, 2022)

A luta da CRMM se expande e tece alianças à medida que ganha reconhecimento por parte das mulheres e da população porto-alegrense. Durante os últimos dois anos, acompanhei aproximações nas comunidades e bairros periféricos em uma política cotidiana de enfrentamento à violência, debatendo as raízes das opressões de gênero, classe e raça. Colaborei com a realização de eventos de arte e cultura que deslocam a luta para os demais espaços da cidade, carregando o nome da Casa de Referência Mulheres Mirabal para que mais pessoas conheçam o trabalho, rompendo assim “a bolha”. Entre as atividades estão feiras de rua, o Festival da Mirabal, a exibição do curta “Mirabal: um foco de resistência”⁶⁸

⁶⁸ O curta tem direção de Everaldo Oliveira, e tem a seguinte sinopse: “No aniversário de 5 anos da Casa de Referência Mulheres Mirabal, o espaço enfrenta descaso do poder público que coloca as mulheres acolhidas a ficarem sem energia elétrica há mais de 6 meses. Mas após tantos anos resistindo a casa se torna referência no combate a violência contra as mulheres no Estado, levando a comunidade a se questionar porque tentam acabar com a Mirabal?” e pode ser assistido no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=6EGe92u0nNw>

no Cinema Capitólio, a exposição “Mirabal (RE)xistir para (RE)construir”⁶⁹ na Casa de Cultura Mário Quintana, além da participação no Festival Arte Salva⁷⁰, com a pintura coletiva do muro da Casa. Assim, a Mirabal rompe a ideia de individualizar a vida no espaço urbano e resumi-la ao consumo e serviços. As ações fora do espaço de acolhimento e abrigo, levam para a vida da população porto-alegrense, arte, cultura, música, debates sobre feminismo e sobre questões políticas-sociais e “a sensibilidade feminista é justamente a de colocar em discussão estas formas negadas de interdependência que nos permitem viver. Tanto em relação ao cuidado, como em relação ao que significa produzir uma ação política e tudo o que isso requer em termos de organização, de cumplicidade e de construção de espaços coletivos” (GAGO, 2022).

⁶⁹ A ocupação artística na Casa de Cultura Mário Quintana – Espaço do Centro de Desenvolvimento e Expressão (CDE) aconteceu entre os meses de abril e junho de 2022. A iniciativa de ocupar um espaço cultural da cidade de Porto Alegre com uma exposição, veio do coletivo artístico Las Mariposas – do qual faço parte - composto por militantes do Movimento de Mulheres Olga Benário sentimos a necessidade de visibilizar o trabalho e trajetória ao longo dos cinco anos história, de luta e resistência da Casa de Referência Mulheres Mirabal, a partir da criação de um mural composto por imagens e estratégias de comunicação visual. A exposição fez com que centenas de pessoas que visitassem a Casa de Cultura tivessem a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido.

⁷⁰ O Festival Arte Salva tem o objetivo de levar arte para o espaço urbano, sobretudo em muros, empenas de edifícios levando vida e transformações na paisagem da cidade. Na CRMM, festival aconteceu no formato de oficina artística, oferecida pela artista Ane Schutz e teve como resultado uma arte produzida coletivamente no muro do espaço.

E a Mirabal para mim, materializa isso também assim, quando a gente pensa né? No espaço urbano, pensa, é... no que que muda e ela localmente, ela muda, né? Ela muda o território, ela vira referência no território. Tanto da assistência social e a não assistência social do Estado, né? Como um serviço, ela acaba sendo um lugar de apoio, né? Para questão de alimentação, da questão do planejamento familiar, ela é, tem o seu papel assim, né? O nosso sonho, assim, é que exista uma casa de referência, por cidade e depois por bairro, sabe? sei lá, por distrito, por região e construído pelas mulheres mesmo, assim, sabe? Não que venha um técnico dizer “Tá errado isso, tá errado aquilo!” Não, estamos construindo, sabe? E se esse tipo de cidade e a sociedade me deixam triste, a Mirabal me deixa muito feliz assim. É pesado, mas é motivo, assim de muito orgulho assim, fazer parte de um projeto desse, sabe? (Narradora Nana, coordenadora, 2022)

A fala da narradora Nana está alinhada ao pensamento de Elinor Ostrom (2000) em relação ao comum, que entende como possível sistemas de auto-organização e de cooperação como modos mais eficientes de gestão dos recursos em contraponto aqueles que atendem normativas estabelecidas por agentes externos. De modo semelhante, A narradora Natanielle menciona a importância de espaços como a CRMM para que as mulheres possam falar e serem escutas, possam ser acolhidas e ter um lugar seguro onde possam se fortalecer.

E eu acredito que deveria ter em todos os espaços uma Mirabal, sabe? todo bairro uma Mirabal, que nem Associação Comunitária, tem que ter uma Mirabal em todos os bairros, um espaço que a mulher vai lá, tipo “bah” hoje eu não tenho nada pra fazer dentro de casa, eu vou lá cozinhar, sei lá, vou lá conversar com as gurias, tomar um café, ocupar a cabeça mesmo, sabe? E que às vezes até tipo que a mulher não tem, né? Isso, Ainda mais no bairro na periferia, a pinta que mora que nem eu aqui, tipo um espaço pequeno, não tem um lugar que tu fique, aí a mulher é casada, geralmente casada, tem dois, três, quatro, cinco filhos, não tem um canto espaço só para ela, sabe? Que ela possa dizer o que que ela tá sentindo, com que tá incomodando ela (...) às vezes tem a vizinha que sai pra conversar mas eu falo mesmo tem um espaço político para ela se fortalecer (Narradora Natanielle, ex-coordenadora).

Esse desejo têm se concretizado, pouco a pouco, com a expansão das Casas de Referência pelo Brasil. Enquanto escrevia essa dissertação, ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022 as mulheres do MMOB se organizaram e ocuparam imóveis que não cumpriam com sua função social para construir mais casas de passagem e referência e criar alternativas para luta e combate à violência contra a mulher.

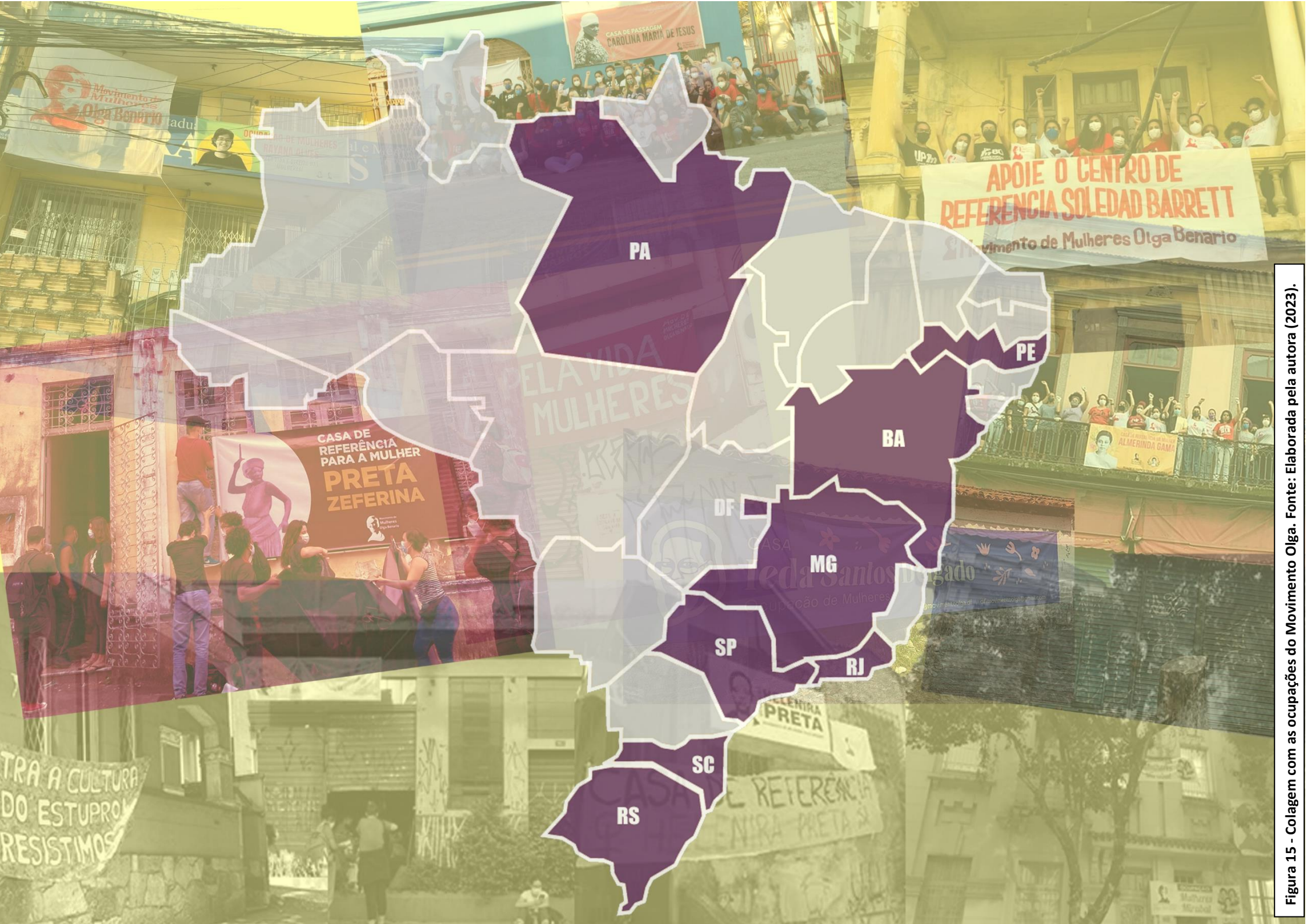


Figura 15 - Colagem com as ocupações do Movimento Olga. Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Até 2020, tinham sido realizadas apenas três ocupações pelo Movimento de Mulheres Olga Benario: a Casa de Referência Tina Martins em Belo Horizonte, a Casa de Referência Mulheres Mirabal, em Porto Alegre e a Casa Helenira Preta I, em Mauá. De 2020 até o momento presente, foram realizadas dez ocupações pelo MMOB, espalhadas pelas cinco regiões do país, totalizando doze ocupações feitas até hoje. Algumas delas tiveram sua reintegração de posse poucas semanas ou meses após sua ocupação. Apesar disso, não se pode deixar de mencionar o papel educativo que esses territórios desempenham na sociedade. São elas: Casa de Referência Laudelina Campos de Melo (São Paulo capital); Casa Helenira Preta II (Mauá, São Paulo); Casa de Passagem Carolina Maria de Jesus (ABC Paulista); Casa Preta Zeferina (Salvador, Bahia); Casa Almerinda Gama (Rio de Janeiro); Centro de Referência Soledad Barrett (Recife/Pernambuco); Casa Antonieta de Barros (Florianópolis/SC); Ieda Santos Delgado (Distrito Federal) e Casa Rayana Alves (Belém). Hoje, as ocupações do MMOB, estão presentes nas quatro regiões do país, demonstrando a capacidade desse corpo território em ressoar e compor outras lutas e outros territórios, mas com uma preocupação comum que é: ocupar pela vida das mulheres.

O corpo-território como construção de comum se traduz na concretização de outras realidades urbanas possíveis, tecidas por meio de alianças e agenciamentos coletivos. O comum emerge no questionamento da noção de posse e nos modos de organização social. Emerge na forma consciente de distribuição dos recursos, nos debates políticos, baseando-se na ideia de que “nenhum comum é possível sem nos recusarmos a basear no sofrimento de outros nossas vidas e nossa reprodução, sem nos recusarmos a nos ver separadas deles” (FEDERICI, 2019b).

A narradora Natália Esnaola (2022), define, em poucas palavras, o que seria esse corpo-território como uma construção do comum: “mais do que simplesmente “só estamos juntas porque nos gostamos”, mas estamos juntas porque temos esse ideal de uma construção em comum, de um trabalho que vai ser feito coletivamente, assim”.

5 VIDA LONGA ÀS BORBOLETAS⁷¹: considerações finais.

Se o início dessa dissertação me cercou de incertezas e medos, hoje, três anos depois, ao finalizar esse longo processo tomado por altos e baixos, posso afirmar que a Casa de Referência Mulheres Mirabal, assim como todas as mulheres que cruzaram meu caminho desde que comecei essa pesquisa, me transformaram como indivíduo e pesquisadora. Muitas vezes, percebi que era improvável a separação da teoria e da prática. Com o passar do tempo, atentei também, que tudo aqui vivido e escrito, trata-se de uma pesquisa-militante: um conhecimento produzido no cotidiano, nas conversas diárias, em uma aproximação que extrapola o tempo do capital e requer cuidado, presença e construção de lutas que rompem com a produção neutra e distanciada. Não à toa, o conceito-chave dessa dissertação é o corpo-território, pensando que, como já mencionei anteriormente é impossível dissociar o corpo individual do coletivo, a espoliação da luta, o território da paisagem. Não à toa, o conceito-chave dessa dissertação é o corpo-território, pensando que, como já mencionei anteriormente é impossível dissociar o corpo individual do coletivo, a espoliação da luta, o território da paisagem.

Confesso, porém, que não foram poucas as vezes que precisei me distanciar da escrita e do campo. Dar-me conta das violências que sofri ao longo da minha vida e conseguir nomeá-las não foi fácil. Revisitei memórias e dores familiares que não imaginaria visitar e ainda lembrar, a todo momento, da hostilidade que é ser mulher em uma sociedade patriarcal e capitalista, me fragilizava. Ao mesmo tempo, ouvir outras tantas

⁷¹ As irmãs Mirabal eram conhecidas como “Las Mariposas”. Desse modo, ao invocar vida longa às borboletas, estamos falando que apesar do assassinato, elas inspiram e ressoam na vida de outras mulheres que não se conformam e lutam contra todas as formas de violência e opressões existentes na nossa sociedade.

histórias de tantas outras mulheres que pude acolher, me fortalecia, fazia eu me sentir acolhida e abraçada, sabendo que não estou e nem nunca estarei só e que juntas, podemos construir uma alternativa, um outro mundo possível.

Toda a experiência adquirida e trocas partilhadas advogam para que eu siga desenvolvendo pesquisas que estejam posicionadas a partir de uma desconstrução e reconstrução de saberes, na produção de um saber que não é neutro e que eu posso me posicionar a partir do lugar em que falo. Pulsava em mim um desejo em desenvolver pesquisas no campo dos estudos urbanos que operassem através da subjetividade e da experiência. Na prática, percebi a importância da escuta para levar outras histórias sobre a cidade adiante, trazendo as frestas e incompletudes daquilo que não é contado quando se narra a partir do patriarcal e hegemônico.

A escrita aqui se transformou constantemente e precisou ser sempre atualizada, pois a cada ataque ou resistência, brotava uma nova história a ser contada. Confesso que passou pela minha cabeça que uma reintegração de posse iria acontecer antes mesmo de eu estar escrevendo essas considerações finais. Daí, lembrei-me que como corpo-território, desistir não era uma opção, afinal, existimos porque resistimos. Seguimos aqui, rumo ao sétimo ano sendo todas por uma e todas por todas. A organização e resistência coletiva da Mirabal agrega forças a uma luta urbana situada em Porto Alegre, que tem passado por uma sequência de gestões neoliberais que tratam a cidade como mercadoria. A cidade está à venda, os espaços públicos estão sendo concedidos a iniciativa privada, os imóveis públicos quando não estão abandonados, estão à venda.

Ocupações como a CRMM tem um caráter pedagógico no espaço urbano: um imóvel público vazio é ocupado para acolher e abrigar mulheres vítimas de violência e cumpre a função social que o Estado se recusa a fazer. As mulheres do Movimento Olga tomam as ruas para denunciar o descaso, a ausência de diálogo, a violência institucionalizada que todas nós sofremos. Cobram uma posição. Conquistam seu lugar e marcam o cenário político de Porto Alegre. Resistem como corpo e como território. Como levante, dizem não ao modelo de cidade-mercadoria. Dizem em alto e bom som que é a luta é pela vida das mulheres.

Retomo, deste ponto, as duas questões de pesquisa: 1) A vida em comunidade não legitimada pelo planejamento urbano vigente patriarcalizado na Casa de Referência Mulheres Mirabal seria a expressão política desse corpo-território convocado pelas mulheres?; 2) Quais narrativas devem emergir para dar visibilidade ao corpo-território como outro modo de produzir cidade para além da lógica capitalística?

Ainda no capítulo 02, “Cidade, substantivo feminino. Planejamento, substantivo masculino”, foi possível discutir, a partir de uma epistemologia feminista, como as questões de gênero e suas interseccionalidades atravessam os estudos urbanos e nos situa sobre os processos de resistência e de lutas pela sobrevivência a partir da coletividade e solidariedade das mulheres. Os dados quantitativos sobre os casos de violência contra a mulher e feminicídio, bem como sobre a baixa porcentagem de DEAMs e casas-abrigo, subsidiaram o debate da importância de espaços como a CRMM existirem. É uma necessidade latente ampliar as redes de enfrentamento e repensar as formas de abrigo e acolhimento hoje existentes, inclusive como os serviços de denúncia e acolhimento estão distribuídos no território, de modo que as mulheres possam acessá-los facilmente.

Ao optar por trabalhar a narrativa como perspectiva teórico-metodológica, foi possível criar espaços de escuta com as mulheres da CRMM – valorizando muitas vezes a palavra silenciada, abafada ou negligenciada, a qual começa a romper discursos totalizantes – principalmente dentro das pesquisas acadêmicas – confrontando a ideia de um urbanismo neutro e trazendo subjetividades que demonstram outras práticas e modos de vida que subvertem a lógica da cidade que se molda todos os dias aos interesses do capital. Para que isso se tornasse possível, a inspiração na etnografia teve papel crucial na minha aproximação com as mulheres no desenvolvimento da minha pesquisa de campo. Das narrativas produzidas, emergiram relatos sobre como a CRMM reverbera na cidade, da diferenciação percebida das demais casas-abrigo, do lugar-força e das infinitas redes de cuidado e apoio mútuo que se constroem cotidianamente. Um território-corpo que é marcado pelo devir-mulher, ou seja, o desejo de sair do lugar assinalado e escapar do mandato patriarcal (GAGO, 2020).

O capítulo 03, “Minha voz, uso para dizer o que se cala”, subsidiou as reflexões geradas sobre a importância das narrativas para os estudos urbanos e do pesquisar com mulheres. A ideia-força de corpo-território (GAGO, 2020) permeia as diferentes escalas da cidade: do corpo individual

ao corpo coletivo, da esfera doméstica ao espaço público, da união de forças na luta para que estejamos todas vivas e livres dos diferentes tipos de violência que nos acometem. O corpo-território da Mirabal demonstra fragilidades nos processos de espoliação e nas violências ao nosso corpo, mas também se reafirma como potência de ressoar, se expandir e compor resistências. Contudo, não podemos esquecer que “nossos corpos são o lugar onde as relações de poder vão querer nos marcar pela vida, mas também nossos corpos são um corpo de liberdade e não da repressão⁷²” (PAREDES, 2010, p.98, *tradução nossa*). Já o conceito do comum (DARDOT e LAVAL, 2015, 2016, 2017; FEDERICI, 2019), contribuiu para percepção de que as práticas de comum que se materializam no cotidiano, extrapolando a noção de posse e como fio condutor de alternativa de vida.

A partir das perguntas geradoras “O que a Casa de Referência Mulheres Mirabal significa na sua vida? E o que ela significa para as mulheres na cidade?”, foi possível identificar, nos relatos das mulheres, práticas de corpo-território, assim como as redes estabelecidas dentro da CRMM costumam desenvolver práticas urbanas combativas e colaborativas, em que aquilo que emerge nas narrativas cotidianas nos direciona a novos modos de pensar e estruturar as cidades, assim como avançar em políticas públicas de combate à violência.

Os relatos que vieram através das perguntas geradoras, nos levam ao **objetivo geral** da pesquisa, definido como: refletir sobre como a vida em comunidade não legitimada pelo planejamento urbano vigente patriarcalizado se expressa politicamente no corpo-território convocado pelas mulheres na **Casa de Referência Mulheres Mirabal**, a partir das narrativas produzidas com mulheres vinculadas à ocupação urbana.

Vale lembrar da imersão profunda que tive durante o campo de pesquisa, em que me fiz presente no cotidiano do trabalho reprodutivo

⁷² Nuestros cuerpos son el lugar donde las relaciones de poder van a querer marcarnos de por vida, pero también nuestros cuerpos son el lugar de la libertad y no de la represión

partilhado, na construção das lutas e resistências, acompanhando processos e me constituindo como pesquisadora-militante, a cada dia que se passava. Afinal, estamos falando de uma Casa construída por um movimento social feminista, o Movimento de Mulheres Olga Benário.

Pude perceber, nas falas individuais, o papel transformador na vida de cada uma daquelas mulheres, sejam elas coordenadoras, abrigadas ou ex-abrigadas. Termos como “divisor de águas”, “refugio”, “pertencimento”, “reencontro” apareceram constantemente nas falas – demonstrando uma convergência de pensamento acerca da experiência de todas que por ali passaram e a constituição delas enquanto corpo-território. Mais de um ano depois da produção das narrativas, as falas ainda ecoam na minha mente e me lembro de cada troca, recordo-me de palavras carregadas de muita força. Na minha escuta, fortaleço e retomo laços, retomo um tecido de transmissão da experiência que deve ser base para pensar o planejamento urbano.

As narrativas produzidas com as mulheres vinculadas à CRMM, deram forma ao capítulo 04 “narrando com as mulheres Mirabal: o corpo-território em três atos”. Os três atos do corpo-território se enunciam a partir daquilo que foi apreendido das narrativas, são eles: levante, campo de batalha e construção do comum. Enquanto o levante é a desacomodação dos corpos que decidem se unir e não aceitar mais as opressões e violências sofridas, nem tampouco que as cidades estejam moldadas dentro de uma lógica excludente e universalizante, o campo de batalha é o confronto a caça às bruxas do século XXI, é a reação que sofre cotidianamente retaliações e novas violências. Já na construção do comum, narramos um tempo presente que se modifica através do desejo de um outro futuro, narra um lugar outro em que uma realidade compartilhada é possível de se configurar, compartilhando recursos e encontrando estratégias de sobrevivência, advogando pelo direito à cidade e tecendo alianças com demais subalternizados. Ademais, quebra as esferas burocráticas e constrói a partir de uma necessidade imediata, em que as reformulações e aprendizados vão se dando no cotidiano. As reflexões sobre corpo-território (GAGO, 2020; CABNAL, 2010, 2019; HERNANDEZ, 2015,2017), comum (DARDOT e LAVAL, 2015, 2016, 2017; FEDERICI,2019; OSTROM, 2000) e feminismo comunitário (PAREDES, 2013, 2020a, 2020b, CABNAL, 2010) se intercalam com as narrativas, criando associações entre aprofundamentos teóricos e as narrativas.

Como possibilidade de tecer outros caminhos para expansão da pesquisa, penso em prosseguir na busca de um pensar-fazer-cidade que nos faça aprender, refletir e ensinar cotidianamente, levando em conta saberes que atravessam o pensamento indígena, quilombola, das mulheres da cidade e do campo e que entendam as crianças como sujeitos ativos que podem nos ajudar a construir territórios mais justos e uma ideia de um bem-viver coletivo. Finalizo, portanto, trazendo reflexões da escritora Chimamanda Ngozi Adiche em “O perigo de uma história única”:

É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna. É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. (...) O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (...) A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história. (ADICHE, 2019)

Aqui, contrariando a história única, rompemos com a incompletude, abrimos portas e damos vazão para que novas histórias sobre nossas sejam contadas, por vozes múltiplas, e assim, outras cidades sejam possíveis, contrariando tudo aquilo que nos costumávamos tomar como verdade, única realidade e caminho para pensar o urbano e para resistirmos.

ATENÇÃO – EU NÃO ANDO SÓ.

Esta dissertação não se fez só. Foi escrita a partir de muitas conversas, encontros e trocas com mulheres que tive a honra de poder cruzar o caminho, ouvir e aprender ao longo da minha existência. Amanda Moreira, Ana Carolina Marinho, Andressa Guedes, Camila Dias, Ana Bresolin, Julia Foschiera, Géssica Oliveira, Vanessa Rosa, Maria Elise, Natália Jobim, Silvana Guedes, Daniele Caron, Daniela Cidade, Bruna Bergamaschi, Juliana Lang Pádua, Isa Maricatto, Kailã Isaias, Priscila Rodrigues, Maria Clara Iura, Elisa Borzillo, Daniele Alana, Mariana Moreira, Bruna Mendonça, Natália Madruga, Elizabeth Araújo, Renata Larissa, Karen Villela, Mariah Teixeira, Gabriela Traple, Natanielle Almada, Natália Antunes, Lilian de Oliveira, Macarena Oyarzo, Marina Trindade, Andreia Regina, Gabriela de Freitas, Luise Dalla, Luana Detoni, Camila Lopes, Leticia Durlo, Flávia Sutelo, Hemilyn Machado, Bárbara Nobrega, Thamires Pamplona, Maria Clara Sardi, Nathália Gomes, Karina Marinho, Leticia Virtuoso, Lisiane Bernardo, Franciele Bonoldi, Denise Pradella, Renata de Lara Fernandes, Fabiana Caldart, Kelly Fernandes, Taís Michelotto, Beatriz Lisboa, Mariana Galvão, Flávia Arcoverde, Graça Arcoverde, Rose Ribeiro, Ana Posidônia, Quitéria Kelly, Maittê Franco, Paula Machado, Ruth Freire, Francine Paranhos, Eduarda Schneider, Venuzia Carvalho, Regina Faria, Fátima Rodrigues, Isadora Mendes, Venuzia Franco, Jihan Karim, Priscila Voigt, Vitória Kramer, Juliana Pallu, Alê Albuquerque, Yngrid Martins, Evelyne Albuquerque, Vanessa Rodrigues, Ana Carolina Barbalho, Marieta Colucci, Cynara Dantas, Nathália Lobo, Teinha, Margarida da Rocha Pinheiro, Leticia Lima, Maria Heloísa Alves, Lívia Costa, Rob Scharcow, Nana Sanches, Adri Winter, Ana Lígia Sampaio, Isabela Carvalho, Rose Rodrigues, Cinthia Bessa, Mariane Teixeira, Tiellen Garcia, Edja Trigueiro, Ruth Ataíde, Bruna Melo, Muyra Moura, Débora Mendes, Natália Esnaola, Renata Tirelli, Tainá Jonko, Nana Sanches, Diana Helene, Heleniza Campos, Iracema Gatéh, Margarida Pinheiro, Shaiane dos Santos, Andriane Marques, Beatriz Targino, Talitha Lacerda, Julia Dias, Jeane Maria, Izaura Marinho, Vitória Kramer, Claudiane Lopes, Ana Carol, Emelly Medeiros, Renata Costa, Lara Paiva, Laura Mazzotini, Tatiana Francischini. Entre tantas outras que não sei o nome ou por ventura esqueci de mencionar, e aquelas que me atravessaram apenas através dos seus escritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ANTONELLO, Diego Frichs e GODAR, Jô. **E quando não há fios lógicos?** Rio de Janeiro, Cadernos Psicanálise. CPRJ, jan./jun. 2014. v. 36, n. 30, p. 89-112, Disponível em:

http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno30_pdf/07_E_quando_nao_ha_fios_logicos.pdf Acesso: 02 de julho de 2021. > Acesso: 5 jul. 2021.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. [1ª edição 1936]

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland; GREIMAS, A. L.; BREMOND, Claude; ECO, Umberto; GRITTI, Jules; MORIN, Violette; METZ, Christian; TODOROV, Tzvetan; GENETTE, Gérard. **Análise estrutural da narrativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 19-62.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**, de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, Acesso 15 maio 2021.

_____. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. 2. ed., atual. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

_____. **Projeto de Lei nº 4692, de 2019**. Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS”, e a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para conferir prioridade à vítima de violência doméstica nos programas sociais de acesso à moradia e estabelecer critérios para a concessão do benefício. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138327> Acesso: 10 de jun. 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CABNAL, L. Acercamientos a la contrucción de la propuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. ACSUR, 2010, p. 11- 25.

_____. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. Pac Instituto, 2019. Disponível em: <https://pacsinstituto.medium.com/defender-o-territ%C3%B3rio-terra-e-n%C3%A3o-defender-o-territ%C3%B3rio-corpo-das-mulheres-%C3%A9-uma-incoer%C3%Aancia-4ec7621e790b> Acesso: fevereiro 2023.

CAMPOS, Clarissa.; PAOLINELLI, Marina.; VELLOSO, Rita.; CANETTIERI, Thiago. As ocupações urbanas na RMBH e a luta por moradia para além de quatro paredes e um teto. In: CANETTIERI, Thiago; PAOLINELLI, Marina Sanders; CAMPOS, Clarissa; VELLOSO, Rita (Organizadores). **Não são só quatro paredes e um teto**: uma década de luta nas ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Belo Horizonte: Cosmópolis, Escola de Arquitetura da UFMG, 2020. 440 p.

CARON, Daniele. **El estudio del paisaje como clave interpretativa del territorio a través de las narrativas para la planificación urbana y territorial**. Paraty, Rio de Janeiro, Brasil como caso de estudio. Tesis de doctorado. Barcelona, Cataluña: Universidad Politécnica de Cataluña, Departamento de Urbanismo y Ordenación del Territorio, 2017. 477 p.

CARON, Daniele.; ISOPPO, Rodrigo Schames.; OLIVEIRA, Kátia; PERSEU, Gian. M. Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum. **VIRUS**, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

CARON, Daniele; TAVARES, B. B. ; MARINHO, B. R.; Ela fala, eu escuto: prefigurações urbanas do devir-mulher. 13. **Revista Projectare**: O Lugar da Teoria nas Praxis Arquitetônica e Urbanística Contemporâneas, Pelotas: UFPel, 2022.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: **Estudos avançados** v.17, n.49, p. 117-132. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDJ586JD7nr6k/?lang=pt> Acesso: 18 jun. 2021.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: **A miséria do mundo**. Pierre Bordieu (Coord.) Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1997. Pp. 63-80

CHAVES, Kena Azevedo. Entrevista com Verónica Gago, autora de A potência feminista. 2022. Publicado no Boletim Campineiro de Geografia. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/entrevista-com-veronica-gago/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, Interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 6-17, jun. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>. Acesso em: 18 jul. 2021.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

_____. **Comum**: Ensaio sobre a revolução no século XXI. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 27, n. 1, p. 261-273. 2015.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

_____. **O Ponto Zero da Revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. **A História Oculta da fofoca**. São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2019/12/minilivroboitempo_a-histc3b3ria-oculta-da-fofoca_silvia-federici.pdf Acesso em: nov.de 2022.

FENSTER, Tovi. O direito à cidade e a vida cotidiana baseada no gênero. IN: SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (Editoras). **Cidades para todos**: Propostas e experiências pelo direito à cidade. 1 ed. Santiago, Chile: Habitat International Coalition (HIC), p. 57-62, 2010.

FRANCO, Marielle.; FRANCISCO, Mônica.; TAVARES, Rossana. Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro. In: **Direito à Cidade: uma outra visão de gênero** - São Paulo: IBDU, p.10-14, 2017.

FURLAN, Fernanda de Souza; MELETTI, Mariana Duran. A denúncia como porta de entrada do combate à violência contra a mulher. In: **Labcidade**, 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/a-denuncia-como-porta-de-entrada-do-combate-a-violencia-contra-a-mulher/> Acesso: jan. 2023.

GAGO, Verônica. **A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. In: **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino** n. 1 - Batalha de Ideias, p. 12-20, Brasil: 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf Acesso: 03 Out.2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–4, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 20 dez. 2020.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do X ENCONTRO DOS GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**, São Paulo: USP, 2005. p. 6774 – 6792.

_____. DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS. **GEOgraphia** Niterói, Universidade Federal Fluminense (eletrônico) **GEOgraphia**, vol: 22, n.48, 2020 p.75-90

HELENE, Diana. A Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade. In: **REDOBRA 11** [ano 4, número 1], **CORPOCIDADE** 3, p. 68 -79. , 2013, Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_08.pdf> Acesso: 09 jul. 2021.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, Dec. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4612>. Acesso: 18 maio 2021.

HESS, Remi; WEIGAND, Gabriele. A escrita implicada. In: **Revista Reflexões e Debates**, São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, p. 14-25, abril 2006.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. **Mujeres Transformando Mundos AC y Miradas Críticas el Territorio desde el Feminismo**. Disponível em: <https://miradascriticadeltorriodesdeelfeminismo.files.wordpress.com/2015/11/comunalidad-cruz.pdf> Acesso em: jan. 2023.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Coords). CUERPOS, **TERRITORIOS Y FEMINISMOS**: Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. Ediciones Abya-Yala. Quito-Ecuador, enero de 2020.

HOLANDA, Heloísa Buarque de. Mulher em campo: reflexões sobre a Experiência etnográfica. In: ALMEIDA, HELOISA BUARQUE DE. ; COSTA, ROSELY COMES. ; RAMÍREZ, MARTHA CELIA; SOUZA, ÉRICA RENATA DE. (Organizadoras). **GÊNERO EM MATIZES**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais, 2002.p. 49-80.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista: Da Margem Ao Centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. 2ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação. revista quadrimestral**. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, set.-dez. 2016 Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21690> Acesso: setembro 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP) (Orgs.). **Atlas da violência**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019> Acesso: 03 jun. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação - Episódios do racismo cotidiano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACERDA, Larissa.; GUERREIRO, I.; SANTORO, P. Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino. **Labcidade**, 2021. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>> Acesso: 7 jun. 2021.

_____. Avanços e armadilhas da aprovação do auxílio aluguel para mulheres em situação de violência doméstica. **Labcidade**, 2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/avancos-e-armadilhas-da-aprovacao-do-auxilio-aluguel-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/> Acesso: 4 jun. de 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 3 ed. São Paulo: Centauro, 2001. [1ª edição 1968]

LUDERMIR, RAQUEL; SOUZA, FLÁVIO DE. Moradia, patrimônio e sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contextos de violência doméstica contra a mulher. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, v. 23, p. e20126, 2021. 25p. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/6qctjHCTyCjHVrQSxPy6gZp/?lang=pt&format=pdf> Acesso: janeiro de 2023.

LUGONES, María. “Colonialidad y género”. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.9:, p. 73-101, julho-dezembro. 2008.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen. Experiência e narrativa: artefatos políticos de pesquisa. **ECOS | Estudos Contemporâneos da Subjetividade** | Volume 5 | Número 2. P. 200-208. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1352> Acesso em: set. 2022.

MORRISON, Toni. **A origem dos Outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARTÍNEZ, Zaida Muxí. Ciudad Próxima. Urbanismo sin género. In: **Ingeniería y territorio: La ciudad habitable**. n.75, p.68-77, Barcelona: Tercera época, 2006.

_____. Mujeres haciendo ciudades: aprendiendo del pasado. *Kult-ur: Revista Interdisciplinària sobre la cultura de la ciutat*. vol. 2, n. 3, p. 111-124, 2015.

MARTINEZ, Zaida Muxi; HELENE, Diana; ORELLANA, Magda Melara. Repensar as cidades a partir do protagonismo feminino. In: RAMOS, Diana

Helena; BATISTA, Juliana Oliveira; ANDRADE, Manuella Marianna C. R. de. (Orgs.) **O papel da arquitetura e urbanismo diante do covid-19: construindo conhecimento**, Maceió, AL: EDUFAL, 2020. Pp.109-120.

OSTROM, Elionor. **El Gobierno de los bienes comunes**. México, Universidade Autónoma de México, 2000. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/el_gobierno_de_los_bienes_comunes.pdf Acesso em: Fevereiro 2023.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino: desde el feminismo comunitario**. La paz: Mujeres creando, Cooperativa El Rebozo, 2010.

_____. “Temos que construir a utopia no dia a dia” diz a boliviana Julieta Paredes. **A Pública**. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/>> Acesso em: 11 de julho de 2021.

_____. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020b, p.195-204.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REYES, Paulo; CARON, Daniele; CIDADE, Daniela. Narrar por projetos. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva; CERASOLI, Josianne Francia (Orgs). **Nebulosas do Pensamento Urbanístico** – Tomo III Modos de narrar, Salvador: EDUFBA, 2020. Pp. 254-271.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: PUGLIESE, H.; EGLER, T. C. (Comp.). **Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática**. Buenos Aires: Clacso, 2009. p. 147-156.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. In: JARDIM PINTO, Céli Regina e GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROLNIK, Raquel; REIS, J.; SANTOS, M. P.; IACOVINI, R. F. G. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada. São Paulo: 2011.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. **Revista Indisciplinar**. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-45, jul-out 2019.

SÃO PAULO. **Decreto nº 60.111, de 08 de março de 2021**. Regulamenta a Lei nº 17.320, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre concessão de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no Município de São Paulo. Disponível em: <https://app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net/Forms/MostrarArquivo?TIPO=DEC&NUMERO=60111&ANO=2021&DOCUMENTO=Atualizado> Acesso: 5 jun. 2021.

SANTOS, Milton. et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: **XII Encontro Nacional de Geógrafos**. Florianópolis: 2000. p.1-13.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, et al. **Território, Territórios** – ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. p. 13-21.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p.15-20.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SEPM); MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA (MJC). **Ligue 180: Balanço 1º Semestre 2016**. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-igp.sfo2.digitaloceanspaces.com/2016/08/SPM_Ligue180_balanco1osemestre2016.pdf Acesso: 05 jun. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio e NESTROVSKI, Arthur Rosenblat (autores). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Editora Escuta, 2000.

SILVA, Carmem.; CAMURÇA, Sílvia. Feminismo e movimento de mulheres. **Série Mulheres em Movimento**, nº 1. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. 63p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. In: **CIDADES: Revista científica**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004– v. 6., n. 9. p.9-28.

_____. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia, conceitos e temas**. Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (Orgs.) - 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 78-113.

SOUZA, Marcelo Lopes de.; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras ressignificando o espaço: territórios e "lugares" do movimento dos sem-teto. In: **CIDADES**: Revista científica, v. 6, n. 9, p. 29-66, 2009.

TAVARES, R. **Indiferença à diferença**: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Tese (Doutorado em Urbanismo). Rio de Janeiro: UFRJ /FAU, 2015.

VALDIVIA, Blanca. Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora. **Hábitat y Sociedad**, n.º 11, novembro de 2018, pp. 65-84. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12795/HabitatySociedad.2018.i11.05> Acesso em: fevereiro 2023.

VILLAGRÁN, Paula Soto. Patriarcado y orden urbano. Nuevas y viejas formas de dominación de género en la ciudad. IN: **Revista Venezolana de Estudios de la mujer**, Caracas: Universidad Central de Venezuela, janeiro-junho 2014. v. 19, n.42. pp. 199-214.